

RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA EDUCADORES - UFRGS
EDIÇÃO 2024



MULTIPOLARIDADE E ESTABILIDADE

NO SISTEMA INTERNACIONAL



EDITORIA

Tatiana Vargas-Maia

CONSELHO EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

André Luiz Reis Da Silva

Diego Pautasso

Tatiana Vargas-Maia

CONSELHO EXECUTIVO

Eduarda Vettorello

Felipe Oliveira

Felipe Oliveira Fonseca

Gabriela da Costa Bavaresco

João Pedro Rocha Lafene

DIAGRAMAÇÃO

Felipe Oliveira Fonseca

ARTE

Felipe Oliveira

SOBRE O RIPE

O projeto Relações Internacionais para Educadores - RIPE tem como objetivo auxiliar na capacitação de professores da rede pública de ensino básico para que possam abordar, dentro da sala de aula, temas relevantes da agenda internacional atual.

O RIPE nasceu entre os alunos do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2010. O principal objetivo do projeto é compartilhar com a comunidade de educadores os conhecimentos obtido na universidade federal. Desde sua origem, o RIPE elabora uma publicação anual sobre temas pertinentes e atuais de relações internacionais. A partir de 2014, esta publicação tornou-se um periódico científico anual.

CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Ciências Econômicas

Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais

Av. João Pessoa, 52, sala 33A - 3º andar

CEP 90040-000 - Centro | Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone: +55 51 3308.3963 | Fax: +55 51 3308.3963

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

RIPE : Relações Internacionais para Educadores : Multipolaridade e Estabilidade no

Sistema Internacional / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. – Vol. 11 (2024).

– Porto Alegre : UFRGS/FCE/PPGEEI, 2024 -

Anual.

ISSN 2318-9398.

1. Política internacional. 2. Sistema Internacional. 3. Crises. 4. Globalização.
5. Relações Internacionais contemporâneas.

CDU 327

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

SUMÁRIO

EDITORIAL

ARTIGOS

A Política Externa Brasileira em autoafirmação no Sistema Internacional: inserção do Brasil e a reforma do Conselho de Segurança.....6

Júlia Bolzan De Lacerda

Júlia Campos Kleber

Pietra Cichelero Canal

A Política Externa dos EUA para a China e o Fim da Ambiguidade Estratégica.....42

José Torrecilha Sanches Costa

Monah Spier Barbieri

Vitor Redivo Ferreira

O Avanço da Direita Radical na Contemporaneidade: Casos do Sul e do Norte Global.....73

Ana Clara Mesquita

Henrique Rael

Maria Eduarda Lameira

Natalye Cezar

Paola Togni Geremia

Relações Russo-Africanas no Século XXI.....108

José Torrecilha Sanches Costa

Monah Spier Barbieri

Vitor Redivo Ferreira

Editorial

É com grande satisfação que apresentamos a mais recente edição do Relações Internacionais para Educadores (RIPE), um projeto que nasceu no âmbito do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e que, ao longo dos anos, tem se consolidado como uma ferramenta essencial para a capacitação de professores da rede pública de ensino básico. O objetivo do RIPE é simples, mas de grande impacto: auxiliar os educadores a abordar, em sala de aula, temas fundamentais da agenda internacional contemporânea, contribuindo para uma educação crítica e informada sobre os desafios e as dinâmicas do sistema global.

Nesta edição, intitulada Multipolaridade e Estabilidade no Sistema Internacional, exploramos questões centrais para o entendimento do cenário internacional atual, oferecendo uma coletânea de artigos que examinam a política externa e as relações internacionais em seus múltiplos aspectos.

O volume inicia com o artigo A Política Externa Brasileira em Autoafirmação no Sistema Internacional: Inserção do Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança, de Júlia Bolzan De Lacerda, Júlia Campos Kleber e Pietra Cichelero Canal. Esse texto analisa o papel do Brasil na transição para um sistema multipolar e sua campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ressaltando as ambições brasileiras de ocupar um assento permanente.

Na sequência, A Política Externa dos EUA para a China e o Fim da Ambiguidade Estratégica, de autoria de José Torrecilha Sanches Costa, Monah Spier Barbieri e Vitor Redivo Ferreira. Esse texto examina a mudança na postura dos Estados Unidos em relação à China, analisando como o fim da política de ambiguidade estratégica está redesenhando as

relações sino-americanas e influenciando o cenário geopolítico da Ásia e do Pacífico.

Outro tema de destaque é abordado no artigo O Avanço da Direita Radical na Contemporaneidade: Casos do Sul e do Norte Global, de Ana Clara Mesquita, Henrique Rael, Maria Eduarda Lameira, Natalye Cezar e Paola Togni Geremia, oferece uma análise comparativa do crescimento de movimentos de direita radical em diferentes regiões, discutindo as implicações políticas e sociais desse fenômeno tanto em países do Sul Global quanto do Norte.

Por fim, Relações Russo-Africanas no Século XXI, escrito por Kauane Santos de Oliveira, Luiza Ferreira Job, Matheus Severiano Marques Xavier e Paulo Leal Vita, oferece uma visão aprofundada das parcerias e das dinâmicas de cooperação entre a Rússia e os países africanos, abordando interesses estratégicos e os desafios enfrentados por essas nações em um contexto de crescente multipolaridade.

Cada um desses artigos foi elaborado com o compromisso de oferecer uma análise profunda e acessível, dialogando diretamente com as necessidades dos professores e estudantes. Esperamos que este volume seja uma fonte valiosa de reflexão e debate, contribuindo para a formação de cidadãos informados e críticos. Agradecemos aos professores, pesquisadores e alunos que tornam o projeto RIPE possível, ajudando a ampliar o conhecimento sobre as relações internacionais e a preparar nossos jovens para uma participação ativa e consciente no mundo globalizado.

Tatiana Vargas-Maia
Coordenadora do Projeto

A Política Externa Brasileira em autoafirmação no Sistema Internacional: inserção do Brasil e a reforma do Conselho de Segurança

Júlia Bolzan De Lacerda

Júlia Campos Kleber

Pietra Cichelerio Canal

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo analisar a relação entre o papel da Política Externa do Brasil (PEB) no cenário internacional de multipolaridade crescente e as campanhas pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A metodologia utilizada conta com abordagem qualitativa. O método empregado é de inferência descritiva e a coleta de dados é realizada a partir da revisão bibliográfica sobre o papel do Brasil como ator no Sistema Internacional multipolar, a história do CSNU e as tentativas de reforma deste, unindo com a teoria existente sobre o contexto e debates da multipolaridade. O estudo segue estruturado em três seções principais, sem considerar esta introdução e nossas considerações finais.

A primeira parte do trabalho descreve a inserção do Brasil no cenário multipolar, iniciando com a conceituação da multipolaridade e, posteriormente, detalhando a trajetória do Brasil como ator preponderante na transição da uni para a multipolaridade do século XXI. Na segunda parte, analisamos a história do CSNU e as tentativas de reforma deste, demonstrando a importância dos países em desenvolvimento nesse processo e os argumentos que pautam as campanhas por reforma. Finalmente, avalia-

mos a repercussão tanto dentro do Brasil quanto no Sistema Internacional com o andamento das reformas e da campanha pelo assento permanente, assim como a relevância do ganho de legitimidade nacional e internacional do Brasil.

O artigo busca responder à pergunta sobre qual a relação do Brasil com a crescente multipolaridade do sistema internacional, especialmente no contexto da ONU. A hipótese sustentada é de que a multipolaridade no Sistema Internacional é fortemente prejudicada pela estrutura institucional do CSNU, que privilegia uma concentração de poder nos cinco membros permanentes (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia), refreando a participação equânime entre Estados e a criação de maior número de polos de poder. Além disso, é analisado que o Brasil tem se provado ao longo dos anos como um ator que participa de forma ativa das organizações internacionais e que se coloca como um candidato consistente e legítimo para ocupar um assento permanente no CSNU, tendo em vista que incentiva a multipolaridade e busca com a campanha aumentar a participação igualitária de Estados de diferentes níveis de desenvolvimento, algo fora do escopo de interesse dos membros permanentes. O artigo sustenta, em conjunto, que o Brasil, como novo membro permanente, teria um papel de incentivo e fortalecimento da multipolaridade. A conclusão coloca em evidência os fatores que prejudicam a sustentação da multipolaridade no cenário internacional com base nos elementos analisados e as relações estabelecidas.

1. A ORDEM MULTIPOLAR

No fim do século XX, com o desmoronamento da União Soviética, o sistema internacional experienciou uma mudança sistêmica: a ordem bipolar característica da Guerra Fria (1947-1991) foi substituída por uma ordem unipolar na qual o polo era os Estados Unidos da América (EUA).

Esse período foi descrito por Amorim (2022) como uma “hegemonia consentida”, ou seja, um breve momento em que a superioridade econômica, política e militar estadunidense não foi questionada. Contudo, no início do século XXI e a intensificação das investidas militares unilaterais dos EUA contra o regime de Saddam Hussein, o consenso com relação à dominação dos EUA do Sistema Internacional foi gradativamente questionado. Além disso, ainda com o fim da Guerra Fria e a consequente difusão do modelo neoliberal – caracterizado pela abertura econômica e diminuição do papel do Estado – as assimetrias pré-existentes e a interdependência foram intensificadas (Salgado, 2011, p. 3). Destarte, o fim da hegemonia consentida e a intensificação da interdependência, tanto política como econômica, acarretaram em mais uma mudança sistêmica, desta vez para uma ordem multipolar.

Apesar de não ser um consenso entre os acadêmicos, o Sistema Internacional parece evoluir em direção à multipolaridade, conceito que, segundo Amorim (2022), é atribuído ao Ministro do Exterior e Primeiro-Ministro russo Yevgeni Primakov. Para Evans e Newnham (1998) a multipolaridade pode ser definida como um tipo de estrutura de sistema com no mínimo três ‘polos’ ou atores identificados como predominantes, ao passo que essa denominação depende da ideia da capacidade ou do potencial de poder como instrumento de definição dos ‘polos’. Apesar da superioridade estadunidense ainda hoje em termos militares e bélicos, diversos autores argumentam que a multipolaridade é uma constatação sistêmica (Salgado, 2011, p. 4), uma vez que novas formas de poder ganharam relevância frente ao tradicional *hard power* realista e, consequentemente, mais Estados têm as condições para detenção do poder.

Com o reconhecimento de formas de *soft power* como demonstração de poder perante o Sistema Internacional, a multipolaridade passa a ser perceptível ao considerar o crescente número de países, principalmente

do Sul Global, que passam a demandar e participar ativamente da transformação do Sistema Internacional (SI) (Muxagato, 2014, p. 4). Ainda que as evidências da transformação sistêmica de um mundo unipolar para uma ordem multipolar sejam claras, a forma como o sistema multipolar será organizado ainda é assunto de debate entre os acadêmicos e analistas. Garzón (2016) identifica três possíveis modos de organização desse sistema multipolar: i) dois ou três superpoderes; ii) regiopolaridade; iii) multipolaridade descentralizada.

A primeira possibilidade explorada por Garzón admite que a ordem multipolar seria caracterizada pela ascensão de dois ou três superpotências que iriam competir com a superpotência atual, os EUA. Já a regiopolaridade tem como principais atores grandes potências regionais que buscam projetar seu poder para além dos limites de sua região, visando influenciar o restante do Sistema Internacional. Por fim, o terceiro modo de organização da multipolaridade é a multipolaridade descentralizada, este que Garzón acredita ser o mais coerente. Para o autor, o Sistema Internacional está evoluindo para que não somente grandes potências, sejam elas regionais ou globais, tenham capacidade de influenciar a ordem internacional, mas sim uma gama diversa de atores e Estados de todos os tamanhos. Em vez disso, o poder é distribuído entre vários atores que possuem diferentes capacidades e áreas de influência (Garzón, 2016).

2. A INSERÇÃO BRASILEIRA NA NOVA ORDEM MULTIPOLAR

A partir da década de 1990, a política externa brasileira transitou de um modelo de crítica ao sistema internacional e suas assimetrias para o de um alinhamento aos regimes internacionais que estavam sendo construídos no contexto pós Guerra Fria, mostrando uma aceitação e participação nas bases das regras vigentes (Silva, 2023). Paralelamente, o multilateralismo brasileiro direcionou-se para uma postura de aproximação dos países

desenvolvidos em detrimento dos em desenvolvimento - especialmente - no governo Collor de Mello, que impulsionou reformas neoliberais no seio da política externa - o que configurou uma crise no universalismo que vinha sendo conduzido nas décadas anteriores (Silva, 2023).

Dessa maneira, ainda durante esse período, o Brasil continuou com a mesma agenda da diplomacia concentrada em temas econômicos desenvolvimentistas e fora de conflitos de grande e pequena escala. Por conta disso, o país não maturou a ideia de cooperação militar e tampouco a de produção conjunta de artefatos militares - causado, de acordo com João Paulo Alsina, por uma crise fiscal do Estado, pela ausência de percepção de guerra entre Estados, pela prioridade incumbida à programas sociais e pelo desinteresse político por assuntos militares (Alsina, 2009, apud Silva, 2015). Frente ao insucesso das iniciativas neoliberais adotadas durante a década de 90, que se deu em pontos com o aumento da vulnerabilidade externa e na percepção das desigualdades do sistema internacional, o governo de Cardoso em seu final passou a promover um reajuste na sua política externa, adotando uma postura mais crítica às assimetrias presentes na globalização (Silva, 2023).

Em contrapartida a não presença de acordos militares firmados pelo Brasil durante o governo de Cardoso, no sistema da ONU, pela primeira vez, o Estado brasileiro foi eleito de forma simultânea para seus órgãos principais: CSNU, ECOSOC e CIJ (Corte Internacional de Justiça), além da participação na AGNU. Dessa forma, o país participava de forma assídua das discussões sobre a reforma das Nações Unidas, com ênfase no Conselho, no sentido de trazer mais legitimidade e transparência para este (Silva, 2015).

Com a vitória de Luiz Inácio Lula Da Silva para presidente da república em 2003, veio a integração dos países sul-americanos e a presença dos mesmos em órgãos internacionais - em destaque, a ONU. Como já citado

anteriormente, a defesa do multilateralismo foi uma das pautas reforçadas durante o início do século - além disso, Lula também ressaltou a defesa dos interesses nacionais no cenário internacional em um dos seus primeiros discursos (Mapa, 2010).

Ao inaugurar a presidência, a ação diplomática adotada pelo presidente foi considerada um importante instrumento de desenvolvimento, que se daria “por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos” (Lula da Silva, ano 2003), pautada na luta contra o protecionismo e no aumento da exportação nacional. Entende-se que em conjunto com a integração latino-americana e com o fortalecimento do Mercosul, o entendimento da política externa brasileira é de um instrumento integrante de desenvolvimento nacional, do combate às assimetrias, da defesa do multilateralismo (principalmente na esfera reformista do Conselho De Segurança) e da não ruptura com os países mais desenvolvidos, sendo esses os pontos principais defendidos durante o governo de Lula (Mapa, 2010).

A corrida presidencial do ano de 2010, que tornaria Dilma Rousseff a primeira presidente mulher do Brasil, foi marcada pela constante referência ao fato de que a sua vitória seria a representação do projeto de continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT), e consequentemente, dos governos de Lula (Souza, 2014). Nesse contexto, a política externa durante o período de seu governo foi marcada por uma forte defesa dos interesses nacionais, cooperação do eixo sul-sul, multilateralismo e segurança internacional - além de proteção ambiental, equidade de gênero e defesa de políticas de combate à fome. Percebe-se, assim, que, no aspecto econômico, a retórica salientava o desenvolvimento aliado à responsabilidade social, ou seja, “o crescimento com distribuição de renda”, uma constante nos pronunciamentos da ex-presidente do Brasil. (Souza, 2014). Nesse sentido, entende-se continuidades e discrepâncias entre os governos de Rousseff,

Lula e FHC - principalmente no campo de escolhas tomadas de diferentes formas e com diferentes estratégias para a obtenção de um objetivo em comum: desenvolver economicamente o Brasil e preservar a sua autonomia frente ao cenário internacional.

Quebrando a continuidade das estratégias internas e externas da política externa brasileira, a administração de Michel Temer (2016-2018), após o impeachment de Rousseff, assumiu com a proposta de fazer “uma Nova Política Externa” (Serra, 2016). Ainda nessa retórica, o foco estaria em acordos comerciais, investimentos privados e na relação diplomática com a Venezuela, fazendo duras críticas ao governo de Maduro. Em seguida, seu sucessor, Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, afirmou que pretendia “mudar os rumos do Itamaraty” (Bolsonaro, 2018). Após em média 500 dias de governo, sua atenção se concentrou em alterar a postura em relação à parceria comercial com a China e em reposicionar a política no conflito árabe-israelense, adotando uma abordagem mais ideológica e menos pragmática do que em administrações pregressas, como trabalhado anteriormente. Além disso, no que diz respeito ao comércio e à Venezuela, Bolsonaro optou por manter a estratégia do governo anterior, priorizando a assinatura de acordos comerciais já negociados pelo antecessor e criticando a administração de Maduro (Moreira, 2020). Com essas mudanças na diplomacia e na política externa brasileira, é evidente que Temer e Bolsonaro tiveram, ambos, um afastamento do multilateralismo e priorização das relações bilaterais (Silva, 2023, p.107, 126).

Independentemente dos padrões diplomáticos adotados pelos diversos governos que já passaram pelo país, a consolidação do Brasil como um candidato em uma possível reforma do CSNU é uma discussão que percorre há longos anos. E, nesse sentido, surgem discussões acerca de mudanças nas organizações internacionais e nos regimes sistêmicos vigentes. Os argumentos para a candidatura brasileira a uma vaga permanente no

Conselho ao longo das décadas citadas incluíam justificativas que focavam tanto em um anacronismo da composição quanto nos valores da política externa brasileira (Silva, 2015).

Independentemente da forma organizacional que a ordem multipolar irá apresentar, fato é que o Brasil corroborou e corrobora, ainda, com essa mudança sistêmica e valoriza a ideia da multipolaridade, buscando atuar em prol de realização prática da multipolaridade e de uma maior participação dos países em desenvolvimento no jogo político (Amorim, 2022, p. 31). Marcos de Azambuja (2023), resume o interesse brasileiro com a defesa da multipolaridade e a estratégia brasileira para tal:

(...) o Brasil busca, de maneira consistente, ter maior acesso às múltiplas instâncias do poder mundial e entende que, para que isso aconteça, deve, por seu lado, oferecer garantias de um comportamento internacional que inspire ampla confiança. Emprego aqui a palavra “acesso” em seu sentido mais abrangente. Penso no acesso a mercados e tecnologias protegidas, aos diretórios do poder mundial, e acesso, enfim, a todos os sistemas e foros que permitem a um país ampliar, de forma sustentável, sua presença e sua influência (Azambuja, 2023, p. 19).

Visando cooperar com a construção de uma ordem internacional multipolar mais justa e pacífica, além de defender seus interesses estratégicos (Amorim, 2022, p. 31), é possível identificar três principais estratégias do Brasil para sua projeção na nova ordem multipolar para além dos fatores tradicionais – território, economia, recursos naturais, etc. A primeira delas, e talvez aquela pela qual o Brasil seja mais conhecido dentro do Sistema Internacional é a diplomacia pacífica e igualitária, além de prezar por vinculações tênues com movimentos ideológicos, como foi o caso do Movimento dos Não Alinhados, no qual o Brasil optou por permanecer somente como observador (Azambuja, 2023, p. 20). Estabelecendo relação recíproca com as grandes potências e sempre se portando de forma pacífica e diplomática, o Brasil busca ser reconhecido a nível internacional (Muxa-

gato, 2014, p. 8).

Ainda visando o reconhecimento internacional e a projeção frente a ordem multipolar, o regionalismo também é uma estratégia utilizada pelo Brasil, com América do Sul como a “vitrine diplomática” para suas ambições (Muxagato, 2014, p. 4). Dessa forma, a criação e articulação do Mercosul, para além de outras formas de integração regional bilaterais, é vista como necessidade primária pelos *policymakers* brasileiros. Essa relação com os países vizinhos e papel de líder na América Latina são estratégicos ao Brasil, uma vez que “A integração regional visava igualmente dar ao país uma força de negociação impossível de se alcançar de modo individual. Tratava-se, portanto, de um instrumento fundamental para maximizar a projeção da potência brasileira” (Muxagato, 2014, p. 4).

Por fim, a cultura brasileira é indicada por Azambuja (2023) como outra estratégia brasileira frente à ordem multipolar. Desde a língua portuguesa, que começou a ser utilizada como instrumento de aproximação com os outros países que falam o mesmo idioma, principalmente na atualidade, com a comunicação facilitada e a difusão do conhecimento. Para além da língua, a formação multicultural brasileira também vem sendo utilizada como forma do Brasil se apresentar em novos foros e participar de diferentes discussões, compartilhando suas experiências passadas e atuais no contexto de intensos movimentos migratórios.

Por esses fatores, o Brasil, bem como os outros países emergentes que vem se destacando nas últimas décadas – como é o caso da Índia – não podem mais ser ignorados ao redesenhar a ordem internacional. Dessa forma, faz-se necessário um sistema de cooperação multilateral representativo e eficiente. Sendo assim, é vital e necessário adequar as Organizações Internacionais para a nova ordem internacional multipolar. A nova distribuição diplomática enfatiza a urgência de reorganizar e expandir o órgão responsável pela paz e segurança do Sistema Internacional: o CSNU.

3. O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

O CSNU é um órgão institucionalizado pelo capítulo 3 da Carta das Nações Unidas, e seu objetivo primário é zelar pela paz e segurança internacionais (Organização das Nações Unidas, 1945). Esse órgão possui, possivelmente, a maior quantidade de poder de decisão concentrado no Sistema Internacional, que se dá por conta do poder de veto dos seus cinco membros permanentes e por suas decisões serem de aplicação obrigatória. O CSNU possui também dez membros rotativos, que são eleitos para mandatos de dois anos e fazem parte da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). A escolha desses membros envolve uma fórmula organizada para que sempre exista uma representação de delegações das cinco regiões do mundo (Hurd, 2007).

As discussões sobre a estrutura do Conselho ocorrem já há um longo período, passando pela Conferência de Dumbarton Oaks e pela Conferência das Nações Unidas sobre Organizações Internacionais (UNCIO), em São Francisco. A legitimidade do Conselho é produto de sua história, que se inicia com as conferências após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e com a Carta do Atlântico, onde os signatários depositaram suas “esperanças de um futuro melhor para o mundo”. O órgão foi marcado pelas propostas de reforma motivadas pelo aniversário de 50 anos da ONU e também pela crise dos EUA com o Iraque em 2003, momentos históricos que colocaram em pauta a questão da reforma da instituição.

Dessa forma, o desenho institucional do CSNU é um dos fatores que justifica a longevidade da ONU, tendo em vista que ele dá mais poder aos Estados vencedores da Segunda Guerra Mundial, que não concordariam com a criação dessa organização a menos que lhes fosse reservado lugar de destaque político (Vargas, 2011). A partir disso, pode-se dizer que o CSNU desempenhou dois grandes papéis na manutenção da paz

e da segurança internacionais ao longo da Guerra Fria: serviu como palco de confrontação política entre as superpotências e como instrumento para gerenciar a ordem internacional. Um grande exemplo da organização como palco de confrontação política entre superpotências foi no caso do conflito dos mísseis em Cuba de 1962, momento em que houve diversos debates entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e EUA, e que os americanos fizeram tentativas de dissuasão da URSS, para que os armamentos soviéticos fossem retirados de Cuba.

No caso do Conselho atuando como solucionador de distúrbios da ordem internacional, isso ocorre de forma consistente somente em questões em que há convergência de opiniões entre as potências, pois caso haja discordância, o poder de veto atua como um entrave à solução dos conflitos. Um dos métodos mais reconhecidos para resolução desses conflitos são as missões de paz, como um meio de legitimar a intervenção para resolver ou congelar um conflito e repartir os gastos disso. Ainda que em diversos momentos o Conselho tenha sido impedido de agir por conta de discordâncias entre as grandes potências, que utilizavam o poder de veto para impedir que determinadas resoluções ocorressem, o CSNU não deixou de influenciar em momentos decisivos e de ter peso sobre a forma de conduzir a política internacional.

Na década de 1990, com o fim da bipolaridade política da Guerra Fria, houve maior convergência de opiniões no conselho, e as missões de paz perderam seu respaldo político inicial. Assim, a partir do século XXI, após os ataques de 11 de setembro, as ações do Conselho se voltaram mais para o combate de organizações terroristas, focando principalmente na criação de resoluções que obrigassem os Estados a criar medidas, inclusive internas, de combate ao terrorismo. Durante a invasão dos EUA ao Iraque houve o início de uma crise de legitimidade do Conselho, pois os partidários da invasão consideraram a falta de apoio uma inefetividade da institui-

ção. Em contrapartida, aqueles que eram contra a invasão questionaram a incapacidade do Conselho de impedir a ação americana.

Nos últimos anos, o Conselho tem expandido aceleradamente seu escopo de atuação, atuando por vezes como legislador e agindo na interpretação de novas pautas de debate, como Aids, gênero, crianças e mudanças climáticas. Isso levanta um debate sobre a legitimidade desse inchamento do escopo de ação do Conselho, tendo em vista que o Órgão deveria ser voltado a temas de segurança, e, por isso, seu olhar para essas questões tenderá a ser sob essa ótica.

Por mais que o CSNU concentre maior poder de aplicação de suas decisões e legitimidade internacional, a AGNU tem maior representatividade, o que faz com que a discussão de temas dentro da Assembleia se dê de forma mais multilateral, embora por vezes mais burocrática também. Esse fator é o que inflama o debate sobre a necessidade de reforma do Conselho para que ele se assemelhe mais à horizontalidade que existe na Assembleia Geral. (Vargas, 2011). Tanto em questões em que há convergência de opiniões entre as grandes potências quanto nos casos de discordâncias, o CSNU tem servido como um centro de pautas, que levam a debates, incentivando o multilateralismo e a discussão entre Estados, além de fortalecer o multilateralismo e o engajamento amplo. Todavia, a prática efetiva do multilateralismo é refreada pelo funcionamento institucional do Conselho, que privilegia as ações e preferências dos cinco membros permanentes. A prática, mais frequente nos últimos anos pelos estadunidenses, de vetar resoluções, faz com que as posições de diversos Estados e os debates realizados sejam descartados em prol das preferências de alguns, ou por vezes, as preferências de apenas um. As tentativas de reforma do Conselho surgem então como esforços de recuperação da aspiração multilateral que foi pautada na criação da ONU.

3.1 TENTATIVAS DE REFORMA

Desde a Conferência de São Francisco¹, ouvem-se críticas sobre a legitimidade e transparência do processo de decisão dos países membros do CSNU. Entretanto, desde a sua criação, o CS passou por apenas uma única reforma que alterasse a sua composição (Oliveira, 2017), entre os anos de 1963 e 1965 - com uma emenda à Carta (aprovada pelos Estados Membros e ratificada pela AGNU) que visava a ampliação de seis para dez assentos para membros não-permanentes. A argumentação que motivou a essa mudança, além do aumento de Estados-Membros da ONU², foi também pela representação geográfica do Conselho, que ainda é obedecida até os dias atuais.

Embora a realidade internacional tenha mudado dramaticamente nos setenta anos desde a fundação das Nações Unidas, o CSNU sofreu apenas três reformas, de fato, significativas: o aumento do número de membros não permanentes na década de 60; substituição da República da China pela República Popular da China em meados de 1970, e a mudança da URSS pela Federação Russa após o fim da primeira. Pode-se ver, a partir dessas informações, que a necessidade de uma nova reforma é óbvia - o número de modificações no órgão são ínfimas comparadas às mudanças presentes no sistema internacional. Tornar o CSNU uma instituição mais transparente e democrática significaria aumentar a sua legitimidade face aos Estados no sistema internacional.

Toda a sistematização da ONU e do próprio CSNU ainda é a reprodução do cenário internacional do período pós-Segunda Guerra Mundial. Estados como Rússia, Reino Unido, EUA, China e, por insistência britâ-

1 A Conferência de São Francisco aprovou a Carta de São Francisco que criou, em 26 de junho de 1945, a Organização das Nações Unidas. Importa ressaltar que o Brasil esteve presente nessas conferências, com uma diplomacia imbuída de grande expectativa, em razão da contribuição que o país dera à vitória dos aliados (CERVO, 2009).

2 Em 1945, a ONU tinha cinquenta e um Estados-membros, já em 1963 esse número chega a 114 (BRIGIDO, 2010).

nica, a França, vencedores do conflito citado anteriormente, são os responsáveis pelos assentos permanentes do CSNU desde sua criação. Entretanto, com o decorrer do tempo, em virtude das próprias modificações internas da organização - como o aumento de 91 para 151 Estados-Membros - e à remodelação do cenário internacional pós-Guerra Fria, essa desigualdade da organização ficou inevitavelmente evidente. Atualmente, a ONU é composta por 191 membros e apenas 15 delegações representantes no CSNU - essa, e mais outras, é uma das alegações utilizadas para justificar a modificação estrutural do CSNU. Como já debatido neste parágrafo, é nítido que a composição atual não reflete a reorganização política e econômica ocorrida nos últimos trinta anos - e que o poder de veto poderia ser prejudicial à neutralidade das tomadas de decisões. O movimento pela reforma busca, dessa maneira, tornar o CSNU um órgão mais eficaz e transparente em suas escolhas.

Ainda nesse sentido, em 2004, houve uma coalizão de poder entre alguns estados, formando grupos com os mesmos objetivos políticos. Dessa forma, os diferentes países deixaram de fazer propostas em seus próprios nomes e passaram a fazer por meio desses grupos (Brigido, 2010). O primeiro a se formar foi o G4, contemplando a Alemanha, Brasil, Índia e Japão; após a formalização, uma reunião em Nova Iorque foi realizada para discutir a reforma das Nações Unidas em sua totalidade. O grupo fundamenta sua aspiração de reformar o CSNU com os mesmos argumentos mencionados anteriormente: o substancial aumento no número de Estados-membros da ONU e a imperativa representação equitativa de nações tanto desenvolvidas, quanto em desenvolvimento. O grupo propõe, então, a inclusão de Estados Africanos e reiteram a legitimidade de suas candidaturas para o CSNU. Porém, a proposta feita pelo grupo só teve patrocínio de apenas um estado-membro, a França, e desde então não houve adesão dos outros países. Independentemente, o G4 se articula, des-

de sua criação, em três níveis; reuniões de cúpula, reuniões ministeriais e reuniões com os diretores gerais - além dessas articulações citadas, os países se articulam também de forma externa, mantendo diálogo com a União Africana e com outros Estados Membros da ONU, além de disseminar suas campanhas para a mídia e para a população civil dos países membros do grupo.

Com o surgimento do G-4, o antigo grupo de países intitulado *coffee club*³ transformou-se no chamado UfC (Uniting for Consensus) e passou a rivalizar com as propostas do G-4 (Viotti, 2010, p. 88). Em um panorama, é imprescindível deixar de compreender as relações internacionais entre os países de ambos os grupos; a maioria dos integrantes da UfC são competidores, no cenário internacional, com os do G4. Contra o Brasil há a Argentina e o México. O Paquistão é contra a Índia. A Coréia do Sul se opõe ao Japão. A Espanha e a Itália reprovam a entrada da Alemanha no CSNU (Tarragô, 2010). Dessa forma, é possível observar que o grande obstáculo para a ampliação do CSNU reside nas divergências irreconciliáveis existentes entre os países membros - e é importante mencionar que essas divergências são causadas por fatores externos ao sistema presente na ONU; como a oposição italiana e espanhola à candidatura da Alemanha como membro permanente. A preocupação dos países está vinculada com o crescimento e com a projeção que o estado alemão teria dentro da União Europeia.

O embaixador Sardenberg (2009) sustenta que uma reforma eficaz do CSNU influenciaria a política internacional em sua totalidade, afetando as interações multilaterais no sistema global e poderia pôr fim à ordem internacional do período pós-Segunda Guerra Mundial, já, nitidamente, desatualizada. Paralelamente, o embaixador observa que o P5⁴ age, utili-

3 Grupo de países liderados por Egito, Itália, México e Paquistão, criado em 1997 com o intuito de vetar a ampliação do CSNU. Hoje, é chamado de UfC (*Uniting For Consensus*).

4 Os 5 países membros permanentes do CSNU.

zando principalmente o “poder de veto” para preservar suas hegemonias herdadas da Segunda Guerra Mundial.

A reforma do CSNU é um projeto internacional cuja aprovação está no limite da necessidade - para que a multipolaridade aconteça não só em perspectivas econômicas, mas também apareça nas decisões do sistema internacional, a presença de países de diferentes regiões mundiais é de extrema importância. De todo modo, para que tal feito seja possível, os Estados permanentes no CSNU devem abrir mão de sua hegemonia dentro do órgão para torná-lo mais uniforme, justo e transparente.

3.2 O ARGUMENTO DA DISFUNCIONALIDADE DO PODER DE VETO

A prerrogativa do poder de veto, concedida apenas aos cinco estados permanentes do CSNU, permite a cada um deles bloquear a adoção de resoluções propostas por outros membros. Este privilégio os coloca em uma posição de poder desproporcional, fazendo com que medidas que consideram contrárias aos seus interesses próprios, mesmo que amplamente apoiadas pela comunidade internacional, sejam bloqueadas e consequentemente esquecidas. Segundo Berdal (1996), a introdução do direito de veto no CSNU baseou-se na expectativa de cooperação desses países com interesses comuns. Isso deveria dar à ONU a legitimidade para intervir em países soberanos e garantir a paz mundial. No entanto, a proposta foi frustrada pelo surgimento de blocos rivais no período pós-Segunda Guerra, criando um papel controverso para a organização e para o próprio CSNU como guardiões ocasionais da paz e da segurança internacionais.

Um dos principais problemas do veto é a sua capacidade de paralisar o CSNU em situações de crise. Nos casos em que um ou mais membros permanentes tenham interesses estratégicos ou alian-

ças com atores envolvidos em conflitos, um veto pode impedir a adoção de medidas eficazes para resolver ou prevenir conflitos armados, crimes de guerra, genocídio e outras ameaças à paz e à segurança internacional. Isto prejudica a capacidade do Conselho de cumprir o seu mandato fundamental de manter a paz e a segurança internacional, criando um cenário de inação ou de resposta inadequada (Tarragô, 2019).

Para ilustrar os desafios que o CSNU enfrenta relativamente ao direito de veto, é útil analisar estudos de casos específicos. Por exemplo, o uso frequente do veto pelos EUA para bloquear resoluções relacionadas com o conflito em Israel tem sido amplamente criticado. Embora outros estados e outros membros do CSNU sejam favoráveis à intervenção humanitária ou a sanções contra o Estado de Israel, o uso do veto por um dos membros permanentes impede a adoção de medidas coercivas significativas. Esse tipo de ação resulta claramente em um prolongamento do conflito, na falta de direitos humanitários internacionais e em dificuldades na mediação e na assistência humanitária.

Com base na complexidade destas situações, muitas críticas e propostas foram sugeridas ao longo dos anos; uma delas consiste em limitar ou condicionar o uso do veto em casos de crimes em massa, genocídio e outras violações graves do direito humanitário internacional. Essa abordagem procura equilibrar a necessidade de consentimento com a responsabilidade de proteger as populações civis expostas a riscos extremos.

Tal como mencionado anteriormente neste artigo, outra proposta seria aumentar o número de membros permanentes do CSNU para incluir países que representam outras regiões geográficas, como África, América Latina e Ásia ocidental. Isto diluiria a influência dos

estreitos interesses nacionais e promoveria uma maior representação global nas decisões do Conselho, por ter seu poder distribuído em todos os continentes. Além disso, existem argumentos a favor de uma maior transparência nas deliberações do CSNU e de um maior envolvimento da AGNU em questões de paz e segurança. Isto pode ajudar a mitigar a percepção de que as decisões do Conselho são tomadas por um pequeno grupo de Estados com interesses instalados.

Em suma, a disfunção do veto do CSNU é um dos principais desafios à eficácia e legitimidade do sistema de segurança coletiva internacional, além de ser um desafio constante para a autoafirmação de países em desenvolvimento, indo contra a ideia de um possível sistema multipolar. Nesse sentido, a necessidade de uma reforma no órgão tem sido amplamente reconhecida, mas a implementação de grandes mudanças tem sido difícil devido às divisões entre os Estados-membros, especialmente entre os membros de dentro e de fora do CSNU.

3.3. ATUAÇÃO BRASILEIRA NO CSNU COMO MEMBRO ROTATIVO

Desde a fundação das Nações Unidas, em 1945, o Brasil tem buscado ativamente uma posição permanente no CSNU, argumentando que a estrutura atual do Conselho não reflete adequadamente a distribuição atual de poder e influência no cenário internacional. No contexto da Guerra Fria, o país foi um defensor ativo do multilateralismo e da diplomacia de paz, contribuindo significativamente para operações da ONU e participando ativamente de fóruns internacionais. Essa postura consolidou a reputação brasileira, que se mantém até os dias atuais, como um mediador confiável e um defensor dos direitos humanos (Bellé, 2015).

Desde sua primeira eleição como membro não permanente do

CSNU, o Brasil desempenha um papel ativo e construtivo nas operações e discussões do órgão. Como o segundo país com mais participações como membro rotativo do CSNU (ficando atrás apenas do Japão, com 11 participações), o país contribuiu com uma perspectiva diversificada e comprometida com os princípios do multilateralismo, diplomacia preventiva e solução pacífica de conflitos. Além disso, antes do nascimento da ONU, o país foi eleito sucessivamente entre os anos de 1920 e 1926 como membro não-permanente - porém, mesmo com tantas campanhas para seu assento permanente durante os períodos citados anteriormente, o estado brasileiro não obteve êxito, seja por falta de apoio interno, regional ou internacional (Brigido, 2010).

Ainda nesse sentido, o país líder regional da América Latina sustenta que sua participação permanente no CSNU fortaleceria a legitimidade das decisões tomadas pelo órgão, ao incluir uma voz representativa dos países em desenvolvimento e emergentes. A defesa brasileira por uma reforma do Conselho não se limita apenas à inclusão do Brasil, mas também de outros países como Índia, Alemanha, Japão e África do Sul (integrantes do G4, como já citado no presente artigo) reconhecidos como potências regionais e globais.

Apesar dos esforços do Brasil e de outros países em desenvolvimento para reformar o CSNU, a resistência dos membros permanentes atuais em abrir mão de privilégios adquiridos e a necessidade de consenso entre os Estados-membros da ONU têm impedido progressos substanciais na reforma do órgão. Além disso, questões relacionadas à eficácia do CSNU diante das novas ameaças à segurança internacional, como o terrorismo global, conflitos intrassistêmicos e mudanças climáticas, continuam a ser foco de debates intensos (Oliveira, 2017).

O país argumenta que, com seu histórico de contribuições significativas para a manutenção da cooperação, e com a participação de mis-

sões de paz em diversos países e regiões conflituosas, a sua diplomacia está sempre em busca de promover o diálogo e a cooperação internacional, e enfatiza a importância da soberania nacional e da não intervenção nos assuntos internos de outros Estados como princípios fundamentais de sua política externa. Nesse sentido, o Brasil propôs a criação de novos assentos permanentes, restrição do uso do veto e regulamentação das operações de paz, criando um capítulo “intermediário” entre os capítulos VI e VII da Carta. (Oliveira, 2017)

A presença do Brasil no CSNU não apenas reflete um interesse nacional em aumentar sua influência global, mas também uma aspiração compartilhada por muitos países em desenvolvimento de reformar as estruturas de governança global para torná-las mais inclusivas e responsivas aos desafios globais contemporâneos. A continuidade desses esforços não apenas fortalecerá a posição do Brasil como ator global comprometido com a paz e segurança internacional, mas também promoverá uma ordem mais justa e equilibrada, capaz de enfrentar os desafios de forma eficaz e cooperativa.

4. REPERCUSSÃO INTERNA DAS AÇÕES BRASILEIRAS PELO ASSENTO PERMANENTE

A campanha brasileira pelo assento permanente no CSNU ocorre de forma diretamente associada à sua realidade interna e aos desdobramentos que ocorreram na política nacional nesse período, desde as instabilidades do governo militar, até a redemocratização e os anos recentes de polarização política. A inserção internacional do Brasil não corresponde, dessa forma, a uma razão somente de Estado burocrática, mas, antes, aos reais propósitos nacionais, reclamados e respaldados pela sociedade (Corrêa, 2014, p. 29).

A partir dessa análise, pensando no contexto de uma retrospectiva da Política Interna Brasileira, pode ser analisado que a industrialização do Brasil - especialmente a partir do governo Kubitschek - foi um importante período para a visão que os formuladores da política externa tinham do país, pois foi fortalecida a análise de que o Brasil poderia ter um papel geopolítico maior do que tinha desde a sua independência e de que poderia exercer influência na ordem internacional. Essas ideias iniciaram com a ascensão do Barão do Rio Branco ao Ministério das Relações Exteriores, criando uma nova fase de mais afirmação na diplomacia brasileira, consolidando tendências já esboçadas na transição da Monarquia para a República. Com Rui Barbosa, os ideais da multipolaridade e da igualdade entre os Estados ganharam ainda mais protagonismo na PEB, ainda no contexto da criação da Liga das Nações (Holanda, 1997).

Com Rio Branco e Rui Barbosa, ganham força ideais pragmáticos, universalistas, pacifistas, autonomistas e americanistas na PEB, que vão influenciá-la por um longo período. Se manteve o ideal de um Brasil que não deveria se contentar com a posição secundária no cenário internacional e que deveria buscar influenciar a ordem a seu favor - posição que se manteve durante os governos militares, embora alguns com mais ênfase que outros. Após a volta ao regime democrático, o Brasil passou por diversas modificações e instabilidades internas, mas os formuladores de política externa mantiveram até o governo Fernando Henrique Cardoso a ideia de que o país devia se empenhar na construção de uma política externa que não o prejudicasse no curto, mas especialmente no longo prazo, como já havia ocorrido em tantos momentos de sua história.

Em anos mais recentes, houve uma maior polarização das opiniões sobre a atuação do Brasil em política externa, fato que se une ao contexto da polarização geral existente na política interna. De acordo com pesquisas realizadas junto a comunidade de política externa, houve, no início do

Século XXI, um aumento da aspiração das elites de tornar o Brasil um ator com voz ativa na política mundial. (Souza, 2009). O apoio ao pleito brasileiro vem caindo. Em 2001 era de 76% e agora diminuiu para 54%. É importante destacar, quando falamos nas prioridades ou no conteúdo dos temas de política externa, que aumentaram as divergências entre o governo e setores organizados da sociedade (Haag, 2009). Apesar disso, há um certo abandono e desinteresse da população geral sobre os temas de política externa, já que não existe uma educação básica específica sobre ela e não há efeitos tão imediatos sobre a comunidade civil.

Apesar disso, a ideia do Brasil ganhando maior protagonismo no cenário internacional já existe há algum tempo na população geral. Estudos mostram é que a aspiração de tornar o país um ator relevante no cenário internacional é parte da própria identidade nacional, tal como construída pelas elites brasileiras, a partir de elementos que dizem respeito à ideia de um país de dimensões continentais empenhado em consolidar sua posição de liderança (Haag, 2009). De acordo com a pesquisadora, a Conferência de Paz de Paris marca uma das primeiras manifestações de um traço distintivo da nossa política internacional: a percepção das elites sobre um suposto direito de reconhecimento pela comunidade internacional do diferencial do país na hierarquia mundial.

4.1 REPERCUSSÃO EXTERNA DAS AÇÕES BRASILEIRAS PELO ASSENTO PERMANENTE

Além do âmbito interno, as ações do Brasil na campanha pelo assento permanente são indissociáveis da conjuntura política do Sistema Internacional, em que o projeto de aumento do número de membros permanentes foi por vezes apoiado e por outras rechaçado pelos atores, sempre dentro da conjuntura histórica e das divisões geopolíticas intrínsecas ao momento. Em 2004, quando foi lançado o Grupo dos 4 (G-4), menciona-

do anteriormente, a proposta gerou uma importante reação política envolvendo o CSNU, pois os países que se opunham a esse projeto criaram um consenso para resistir a ele, o UfC (Uniting for Consensus), estando entre eles Argentina, Canadá, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Espanha, Itália, Malta, México, Paquistão, São Marino e Turquia. Entre os motivos para a oposição à proposta do G-4, havia o fato de que alguns Estados não queriam que seus rivais regionais ganhassem o palco e legitimidade que o Conselho provê a seus membros permanentes, enquanto outros discordavam da eficácia da reforma e da ideia de criar novos assentos permanentes pois não acreditavam que isso de fato levaria a uma democratização. A maior parte dos opositores afirmava que uma reforma deveria ser aprovada de forma consensual entre os membros das Nações Unidas, não bastando que fosse aprovada por dois terços da Assembleia Geral. Esse tipo de aprovação seria um forte entrave para a campanha do Brasil, pois esta necessitaria de uma unanimidade quase nunca antes vista na ONU para ser aprovada. (Vargas, 2011)

Dentre os países que reagiram à campanha do Brasil, alguns se destacam tanto pelo seu capital político quanto por conta de seu posicionamento ter influenciado o de outros atores. Os EUA, por exemplo, no período em que se negociava a criação do CSNU, expôs em diversos debates a possibilidade de o Brasil integrar o Conselho como membro permanente, embora sempre de forma inconstante e parcial. O argumento de grandes potências como os EUA ante as ideias de reforma é de que o CSNU, com o aumento do número de membros permanentes, perderia a sua efetividade, ou seja, eles realçam que o Conselho não pode ser tão grande ao ponto de que se torne ineficaz. Já foi colocado por representantes oficiais americanos, também, que eles apoiariam o Brasil caso ele obtivesse apoio regional na América Latina, fato que sempre foi prejudicado principalmente por conta da rivalidade diplomática com a Argentina (Arraes, 2005).

Já em 2002, o Brasil obteve o apoio da Rússia, na ocasião da visita do presidente Cardoso a este país (Cardoso, 2002). Durante o governo Lula, no início do Século XXI, houve um importante apoio do Reino Unido, e a reiteração do apoio da França. A França apoiou a inclusão de grandes países representantes da Ásia e da América, como Índia e Brasil, bem como da África, afirmando que levava em conta o tamanho dos países em desenvolvimento e de suas capacidades para se candidatarem a obter uma vaga permanente (Moraes, 2003). Dentre o apoio dessas potências, houve uma certa defesa da ideia de que o CSNU deveria se adaptar às novas características do Sistema Internacional e também à crescente multipolaridade.

A China, por sua vez, teve um percurso de apoio à participação dos países em desenvolvimento, especialmente os pertencentes ao grupo dos BRICS, demonstrando em eventos o seu apoio à candidatura do Brasil. Na primeira declaração conjunta do grupo BRICS, foi defendida a consolidação de um sistema internacional baseado em uma diplomacia multilateral, momento em que China e Rússia explicitaram apoio às aspirações de Brasil e Índia de ampliarem suas participações nos quadros das Nações Unidas (Brics estabelecem, 2008).

Apesar do apoio de diversas potências de grande peso no Sistema Internacional, a campanha do Brasil pelo assento permanente na América Latina passou por dificuldades, vindas especialmente da relação com Argentina, Colômbia e México. No primeiro ano do governo Lula, ele obteve apoio da maior parte dos sul-americanos, entre eles os apoios do Peru, Bolívia, Uruguai, Equador, Suriname e Guiana foram declarados após diálogos diplomáticos com Lula no início do século XXI, todavia o apoio de Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela não foi alcançado. No caso da Argentina, havia uma rejeição consistente do papel do Brasil como líder regional e, consequentemente, no Órgão da ONU. (Leite, 2011)

Durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, ocorreram mudanças significativas da manutenção da política externa brasileira, com um retorno a busca pelo destaque do Brasil como um defensor do multilateralismo, da integração na América e de fortes críticas às assimetrias das relações e representação dos países periféricos (Silva, 2015). Desde o início do terceiro mandato de Lula, iniciado no ano de 2023, se mantém, na contemporaneidade, o posicionamento sustentado desde 1994 de busca por um assento permanente no Conselho de Segurança. Apesar disso, a campanha recente tem se caracterizado por mais duras críticas à utilização do poder de veto dos membros permanentes como um sustentáculo de poder. O posicionamento de Lula se iniciou ainda antes de tomar posse, em seu discurso na COP27 em 2022 (Ferreira, 2024). Já no início do mandato, em encontro com o presidente do Uruguai, Lacalle Pou, Lula dá início à suas manifestações de defesa a maior participação nos foros da ONU e do fim do poder de veto:

(...) Então eu espero contar com o Uruguai nessa briga por uma nova governança mundial; com mais países participando, com mais países no Conselho de Segurança da ONU e sem direito a veto. Aí a ONU será mais representativa, e quem sabe, não estaria havendo a guerra Rússia X Ucrânia, se a ONU tivesse representatividade (Lula Da Silva, 2023).

Recentemente, no âmbito da reunião de abertura da reunião ministerial do G20, grupo que reúne os ministros e chefes dos bancos centrais das maiores economias do mundo mais a União Africana e União Europeia, Lula reforçou o posicionamento que manteve desde seu primeiro governo, de que há uma necessidade de reforma da governança global. De acordo com ele, o atual formato do Conselho de Segurança concentra poder e não é capaz de resolver e prevenir conflitos, não seguindo portanto a sua atribuição inicial. A principal crítica é sobre a falta de transparência e coerência nas decisões que são tomadas. (República Federativa do Brasil, 2024). Dessa forma, analisa-se que a Política Exterior teve uma alteração,

de um foco maior na busca de um assento permanente para o Brasil para uma busca de reforma em geral e fim do poder de veto como ele funciona hoje.

Apesar das críticas de Lula ao formato do CSNU, a proposta não tem ressoado de forma homogênea entre os membros permanentes e o público geral. No caso da Rússia, o Estado se coloca em diversos discursos como apoiador de um CSNU reformado, para que seus membros passem a refletir a natureza multipolar do mundo moderno. Apesar disso, há a defesa da permanência do poder de veto, com o argumento de que ele garante o balanceamento e realismo das decisões tomadas. O Estado dá o exemplo de como o veto da Rússia preveniu sanções contra-produtivas contra o Mali (Polyanskiy, 2024). No caso do Reino Unido, há uma defesa da reforma do CSNU, incluindo a representação permanente de Índia, Alemanha, Japão e Brasil e da utilização responsável do poder de veto, mas não do seu fim (Kariuki, 2023).

No caso do Estado francês, há um posicionamento de defesa da reforma do CSNU para aumentar sua autoridade e representatividade, mas não abolir o poder de veto. O Estado defende uma utilização responsável do poder de veto, evitando utilizá-lo por exemplo em evento de atos de atrocidades em massa (França, 2021). A posição americana é de veemente não apoio à expansão do poder de veto. O apoio dado pelo Estado é para a criação de assentos permanentes para dois Estados africanos e um a ser rotacionado entre pequenas ilhas em desenvolvimento (Greenfield, 2024). A China apoia reformas do Conselho de Segurança, dando maior representatividade e voz a países subdesenvolvidos, incluindo Estados africanos, permitindo que países independentes participem das tomadas de decisão do CSNU. Eles destacam a necessidade de levar adiante discussões baseadas em consenso (Fu Cong, 2024).

Percebe-se, sob essa análise, que a diplomacia brasileira se engajou

em diversos esforços para se configurar como um representante legítimo da América Latina e ocupar um espaço de maior protagonismo na diplomacia mundial, ao mesmo tempo em que buscou tecer um rol de alianças diplomáticas que fortalecesse o apoio para sua candidatura como membro permanente no CSNU. O Brasil também se envolveu no apoio a missões de paz, a fim de ganhar capital político estratégico para sua aceitação como membro permanente, fato que era incentivado especialmente pelos EUA. No âmbito mais recente do governo Lula, foros multilaterais têm sido palco para discursos que buscam cada vez mais estruturar a ideia da reforma, destacando a forma disfuncional e desigual da estrutura institucional da ONU.

Apesar disso, o caminho para uma reforma do sistema multilateral é complexo, e envolve a disputa entre diferentes interesses, tanto regionais quanto entre os próprios membros permanentes. Tem havido uma ampliação do discurso sobre a reforma do CSNU tanto entre membros da assembleia geral quanto do próprio Conselho, mas nenhum projeto específico ganhou grande apoio nem se desenvolveu definitivamente. Embora tenha conseguido apoio de dez dos doze países da América do Sul, o Brasil não obteve apoio de dois importantes países, Argentina e Colômbia, o que prejudicou, e prejudicou ainda, fortemente, a sua campanha. No caso dos membros permanentes, Rússia e China são os maiores apoiadores de uma reforma e da entrada do Brasil, mas também não apadrinharam de forma definitiva a proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, é analisado que o Brasil tem se provado ao longo dos anos como um ator que participa de forma ativa das organizações internacionais, e que se coloca como um candidato legítimo para ocupar um assento permanente no CSNU, tendo em vista que incentiva a multi-

polaridade e busca com a campanha aumentar a participação igualitária de Estados de diferentes níveis de desenvolvimento. A hipótese sustentada é de que a multipolaridade no Sistema Internacional é fortemente prejudicada pela estrutura institucional do CSNU, que privilegia uma concentração de poder nos cinco membros permanentes do órgão.

Por meio do estudo realizado, demonstrou-se que processos como a introdução de novos países-membros no CSNU, dependem não apenas do desenvolvimento de um determinado candidato (neste caso, o Brasil), mas sim da aceitação dos estados que já são permanentes no Conselho. A quantificação e o estudo de reformas significativas no órgão ao longo dos quase 80 anos de ONU permite que a tese acima citada seja confirmada - independentemente do número de tentativas, as reformas, sejam por vontades internas ou externas, nunca chegaram a uma significância grande o suficiente para inserir o Brasil, ou outros países não permanentes no CSNU, em um cenário de grandes potências no cenário internacional.

Em conjunto com essa ideia, entende-se que, além das problemáticas já citadas, o poder de veto dentro do Conselho também é uma ferramenta que impede a inserção do Brasil em um cenário internacional. Identificou-se, durante os estudos do presente artigo, que o veto é administrado pelos membros permanentes para fazer com que seus próprios interesses prevaleçam - e inserir um novo país no órgão não é um deles. Tendo isso em vista, conclui-se que em conjunto com a falta de representatividade brasileira como membro permanente no CSNU, a disfuncionalidade do poder de veto são impasses para a colocação do Brasil no cenário internacional como uma potência mundial - seja por apoio propriamente interno, ou externo.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, R. A Política Externa Brasileira e o “Sentimento de Exclu-

são”. In: Gelson Fonseca Jr. e Sérgio Henrique de Castro (orgs), **Temas de Política Externa Brasileira II**, vol. 1, São Paulo, Paz e Terra, P. 31-46. 1994.

AMORIM, C. Política Internacional e o Brasil no Mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível. **Cebri Revista: As Relações Internacionais e o Brasil no Mundo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 19-32, jan. 2022. Disponível em: https://cebri.org/revista/media/revistas/arquivos/CEBRI-Revista_-_Edicao_Espec.pdf. Acesso em: 07 jun. 2024.

AMORIM, C. Discurso do Embaixador Celso Amorim por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em Brasília. In: IPRI/FUNAG (Org.). **A Política Externa do Brasil**. Brasília: Funag, 2003. p. 47-60.

ARRAES, V. C. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 152-168, dez. 2005.

AZAMBUJA, M. O lugar do Brasil. **Cebri Revista: A reconstrução da política externa brasileira**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 16-30, jan. 2023. Disponível em: https://cebri.org/revista/media/revistas/arquivos/CEBRI-Revista_5a_edicao_Jan-.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

BERDAL, M. R. **The Security Council, peacekeeping and internal conflict after the Cold War**. Duke J. Comp. & Int'l L., v. 7, p. 71. 1996

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. **Ministério das Relações Exteriores**, 15 de Jun. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/paz-e-seguranca-internacional/reforma-do-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas>. Acesso em 26 de Jun. 2024.

BRIGIDO, E.V.. **O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU: estratégias da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente**. 2010. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências

Políticas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CARLOS ENRIQUE RUIZ FERREIRA, F. **Brazil as a Non-Permanent Member of the UN Security Council During the 2010-2011 Term.** Acesso em: 7 fev. 2024.

CORRÊA, A. et al. **O BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/o_brasil_e_o_conselho_de_seguranca_das_nacoes_unidas_2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

DE MELLO BARRETO, F. A Política Externa Após A Redemocratização Brasília: **Ministério das Relações Exteriores**, 2012. Acesso em: 15 fev. 2024.

EVANS, G.; NEWNHAM, J. **Dictionary of International Relations.** Londres: Penguin Reference, 1998. 622 p.

FU CONG. **Remarks by Ambassador Fu Cong at the UN General Assembly Plenary Meeting on the Implementation of the Outcomes of the Major UN Conferences and Summits and the Strengthening and Reform of the UN System.** 07 Out. 2024. Disponível em: http://un.china-mission.gov.cn/eng/hyyfy/202410/t20241008_11503315.htm. Acesso em 10 Out. 2024.

FRANÇA. **France and the United Nations Security Council.** Set. 2021. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/france-and-the-united-nations/france-and-the-united-nations/france-and-the-united-nations-security-council/>. Acesso em: 10 Out. 2024.

GARCIA, E. V. De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 1, p. 159–177, 2011.

GARZÓN, J. F. Multipolarity and the future of economic regionalism. **International Theory**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 101-135, 17 out. 2016. Dis-

ponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-theory/article/abs/multipolarity-and-the-future-of-economic-regionalism/0418032901079B335295729FA020CC92>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GREENFIELD, L. T. **Remarks by Ambassador Thomas-Greenfield at a Moderated Conversation on the Future of Multilateralism and UN Reform at the Council on Foreign Relations**. 12 Set. 2024. Disponível em: https://usun.usmission.gov/remarks-by-ambassador-thomas-greenfield-at-a-moderated-conversation-on-the-future-of-multilateralism-and-un-reform-at-the-council-on-foreign-relations/?_ga=2.26275645.1803214569.1728574965-67076462.1725637126. Acesso em: 10 Out. 2024.

HAAG, C. A permanência do assento permanente. **Revista Pesquisa Fapesp** Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/a-permanencia-do-assento-permanente/>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HERZ, M. O Brasil e a reforma da ONU. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, v. 46, n. 99, p. 77–98, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, (vol.1,2,3). 1997.

HURD, I. **After anarchy : legitimacy and power at the United Nations Security Council**. 3. ed. Princeton, N.J. ; Woodstock: Princeton University Press, 2008. p. 1–23

KARIUKI, J. **The UK calls for Security Council expansion: UK statement at the UN General Assembly**. 28 Nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/the-uk-calls-for-security-council-expansion-uk-statement-at-the-un-general-assembly>. Acesso em: 09 Out. 2024.

KUNRATH, B.; DA SILVA, A. L. R. Brasil e Índia na Reforma do Conselho de Segurança da ONU: o posicionamento dos Membros Permanentes e os apoios regionais. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 121–143,

2014. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/131>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LEITE, P. S. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília, DF; Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LULA DA SILVA, L. I. **Discurso do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva: “Compromisso com a Mudança”**. São Paulo, 28 de out. 2002. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discurso. Acesso em: 10 out. 2024.

LULA DA SILVA, L. I. **Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com presidente do Uruguai**, Lacalle Pou. Montevideu, Uruguai, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/pronunciamento-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-encontro-com-presidente-do-urugui-lacalle-pou-montevideu-25-01-2023>. Acesso em: 09 out. 2024.

MAPA, Dhiego de Moura. Inserção Internacional no Governo Lula: interpretações divergentes. **Revista Política Hoje**, v. 19, n. 1, 2010.

MARCHIORO, K. Propostas e grupos da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas [Proposals and Groups of the Reform of the Security Council of the United Nations]. **Revista Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 244-252, out./dez. 2013.

MARQUES, M.P. O veto no Conselho de Segurança da ONU no pós-Guerra Fria. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais: diálogos e reflexões**, Paraíba, v. 9, n. 18, 2022.

MAXUGATO, B. A projeção internacional do Brasil para um mundo multipolar. **Observatoire Des Amériques Montréal**, Montreal, v. 14, n.

4, p. 1-12, 4 out. 2014. Disponível em: https://archipel.uqam.ca/9581/1/cda_volume_14_numero_4_outobre_2014.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

MENDES, F. P. O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança: uma análise realista. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 113–142, abr. 2015.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. **Continuidades e discontinuidades nos governos Temer e Bolsonaro na política externa brasileira (2016-2020)**. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/51549/35873>. Acesso em: 11 out. 2024.

OLIVEIRA, V. **O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU entre os Governos Itamar e Lula**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008

PIRES, M. S. A AGENDA INTERNACIONAL DO BRASIL: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE FHC À LULA, DE <i>AMAURY DE SOUZA</i>. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 18, n. 2, 2010. DOI: 10.4322/tp.v18i2.189. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/189>. Acesso em: 24 jun. 2024.

POLYANSKIY, D. **Statement by Charge d’Affaires Dmitry Polyanskiy at the UNSC briefing on Africa’s effective representation in the UN Security Council**. 12 Ago. 2024. Disponível em: <https://russiaun.ru/en/news/120824zpolaynskiy>. Acesso em: 09 Out. 2024.

REIS DA SILVA, A. L. Geometria Variável e Parcerias Estratégicas: A Di-

plomacia Multidimensional do Governo Lula. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 143-184, abr. 2015.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Discurso do presidente Lula na Sessão de Abertura da Reunião Ministerial do G20**. Nova York, EUA, 25 Set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/09/discurso-do-presidente-lula-na-sessao-de-abertura-da-reuniao-ministerial-do-g20>. Acesso em: 10 Out. 2024.

ROSI, B. G. O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas no Governo Dilma. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 3, n. 11, p. 58–69, 2012. DOI: 10.22456/2178-8839.25359. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/25359>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso no Debate Geral da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 11 out. 2024.

SALGADO, C.O. **A política externa do Brasil entre a multipolaridade e a interdependência: o papel das coalizões sul-sul e análise das contribuições às organizações internacionais e bancos regionais como modalidade da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional na era Lula**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100047&lng=en&nrm=abn. Acesso em 20 de junho de 2024.

SARDENBERG, R.M. Reforma das Nações Unidas: impasses, progressos e perspectivas. In: FUNAG (Org.). **IV Conferência Nacional de Política**

Externa e Política Internacional “O Brasil no mundo que vem aí”: Reforma da ONU. Brasília: Funag, 2010. p. 43-62.

SILVA, A. L. R. da. Geometria Variável e Parcerias Estratégicas: A Diplomacia Multidimensional do Governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n., p. 143-184, jan./abr. 2015.

SILVA, A. L. R. da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Interacción Sino-Iberoamericana.**, 2(1): 1–26, 2022. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html>. Acesso em: 8 de out. 2024.

SOUSA, André Luiz Coelho Farias de; SANTOS, Vinicius Silva dos. A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU. **Mural Internacional**, v. 5, n. 2, p. 128-138, jul.-dez. 2014.

STUENKEL, O. Leading the disenfranchised or joining the establishment? India, Brazil, and the UN Security Council. **Carta Internacional**, 5(1), p. 53–63. 2016. Recuperado de <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/529>

TARRAGÔ, P.D.S. A reforma da ONU: a Comissão da Paz e ampliação do Conselho de Segurança. In: FUNAG (Org.). **IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional “O Brasil no mundo que vem aí”: Reforma da ONU.** Brasília: Funag, 2010. p. 27-42.

UZIEL, E. **O Voto do Brasil e a Condição de Membro Eletivo no Conselho de Segurança da Nações Unidas.** Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Uziel/publication/301497007_O_voto_do_Brasil_e_a_condicao_de_membro_eletivo_no_Conselho_de_Seguranca_das_Nacoes_Unidas/links/571688fd08aeefeb022c39df/O-voto-do-Brasil-e-a-condicao-de-membro-eletivo-no-Conselho-de-Seguranca-das-Nacoes-Unidas.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024.

VARGAS, J.A.C. **Campanha permanente: o Brasil e a reforma do Con-**

selho de Segurança da ONU. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

VIGEVAINI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./dez. 2007.

VIOTTI, M.L.R. A Reforma das Nações Unidas. In: SOARES et al. **Reforma da ONU.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p.81-98.

ZIEMATH, G. **O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011).** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2016.

A Política Externa dos EUA para a China e o Fim da Ambiguidade Estratégica

José Torrecilha Sanches Costa

Monah Spier Barbieri

Vitor Redivo Ferreira

INTRODUÇÃO

A ambiguidade estratégica, um dos mecanismos responsáveis por manter a estabilidade das relações entre Estados Unidos (EUA) e China, estabelecida desde a década de 1970, tem apresentado incertezas sobre sua manutenção. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a política externa dos EUA e debater a ambiguidade estratégica: suas raízes históricas, sua aplicabilidade e sua pertinência na atualidade. Para isso, o trabalho será dividido em três partes, que visam fazer uma apresentação histórica das relações sino-americanas e discutir sua situação presente.

Assim, a primeira parte do texto cobre o processo de aproximação entre os dois países a partir da década de 1970, momento em que ocorreram importantes mudanças no sistema internacional e na própria política interna e externa chinesa. O próximo tópico apresenta um panorama geral da presença dos EUA no continente asiático, por meio da discussão em torno da política do “Pivô da Ásia”. A terceira parte conceitua a ideia de ambiguidade estratégica e apresenta sua aplicabilidade nas últimas décadas, do governo de Bill Clinton ao governo de Joe Biden, a fim de poder discutir seu futuro e a possibilidade de seu fim.

O trabalho foca na política externa dos EUA da década de 1990 até

os dias de hoje com o objetivo de melhor compreender sua evolução. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, tendo como base tanto as fontes acadêmicas tradicionais (artigos e livros) quanto documentos emitidos pela China e pelos EUA para demonstrar a evolução das relações entre os dois Estados de forma clara.

1 APROXIMAÇÃO SINO-ESTADUNIDENSE NOS ANOS 1970

Em Fevereiro de 1972, Richard Nixon desembarcava no aeroporto de Pequim, tornando-se o primeiro presidente americano a pisar no país desde a revolução. Tal visita é considerada um momento crucial para a política externa americana na Ásia, a guerra do Vietnã (1955-75) estava chegando ao fim e era preciso desenhar uma nova estratégia para o continente. Além disso, a visita marca o desenvolvimento das relações diplomáticas formais entre a China Popular e os EUA, mas para compreender esse processo, é preciso entender o momento político que ambos os países atravessavam.

A Guerra do Vietnã teve uma grande repercussão negativa na política doméstica americana, vários setores da sociedade civil se organizaram para protestar e pressionar o governo pelo fim do conflito. Neste sentido, Nixon era obrigado a formular uma nova estratégia que garantisse a liderança americana do mundo e, ao mesmo tempo, atendesse à demanda civil por pacifismo, surgindo, assim, a “Doutrina Guam”. Tal doutrina marcou uma nova estratégia para a Ásia, região que era considerada um grande fator de instabilidade no sistema internacional, e que se constituía pela conciliação entre a necessidade americana de atuar no continente e a sua responsabilidade de evitar novos conflitos. A aproximação entre EUA e China se insere nesse contexto por conta de dois motivos: o cisma Sino-Soviético abriu uma fissura na bipolaridade do sistema internacional a partir de 1960, e a China, isolada, era poderosa demais para ser ignorada

(Furtado, 2010).

Neste sentido, a China dos anos 1970 atravessava um período de grande turbulência política, denominado “Revolução Cultural” (1966-74). Não cabe analisar em profundidade esse processo, mas é importante ter em conta que a ruptura entre os chineses e soviéticos em 1960 abrangeu diversos tópicos, desde fundamentos do marxismo, até questões de segurança internacional, e acarretou no isolamento de Pequim, bem como no acirramento das disputas dentro do campo socialista. Além disso, em 1964, a China testou sua primeira bomba atômica e ascendeu ao posto de potência nuclear. A Revolução Cultural se insere nesse cenário por ser, num primeiro momento, uma disputa política deflagrada por Mao Zedong contra a ala pró-soviética do Partido Comunista e por representar, posteriormente, uma virada na política externa chinesa, colocando o Maoísmo como farol ideológico para o terceiro mundo¹ (Bianco, 1976). Contudo, a partir de 1970, após ter promovido a dita “depuração partidária”, Mao adota uma postura pragmática com o objetivo de garantir o reconhecimento do status da China enquanto potência. O discurso de Deng Xiaoping (1974) na Organização das Nações Unidas (ONU) ilustra essa virada: Um país poderoso, mas muito consciente de seu tamanho e de seu lugar no mundo.

Desse modo, a aproximação sino-americana se insere nesse contexto de disputas pela Hegemonia mundial -por parte dos americanos- e de disputa pela soberania e reconhecimento internacional -por parte dos chineses. Ambas disputas tinham como adversário comum a União Soviética (URSS). Ao analisar a ruptura das relações entre chineses e soviéticos em 1960, pode se observar que ela se deu, tanto em um sentido ideológico, haja vista as divergências acerca da teoria marxista quanto em um sentido

¹ Essa virada é bastante discutível, por mais que no campo discursivo os chineses adotassem uma posição terceiro-mundista e anti-colonial, na prática a diplomacia do país alternava entre o anti-imperialismo militante e o realismo (Furtado, 2010).

estratégico, uma vez que, durante os conflitos fronteiriços entre China e Índia, Moscou forneceu apoio material e financeiro aos indianos. Além disso, chineses e soviéticos tinham pequenas disputas fronteiriças, que desgastavam as relações entre os dois países (Bianco, 1976).

Antes de retornar à visita de Nixon, é preciso mencionar que americanos e chineses já mantinham diálogos desde 1969, e que, em 1971, a República Popular da China havia conquistado um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, assim substituindo a República da China, Taiwan. Esse fato revela uma virada importante na política externa americana, que apesar de na época reconhecer apenas Taiwan como a verdadeira China, já caminhava para a estabelecer relações formais com a República Popular. Desse modo, o “Comunicado de Xangai” (1972), publicado ao final da viagem do presidente, apresentava de forma sucinta o diálogo entre Washington e Pequim. O documento mostra que Nixon estava disposto a negociar a paz, a retirar as tropas do Vietnã e a manter o apoio à Coreia do Sul e ao Japão. Ao mesmo tempo, os chineses não fizeram compromissos concretos mas demonstraram seu interesse num mundo mais pacífico e demarcaram sua posição contrária às políticas de Hegemonia, de intervenção e de imperialismo. A questão de Taiwan aparece no texto de maneira sucinta:

Os Estados Unidos reconhecem que todos os chineses de ambos os lados do Estreito de Taiwan defendem que há apenas uma China e que Taiwan é parte da China. O governo dos Estados Unidos não contesta essa posição. Ele reafirma seu interesse numa resolução pacífica da questão de Taiwan pelos próprios chineses. Com essa perspectiva em mente, ele afirma o objetivo último da retirada de todas as suas forças e instalações militares de Taiwan.(UNITED STATES, 1972, p. 376-79. Tradução nossa.)²

2 “The United States acknowledges that all Chinese on either side of the Taiwan Strait maintain there is but one China and that Taiwan is a part of China. The United States Government does not challenge that position. It reaffirms its interest in a peaceful settlement of the Taiwan question by the Chinese themselves. With this prospect in mind, it affirms the ultimate objective of the withdrawal of all U.S. forces and military installations from Taiwan.”

Assim, em 1979, a embaixada americana é transferida de Taipei para Pequim, concretizando o reconhecimento da República Popular enquanto a legítima China e inaugurando uma nova era nas relações diplomáticas sino-americanas (Pautasso, 2006). Ademais, a normalização das relações sino-americanas coincide com o período da política de modernização da China sob o governo de Deng Xiaoping. Iniciadas em 1978, as “Quatro Modernizações” englobavam as áreas de agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas.

Dessa forma, estas representavam a abertura econômica e política da China, especialmente por meio do estabelecimento das primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEEs³). É importante ter em mente que essa política de modernização se dá pelo distensionamento da Guerra Fria e pela oportunidade de explorar a parceria estratégica com os EUA (Visentini et al., 2013).

No plano estratégico, Kissinger (2011) menciona que a política externa de Deng se diferenciava da política de Mao ao dar maior prioridade à parceria com os EUA e ao encarar a ameaça soviética de maneira concreta, afirmando que Moscou tinha a intenção de cercar a China. Nesse sentido, Deng se mostrava um excelente articulador político ao conseguir normalizar as relações com o Japão; ao apoiar o Khmer Vermelho contra o Vietnã (tido como importante aliado soviético no sudeste asiático); e, ao mesmo tempo, participar de encontros e jantares com importantes empresários americanos. Todavia, Deng era exigente e via que a China tinha um grande papel a exercer na contenção da URSS, mas, para isso, era preciso alinhar primeiro os interesses americanos e chineses, então, partir para uma tática ofensiva de contenção. Assim, em 1979, é deflagrada a Guerra Sino-Vietnamita com apoio tácito dos EUA. Motivado por uma suposta retaliação contra as escaramuças entre Vietnã e Camboja, a guerra também tinha o

3 As ZEEs são polos industriais abertos ao capital privado estrangeiro e tiveram um importante papel para o desenvolvimento da indústria chinesa (Visentini et al., 2013).

objetivo de garantir o equilíbrio de forças no sudeste asiático por meio da redução das capacidades materiais e do isolamento do Vietnã. A fase mais intensa do conflito foi curta (Fevereiro-Março de 1979⁴) e muito custosa para a China mas serviu para demonstrar sua força e desgastar o exército e o Estado vietnamita, confirmando a fragilidade do bloco soviético e a doutrina chinesa de contenção ofensiva (Kissinger, 2011).

A década de 1980 foi marcada por recuos da URSS, que perdia espaço na África, na Europa Oriental e no Afeganistão. A partir de 1985, suas relações com a China entraram num processo de normalização e os países assinaram um acordo de comércio. Os chineses continuavam a aprofundar suas reformas, ingressando no Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1980, o que contribuiu para promover a descoletivização do campo e ampliar as ZEEs. O resultado das reformas foi estrondoso, a República Popular passou a crescer numa taxa nunca antes vista e a qualidade de vida do povo também melhorou de maneira considerável.

Contudo, a década no geral foi bastante turbulenta: O declínio da URSS; os conflitos no sudeste e no centro da Ásia junto a outros eventos importantes, mostravam que o continente era um sistema de Estados instável. O ano de 1989 na China, foi marcado por intensos protestos estudantis financiados por instituições privadas ocidentais. Inicialmente, os estudantes protestavam por maior liberdade de imprensa e contra a corrupção. Todavia, os protestos tomaram uma proporção muito maior do que a inicial e suas pautas ficaram cada vez mais difusas. Os manifestantes chegaram a ocupar a Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*), mas a polícia e o exército conseguiram dispensá-los e colocar um fim aos protestos. A resposta das forças de segurança foi vista como exagerada no ocidente e isso colocou as relações sino-americanas num impasse entre sancionar a China e pressioná-la por uma mudança na sua política de direitos humanos ou se

4 As escaramuças fronteiriças entre China e Vietnã se encerraram apenas em 1990 com a normalização das relações entre os dois países (Chang-Sheng, 2017).

abster. Em outras palavras, isolar Pequim e conter seu crescimento econômico ou deixá-la correr livre (Kissinger, 2011).

George H. W. Bush (1989-93) pretendia manter relações amistosas com a China, ainda que de maneira contrária ao congresso e à opinião pública, o que evitou que o país fosse sancionado. Não obstante, o tratamento a ser concedido à China se transformou numa questão eleitoral, e o vencedor das eleições de 1992, o democrata Bill Clinton, afirmou que condicionaria o título de “Nação Mais Favorecida”⁵ à melhoria dos direitos humanos, uma condição reivindicada pela sociedade civil e por parte do congresso para a normalização das relações com o país. No entanto, a defesa dos direitos humanos prometida por Clinton não tinha uma definição concreta, o que acarretou na rejeição de vários projetos propostos por ele no congresso. Além disso, a não concessão do título à China acarretaria um aumento considerável no preço de diversos produtos. Desse modo, Clinton aderiu ao pragmatismo e concedeu o título de Nação Mais Favorecida à China durante toda sua gestão (Dória, 2019).

Após 1989, a China continuou seu processo de modernização sob a liderança de Jiang Zemin. A desintegração da URSS em 1991 abalou a China, mas não impediu que seu progresso e que as relações Sino-Americanas continuassem se desenvolvendo, vide a concessão do título de Nação Mais Favorecida. Isso não evitou, porém, que desde essa época, os chineses desafiassem a noção de um mundo dominado por uma ordem unipolar. Kissinger (2011), relata que, em seus encontros com lideranças chinesas, frequentemente se mencionava a questão da soberania, da não intervenção e das diferenças culturais e políticas entre chineses e americanos. Além

5 O título de Nação Mais Favorecida é um acordo bilateral que garante as melhores taxas de importação em todos os setores para um determinado parceiro comercial. Por exemplo, se a taxa de importação de peças de carro da Inglaterra para os EUA for de 12%, então a China, como Nação Mais Favorecida, também terá direito a taxa de 12%. É importante mencionar que apesar do nome indicar um privilégio, tal título é uma condição normal no comércio internacional e concedido a maioria dos países dentro do escopo institucional do GATT/OMC. (Dória. 2019).

disso, o autor menciona que já se previa a impossibilidade de um mundo unipolar (Kissinger, 2011).

No âmbito securitário, a década de 1990 foi marcada pela Terceira crise do estreito de Taiwan. A ilha, que passava por um processo de democratização após longos anos de lei marcial, procurava garantir sua independência. Visando atingir esse fim, o presidente, Lee Teng-Hui, foi aos EUA. Na visita, cujo caráter inicial seria privado, Teng-Hui discursou num evento universitário e recebeu uma homenagem na condição de ex-aluno notável. O acontecimento, entretanto, acabou se transformando em um comício político-eleitoral e em uma grande campanha publicitária e diplomática para o ingresso de Taiwan na ONU. À luz disso, o evento foi interpretado como uma afronta à soberania nacional chinesa, visto que Taiwan sempre fora tratada como uma questão doméstica, e foi respondido mediante exercícios militares na região do estreito de Taiwan, inclusive durante o período eleitoral da ilha. Para evitar uma escalada de tensões, os americanos enviaram dois porta-aviões ao estreito de Taiwan, o que pode ser interpretado como uma tentativa de conter a China (Kissinger, 2011).

É importante notar que a virada democrática em Taiwan foi marcada por uma nova perspectiva sobre as relações entre a ilha e a República Popular. Lee valorizava a identidade taiwanesa como diferente da chinesa e rejeitava a proposta de “Um país, dois sistemas”⁶, em favor da ideia de “Um país, duas entidades políticas”, o que desagradava a China e demarcava um possível abandono do projeto de unificação por parte de Taiwan. Neste sentido, também deve-se destacar que os americanos nunca deixaram de reconhecer a República Popular como a legítima China e até emitiram um comunicado afirmando serem contrários à independência de Taiwan. Todavia, a manutenção de laços comerciais e militares com a ilha e o diálogo

⁶ A política de “Um país, dois sistemas” é adotada em relação a Hong Kong. A cidade goza de autonomia econômica, podendo implementar um sistema próprio, mas tem sua autonomia política limitada pelo Estado chinês.

com autoridades taiwanesas mostravam uma certa ambiguidade na política externa americana (Júnior, 2006).

Como se pode notar, a partir da década de 1990, as relações Sino-Americanas começam a apresentar problemas. De um lado, a China modernizada e de uma economia crescente passa a buscar um novo sistema internacional multipolar e reforçar sua soberania. Por outro lado, os EUA viam no fim da guerra fria a janela histórica para a concretização de sua hegemonia e a formação de uma ordem liberal unipolar. A compreensão do passado, bem como das relações entre os dois países é muito importante para compreender o presente, fazendo-se possível visibilizar dois projetos políticos diametralmente opostos.

2 O PIVÔ DA ÁSIA E A PRESENÇA DOS EUA NO CONTINENTE

O continente asiático tomou, por séculos, o papel de continente dinâmico da economia global. A China desempenhou, anteriormente e durante o princípio do sistema capitalista europeu, o papel de “império do meio”, responsável pelo comércio de bens de alto valor para a economia mundial. No século XVIII, a Rota da Seda, criada pelo Império, tinha importância crucial na economia mundial (Pautasso, 2022). Nesse sentido, após o advento do capitalismo e a ascensão do continente europeu como centro dinâmico do mundo, o continente asiático foi posto em segundo plano nas discussões de relações internacionais, desempenhando um posto subordinado às demais potências. Dessa maneira, a relação asiática com o Estado que toma as rédeas do sistema internacional atual - os EUA - sofreu de importante alteração a partir de 2009 com a chegada de Obama à presidência americana. O aumento do crescimento chinês - marcado pela ascendente influência política e econômica do país na região a partir da criação da Nova Rota da Seda - e da necessidade do país anglo-saxão de assegurar seus interesses no continente foi forte fator para tal mudança. A

mudança da grande estratégia americana no âmbito internacional é conhecida como Pivô da Ásia e tem como principal característica a mudança do eixo focal norte-americano, que agora enxerga os países asiáticos como a maior prioridade (Oliveira, 2019).

Os EUA, após o ataque de 11 de setembro de 2001, concentrou sua política externa na chamada “guerra ao terror”, dando enfoque às questões que concernem ao Oriente Médio e à consequente feitura de guerras infinitas nos países que compunham a região. No entanto, essas guerras infinitas representaram a derrocada da legitimidade dos EUA ao gerir o Sistema Internacional, o que significou a necessidade de criação de uma nova estratégia de realocação americana em diferente posição internacional (Shambaugh, 2013).

No século XXI, observa-se um aumento significativo das disputas territoriais, pelo controle de ilhas e zonas econômicas exclusivas, especialmente a partir de 2009, que têm se intensificado de maneira alarmante, tanto no Mar do Sul da China, quanto no Mar do Leste da China. Essas disputas não apenas envolvem questões territoriais em si, mas também possuem importantes implicações do ponto de vista político e estratégico. Nesse contexto, cabe destacar as transformações na política de segurança do Japão desde a era Koizumi (2001-2006) e que, mais notavelmente, durante o governo de Shinzo Abe (2012-2020) têm tido uma evolução significativa. Essas mudanças refletem uma adaptação às dinâmicas geopolíticas regionais e globais, influenciadas pelo contexto de segurança e pela crescente assertividade da China (Shambaugh, 2013).

Além disso, a modernização contínua das forças militares chinesas tem sido um fator de preocupação americana (Pautasso, 2020). Paralelamente, transformações políticas significativas em Taiwan, na Coreia do Sul e nas Filipinas têm contribuído para a complexidade do panorama regional.

Após 2001, quando os EUA concentraram seus esforços em conflitos no Oriente Médio, muitas vezes referidos como “guerras infinitas”, a Ásia se manteve como uma área onde os EUA procuraram promover relações estáveis com os países da região, incluindo a China (Zhao, 2015; Christensen, 2015). Mesmo diante de episódios como a crise no Estreito de Taiwan em abril de 2001, os governos dos EUA e da China buscaram construir uma relação baseada em entendimento e cooperação (Christensen, 2015). A administração de ‘Bush’ optou por uma abordagem conciliatória em relação ao gigante asiático, embora persistissem dúvidas contínuas sobre se a China representava uma ameaça que demandava contenção ou se era um país que deveria ser integrado à ordem internacional apoiada pelos EUA. As ações do político, no entanto, não foram frutíferas para os EUA, uma vez que acarretaram a perda de legitimidade do país como garantidor das instituições e normas internacionais (Ross, 2013).

Durante a administração de Barack Obama (2009-2016), os EUA enfrentaram desafios significativos decorrentes da crise financeira de 2008 e das críticas em relação à sua intervenção no Oriente Médio, especialmente no Afeganistão e no Iraque. Como resposta, a administração Obama adotou uma estratégia de desengajamento desses conflitos, priorizando uma nova abordagem conhecida como “Pivô da Ásia”. Essa política reflete um esforço para reposicionar os interesses estratégicos dos EUA em direção à região Ásia-Pacífico, reconhecendo a ascensão da China como uma potência global influente (Oliveira, 2019). De acordo com Hillary Clinton, secretária de Estado dos EUA na época,

À medida que a guerra no Iraque chega ao fim e a América começa a retirar suas forças do Afeganistão, os Estados Unidos estão em um ponto de articulação. Nos últimos 10 anos, alocamos imensos recursos para esses dois teatros. Nos próximos 10 anos, precisamos ser inteligentes e sistemáticos sobre onde investimos tempo e energia, para que nos coloquemos na melhor posição para sustentar nossa liderança, proteger nossos interesses e promover nossos valores. Uma das tarefas mais importantes da arte de

governar americana na próxima década será, portanto, garantir um investimento substancialmente maior — diplomático, econômico, estratégico e outros — na região da Ásia-Pacífico (Clinton, 2011, tradução nossa)⁷.

O “pivô da Ásia” foi caracterizado por uma abordagem dual em relação à China. Por um lado, os EUA buscaram dialogar com a China em questões que tangem os âmbitos estratégicos e econômicos, reconhecendo sua importância para a ordem internacional. Por outro lado, a administração norte-americana demonstrou uma postura de vigilância em relação a ações que possam ser vistas como desafiadoras da ordem vigente. Isso incluiu esforços para fortalecer alianças com países parceiros na Ásia, visando conter o potencial impacto do crescente poder chinês (Oliveira, 2019). Nesse contexto, Obama (2007) afirma que:

À medida que a China cresce e o Japão e a Coreia do Sul se afirmam, vou trabalhar para forjar uma estrutura mais eficaz na Ásia que vá além de acordos bilaterais, cúpulas ocasionais e arranjos ad hoc, como as negociações de seis partes sobre a Coreia do Norte. Precisamos de uma infraestrutura inclusiva com os países do Leste Asiático que possa promover estabilidade e prosperidade e ajudar a enfrentar ameaças transnacionais, de células terroristas nas Filipinas à gripe aviária na Indonésia. Também vou encorajar a China a desempenhar um papel responsável como uma potência crescente — para ajudar a liderar no enfrentamento dos problemas comuns do século XXI. Vamos competir com a China em algumas áreas e cooperar em outras. Nosso desafio essencial é construir um relacionamento que ampliar a cooperação enquanto fortalece nossa capacidade de competir (Obama,

2007, p. 5, tradução nossa)⁸.

7 “As the war in Iraq winds down and America begins to withdraw its forces from Afghanistan, the United States stands at a pivot point. Over the last 10 years, we have allocated immense resources to those two theaters. In the next 10 years, we need to be smart and systematic about where we invest time and energy, so that we put ourselves in the best position to sustain our leadership, secure our interests, and advance our values. One of the most important tasks of American statecraft over the next decade will therefore be to lock in a substantially increased investment—diplomatic, economic, strategic, and otherwise—in the Asia-Pacific region.”

8 As China rises and Japan and South Korea assert themselves, I will work to forge a more effective framework in Asia that goes beyond bilateral agreements, occasional summits, and ad hoc arrangements, such as the six-party talks on North Korea. We need an inclusive infrastructure with the countries in East Asia that can promote stability and prosperity and help confront transnational threats, from terrorist cells in the Philippines to avian flu in Indonesia. I will also encourage China to play a responsible role as a growing power -- to help lead in addressing the common problems of the twenty-first century.

No entanto, a implementação da política do pivô teve consequências variadas na região e foi percebida de maneira diversa pelos países do Leste Asiático (Oliveira, 2019). Dentre as percepções tidas pelos países asiáticos perante o Pivô, sublinha-se a reação japonesa, que percebeu a incapacidade americana, devido à crise de 2008, de tomar políticas mais assertivas na defesa de seus interesses no continente asiático, buscando como resposta balancear por si as relações inter-asiáticas. Durante os anos de 2011 a 2016, conforme documentado em publicações de defesa, o Japão refletiu preocupações sobre o impacto dos cortes orçamentários dos EUA a partir de 2013 nas estratégias de defesa nacional (Oliveira, 2019). Essa preocupação não apenas evidenciou as limitações impostas pelo contexto econômico dos EUA, mas também incentivou uma revisão das políticas de defesa e segurança no Japão, buscando adaptar-se a um ambiente regional cada vez mais complexo e competitivo. Um exemplo de tal estratégia japonesa foi a aproximação feita com a China por base de acordos e encontros multilaterais feitos entre Japão, Coreia do Sul e o gigante asiático, de forma a aumentar a cooperação econômica entre as potências de diferentes zonas do continente (Shambaugh, 2013).

A defesa asiática de uma abordagem de “Ásia primeiro” em políticas externas teve importante marco quando o então primeiro-ministro japonês Yukio Hatoyama, em 2009, propôs a ideia de uma “Comunidade do Leste Asiático”, que se distinguia das demais políticas propostas anteriormente pela exclusão dos EUA. Sua visão era fortalecer a cooperação entre os países do Leste Asiático, inicialmente por meio de uma organização trilateral entre China, Japão e Coreia do Sul (CJK), com potencial expansão posterior para incluir os países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) mais China, Japão e Coreia do Sul (ASEAN+3). A medida destacou-se pela busca de uma estrutura de cooperação que não dependesse diretamen-

We will compete with China in some areas and cooperate in others. Our essential challenge is to build a relationship that broadens cooperation while strengthening our ability to compete.

te da presença e influência dos EUA na região. Essa iniciativa foi motivada por uma variedade de fatores, incluindo o desejo de reduzir a dependência de alianças tradicionais dominadas pelos EUA e de fomentar uma ordem regional baseada em princípios e interesses compartilhados entre os Estados asiáticos. A proposta de uma “Comunidade do Leste Asiático” representou um desafio à ordem geopolítica estabelecida, particularmente à presença dos EUA como ator dominante na segurança e na política da região Ásia-Pacífico (Shambaugh, 2013). Ao enfatizar a cooperação regional sem a participação direta dos EUA, Hatoyama e outros defensores da abordagem “Ásia primeiro” buscaram criar um ambiente mais equilibrado e autônomo, no qual os países asiáticos pudessem colaborar de maneira mais independente em questões econômicas, políticas e securitárias.

No contexto da política de defesa dos EUA, observa-se um aumento significativo das divisões internas, tanto entre os partidos Republicano e Democrata, quanto dentro de cada um deles (Brands, 2017). Essas divisões têm sido exacerbadas pelos efeitos prolongados da crise econômica de 2008 nos EUA, que geraram pressões significativas sobre os gastos públicos, especialmente devido aos custos elevados das operações militares nas chamadas “guerras infinitas” no Oriente Médio. Além disso, a questão do teto da dívida pública norte-americana tem restringido ainda mais a capacidade de financiamento para programas de defesa. Um número crescente de deputados americanos têm expressado ceticismo em relação aos gastos em defesa, argumentando pela necessidade de controlar o orçamento e limitar seu crescimento. Esse posicionamento foi materializado na Lei de Controle Orçamentário (Budget Control Act) de 2011, que impôs cortes agressivos nos gastos governamentais, incluindo os destinados à defesa. Essa dinâmica política tem implicações profundas para a estratégia de defesa dos EUA, influenciando, não somente o planejamento de longo prazo, mas também a capacidade de resposta a desafios emergentes, como já eluci-

dados anteriormente. A gestão dos recursos para a defesa se tornou um tema central de debates políticos, com implicações diretas sobre a modernização das Forças Armadas, o desenvolvimento de capacidades estratégicas e a manutenção de alianças internacionais (Brands, 2017; Green, 2017).

É imperativo frisar que, sob o contexto de escanteamento vivido pelos países asiáticos, a China demonstrou capacidade em fortalecer e consolidar sua influência política e econômica em toda a região asiática, levantando questionamentos sobre a possível suplantação da influência dos EUA na Ásia-Pacífico. Essas preocupações ganharam destaque, especialmente entre 2009 e 2010, devido a ações unilaterais e assertivas da China no Mar do Sul da China, Mar do Leste da China e em reuniões regionais, que foram percebidas como provocativas e desagradáveis por alguns países vizinhos (Shambaugh, 2013).

A crescente presença e influência de Pequim na região levantaram questões significativas sobre se os países da Ásia-Pacífico estariam se submetendo cada vez mais à hegemonia chinesa. Essas preocupações não se limitaram apenas aos países da região, mas também ecoaram nos EUA, onde alguns começaram a questionar se a crescente influência da China nos assuntos regionais poderia comprometer os interesses estratégicos e econômicos dos EUA na Ásia-Pacífico. As ações assertivas da China, particularmente em disputas territoriais marítimas e em fóruns regionais, exacerbaram essas preocupações, intensificando debates sobre a política externa americana e suas respostas estratégicas à crescente assertividade chinesa que alterou o sistema de distribuição de poder no continente. Entretanto, a transição estratégica dos EUA em direção à Ásia não deve ser simplificada como uma mera resposta à emergência da China como potência global, visto a pressão exercida por muitos países asiáticos para a maior intervenção americana no continente (Shambaugh, 2013).

A inclinação dos países asiáticos em direção aos EUA precede sig-

nificativamente o anúncio formal da política de mudança dos EUA para a Ásia, refletindo uma predisposição já existente para estreitar laços com os EUA. A estratégia de mudança para a Ásia sublinha uma complexa interação de interesses geopolíticos, dinâmicas econômicas e preocupações de segurança que moldaram as dinâmicas regionais. Os países da Ásia-Pacífico consistentemente buscaram parcerias mais sólidas e garantias do compromisso dos EUA com a estabilidade e segurança regionais. Adicionalmente, mesmo diante da crescente influência e assertividade da China na região, não há indicações de que os países asiáticos estejam se afastando de sua orientação em direção aos EUA no futuro próximo. Pelo contrário, desenvolvimentos geopolíticos contínuos reforçam a relevância duradoura do engajamento e liderança dos EUA na Ásia-Pacífico, especialmente na gestão de desafios complexos de segurança e na promoção da prosperidade econômica (Shambaugh, 2013).

3 A AMBIGUIDADE ESTRATÉGICA ESTADUNIDENSE

A ambiguidade estratégica é um conceito utilizado para se referir a países que propositalmente se posicionam de maneira ambígua, pouco clara e, por vezes, contraditória sobre determinadas situações a fim de evitar conflitos e de, ao mesmo tempo, assegurar seus interesses. No caso das relações sino-americanas, a ambiguidade estratégica pode ser observada na questão de Taiwan, tendo em vista que apesar dos EUA manterem relações diplomáticas com a China e a reconhecerem como um país soberano, eles ainda mantêm relações comerciais e militares com a ilha de Formosa (Boon; Sworn, 2020).

A ambiguidade estratégica surge nos anos 1970, quando as relações sino-americanas entraram num processo de normalização. À época, os EUA abandonaram o reconhecimento formal de Taiwan, mas continuaram a manter relações de maneira extra-oficial por meio do Ato de

Relações com Taiwan (1979), que permitiu, dentre outras coisas, a venda de armas para a ilha e, em 1994, mediante o Taiwan Policy Review, o qual autorizava a entrada de lideranças taiwanesas nos EUA para compromissos não diplomáticos e criava um escritório de negócios em Taiwan. Contudo, desde a década de 1990, existe uma política de contenção da China por parte dos EUA, que pode ser vista no envio de porta-aviões à região durante a Terceira Crise do Estreito de Taiwan, no boicote a candidatura chinesa para as olimpíadas de 2000 e na inclusão de Taiwan na rede de defesa antimísseis (TMD) (Silva, 2015).

A partir do histórico apresentado, é possível perceber que a política externa dos EUA não mantém uma linearidade desde o final da Guerra Fria. Nesse contexto, Ye (2022) propõe uma análise que classifica a política externa dos EUA para a China a partir de graus de ambiguidade estratégica e clareza estratégica, que podem variar em um mesmo governo. Nos dois extremos da escala estariam o resultado das políticas adotadas pelos EUA, sendo um deles (à esquerda na escala) a “Independência de Taiwan” e, o outro, o “Abandono de Taiwan”. Os estágios da escala variam de clareza estratégica, pressão máxima, clareza estratégica parcial, ambiguidade estratégica e controle das forças pró-independência. O autor define os graus da escala da seguinte forma:

Ao controlar a força pró-independência, o governo de Washington reafirmaria o compromisso de segurança condicional, rejeitaria os apelos políticos do líder taiwanês e reduziria o reconhecimento internacional limitado, o que provoca o declínio de três indicadores-chave. Numa clareza estratégica parcial, o governo de Washington destacaria o papel de segurança de Taiwan, promoveria ligeiramente as relações políticas e aumentaria infinitamente o reconhecimento internacional, o que leva a política dos EUA para Taiwan a ser ligeiramente fortalecida. Entre ambiguidade estratégica e clareza estratégica parcial não há um conceito fixo, mas reflete o processo transformativo em que a política dos EUA para Taiwan é alterada de acordo com o ajustamento da política dos EUA para a China, o que leva ao estatuto dinâmico. A pressão máxima refere que o governo de Washington

reforçaria o compromisso de segurança e frequentemente demonstraria a vontade de implementar apoio militar, elevaria as relações políticas a relações quase oficiais e aumentaria enormemente o reconhecimento internacional (Ye, 2022, p. 1520, tradução nossa)⁹.

De acordo com o autor (Ye, 2022), a administração de Clinton migrou de uma clareza estratégica parcial para a ambiguidade estratégica em seu governo, sendo que no início do mandato a política externa dos EUA para a China ocorreu de forma mais ofensiva. Porém, com a visita a Pequim de Anthony Lake, conselheiro de Segurança Nacional, ocorreu uma mudança na política externa dos EUA. A reunião estabeleceu os pontos de cooperação entre os dois países: promover paz e prosperidade mundial, paz e estabilidade na Ásia, não proliferação de armas de destruição em massa, luta contra o crime internacional, liberalização do comércio e proteção ambiental. Aos poucos, a administração Clinton abandona a clareza estratégica parcial e passa a adotar a ambiguidade estratégica (Ye, 2022). É possível identificar essa abordagem ao analisar os *National Security Strategy* (NSS) publicados no período. A abordagem da política externa estadunidense focou-se em desenvolver a cooperação com a China no combate à disseminação de armas nucleares, no estabelecimento do país como um ator estratégico essencial para a estabilidade da segurança da Ásia e em aumentar cada vez mais as parcerias econômicas, sendo os três tópicos integrados com a defesa dos direitos humanos.

Essa diplomacia determinada também se reflete no nosso esforço consis-

9 “In controlling the pro-independent force, the Washington government would reaffirm the conditional security commitment, reject the political appeals of the Taiwanese leader, and reduce the limited international recognition, which causes the decline of three key indicators. In partial strategic clarity, the Washington government would highlight the security role of Taiwan, slightly promote the political relations, and finitely raise international recognition, which drives the US Taiwan policy to be slightly strengthened. Between strategic ambiguity and partial strategic clarity is not a fixed concept, but it reflects the transformative process that the US Taiwan policy is changed according to adjustment of the US China policy, which leads to the dynamic status. Maximum pressure refers that the Washington government would strengthen the security commitment and frequently demonstrate the willingness to implement military support, elevate the political relations to quasi-official relations, and greatly enhance the international recognition.”

tente para estabelecer relações produtivas com a China numa vasta gama de questões, incluindo a segurança regional, a não-proliferação, os direitos humanos e o comércio. Procuramos uma relação estratégica com a China, promovendo os nossos próprios interesses nacionais em áreas-chave (United States, 1996, p.3, tradução nossa).¹⁰

Os NSSs publicados nesse período destacam o compromisso da China com o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR). O Regime consiste em um acordo informal em que é permitida a participação de qualquer país, cujo objetivo é a não proliferação de tecnologias de mísseis por meio da proibição da transferência destas e da adoção de restrições em exportações nesse setor. Por se tratar de um regime informal, não há uma punição para os membros que não agirem de acordo com o regime, sendo ele constituído por um documento guia que elenca princípios para os membros (Gaioski, 2012).

Seguindo na linha da segurança internacional, os NSSs mostram que a China representa um importante ator para a estabilidade da segurança no continente asiático. Uma das formas que a atuação chinesa se manifesta é por meio de seu esforço em limitar o arsenal nuclear da República Popular Democrática da Coreia (RPDC), um dos pontos centrais da política externa dos EUA na época.

Na Península Coreana, os EUA e a China compartilham o interesse na paz e na estabilidade. Nós trabalhamos para convencer a Coreia do Norte a congelar o seu perigoso programa nuclear e acreditamos que as conversas de paz quadripartidas são uma ferramenta importante no trabalho para o estabelecimento da paz e da estabilidade no Nordeste Asiático (United States, 1999, p.36, tradução nossa).¹¹

10 “That determined diplomacy also is reflected in our consistent effort to engage in productive relations with China across a broad range of issues, including regional security, nonproliferation, human rights and trade. We seek a strategic relationship with China, advancing our own national interests in key areas”

11 “On the Korean Peninsula, the United States and China share an interest in peace and stability. We have both worked to convince North Korea to freeze its dangerous nuclear program, and believe the fourparty peace talks are an important tool in working toward establishment of peace and stability in Northeast Asia.”

De acordo com Zhang (2006), a presença de armas nucleares na RPDC vai de encontro com os interesses da China, uma vez que, com a nuclearização do país, a tendência é de que seus vizinhos - como Japão, Coreia do Sul e Taiwan - sintam-se inseguros e busquem se proteger com o desenvolvimento desse tipo de armamento. Esse cenário não atende ao interesse da China de manter a estabilidade da segurança na região. Ademais, cabe destacar a atuação chinesa no conflito entre Índia e Paquistão, em que o país, de acordo com o NSS de 1998, foi responsável por articulações para limitar os testes nucleares dos dois países e para promover a resolução do conflito por meio do diálogo pacífico entre Índia e Paquistão (United States, 1998).

No que se refere à questão econômica, os EUA mostraram um grande esforço em integrar a China no comércio global, por meio da inserção do país em instituições internacionais, sobretudo, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a partir de dezembro de 2001. Os seis documentos publicados durante o período da presidência de Clinton ressaltam a importância da adesão chinesa a esses acordos. Estes reconhecem o potencial de crescimento econômico que a China apresenta, demonstrando que sua abertura comercial para os outros países representa um dos interesses dos EUA na região (United States, 1995).

Por outro lado, George W. Bush ‘filho’, antes de se tornar presidente, em 1999, criticou a postura de Clinton de construir uma parceria estratégica com a China. Bush afirmou que a China deveria ser um competidor estratégico ao invés de um parceiro estratégico. Antes dos ataques terroristas de setembro de 2001, Bush ‘filho’ (2001-2008) adotou uma política externa mais distante da China. Porém, a estratégia da política externa dos EUA mudou, abandonando a competição entre grandes potência e adotando políticas para lutar contra o terrorismo, levando o país a se aproximar de novo da China por conta da necessidade de buscar aliados

e parceiros nessa luta. Os movimentos de independência em Taiwan passaram a ser incompatíveis com a luta global dos EUA contra o terrorismo, uma vez que o foco passou a ser o Oriente Médio. Dessa forma, a região da Ásia-Pacífico não deveria ser uma região de instabilidade e de possíveis embates. Nesse contexto, a administração Bush passou de pressão máxima para controle das forças pró-independência em Taiwan (Ye, 2022).

Os NSSs do período, publicados em 2002 e 2006, adotam um tom parecido com os do período de Clinton, apesar de apresentarem algumas críticas ao país. Eles enfatizam a relevância de se ter a China como um aliado para promover a estabilidade da segurança na região e o potencial da cooperação entre os dois países, sendo benéfica, tanto para os chineses, quanto para os estadunidenses. Não obstante, para que essa cooperação ocorresse, a China deveria se adequar às normas internacionais. De acordo com o documento, os líderes chineses deveriam se afastar de políticas ultrapassadas, como a expansão da militarização de forma não transparente, o aumento do comércio sem uma maior liberalização da economia e o apoio a países ricos em recursos sem levar em consideração o regime aplicado internamente e o seu comportamento internacional. Ademais, os documentos criticaram a política doméstica chinesa, enfatizando que ela deveria mudar para que o país atingisse seu potencial de desenvolvimento (United States, 2002; 2006).

Com relação à política externa de Barack Obama (2009-2016), inicialmente, houve uma aproximação com a China por conta da necessidade de parcerias com o país para se recuperar da crise de 2008. Obama manteve uma relação amistosa com a China principalmente até 2014. O instrumento do diálogo entre os dois países, denominado “Diálogo Econômico e Estratégico”, foi lançado durante a administração de Obama e representava a ideia da relação de compreensão, positiva e de cooperação entre China e EUA. Porém, levando em consideração as dificuldades enfrentadas

pelos EUA no Oriente Médio e na crise da economia global, Pequim interpretou esses fatos como manifestações da fragilidade dos norte-americanos. Nesse contexto, a China, que no momento apresentava um forte contraste em relação aos EUA, uma vez que passava por um crescimento econômico considerável sob a direção do Estado, em contraposição a lógica do livre-mercado adotada pelos EUA, passa a adotar decisões mais assertivas nas disputas no Mar do Sul da China. Nesse contexto, Obama lança a política do “Pivô da Ásia”. Tal posicionamento não significa, entretanto, o abandono total da busca pela cooperação com a China ou desestabilizar a relação dos dois países (Barbieri, 2024). Ainda assim, o aumento da competitividade entre China e EUA, fez com que fosse necessário mudar a política externa dos estadunidenses, migrando da ambiguidade estratégica para uma clareza estratégica parcial (Ye, 2022).

A administração de Donald Trump (2017-2020) foi responsável por uma grande mudança de tom na política externa dos EUA em relação à China, evidenciada no NSS do período. Nos documentos anteriores, o objetivo era de construir uma cooperação com a China em diversas frentes, com destaque para o combate à proliferação de armas nucleares, aumento da participação no comércio global, gerando um benefício para ambos países, e auxílio na manutenção da estabilidade da segurança na região. Tópicos que estavam ancorados na esperança de que o país, com o passar do tempo, se adequasse às normas internacionais. Por outro lado, os documentos publicados por Trump posicionaram a China como principal rival, ao mesmo tempo que mantém relações em setores de interesse comum. Alguns dos principais pontos levantados no documento são: a China se constitui como grande potência e estabelece zonas de influência ao redor do mundo, ameaçando a posição dos EUA e alterando a ordem global, a expansão do modelo político chinês e o destaque para coerção chinesa diante de outros países (United States, 2017). De

acordo com o documento, Pequim estaria buscando aumentar sua zona de influência principalmente na região do Indo-Pacífico, mas também em países em desenvolvimento na África e da América do Sul. De acordo com o documento publicado em 2017:

A China e a Rússia querem moldar um mundo antitético aos valores e interesses dos EUA. A China procura deslocar os EUA na região do Indo-Pacífico, expandir o alcance do seu modelo econômico estatal e reordenar a região a seu favor (United States, 2017, p. 25, tradução nossa).¹²

Para isso, a China expande sua capacidade militar, utiliza crescimento econômico para coagir outros países e cria dependência econômica de outros Estados ao mesmo tempo em que se torna cada vez mais independente (United States, 2017). Nesse contexto, a administração Trump migrou da clareza estratégica parcial para a pressão máxima. A política externa de Trump tratou a China com hostilidade em diversas frentes, desde a militar, até a econômica, política, retórica, acadêmica e tecnológica. Ademais, durante a administração Trump houve uma aproximação de Taiwan, elevando o status da ilha e encaminhando-a para uma relação quase oficial com os EUA. Portanto, nesse período, houve a transição de uma clareza estratégica parcial para pressão máxima (Ye, 2022).

É possível identificar algumas continuidades na política externa dos EUA para a China na administração de Joe Biden (2021-2024). O secretário de Estado de Biden, Antony Blinken, afirmou que a abordagem mais rígida de Trump em relação à China era um acerto. Nesse cenário, nos primeiros dois anos de sua administração, Biden adotou uma política mais conflituosa (Widmaier; He, 2023). Em diversos momentos, a política de “Uma China” foi atacada, como durante a declaração de Biden de que os EUA pretendem lutar a favor de Taiwan em um eventual ataque da China contra a ilha. Esse posicionamento se distancia da ambiguidade estratégica,

12 “China and Russia want to shape a world antithetical to U.S. values and interests. China seeks to displace the United States in the Indo-Pacific region, expand the reaches of its state-driven economic model, and reorder the region in its favor.”

uma vez que se compromete claramente em intervir em uma guerra na região. A “Taiwan Policy Act” foi uma lei de 2022 que teve um profundo impacto na área de diplomacia e na venda de armas para a ilha, responsável por abranger uma ampla assistência militar. Para Joseph Bosco, um consultor de segurança nacional, a lei acabou com a política de ambiguidade estratégica dos EUA. Além disso, a visita a Taiwan em agosto de 2022 por Nancy Pelosi¹³, gerou fortes abalos nas relações entre EUA e China. Na visita, Pelosi declarou abertamente que os EUA estariam do lado de Taiwan (Liu, 2023).

Nesse contexto, os eventos da década de 1990 e a atual política externa americana para a Ásia colocam a ambiguidade estratégica em xeque. Diversas lideranças americanas já declararam que protegeriam Taiwan num eventual conflito, ainda que se retratando posteriormente. Ademais, é visível a expansão americana sobre o Pacífico nos últimos anos, seja por meio de parcerias comerciais, militares ou pela divulgação de planos operacionais como o AirSea Battle e o Joint Operational Access Concept (JOAC), que apontam para uma estratégia de segurança fundamentada em ataques preemptivos contra China e Irã com vistas a evitar um conflito maior (Silva, 2015).

Atualmente as tensões entre China e EUA se dão principalmente em torno da indústria de semicondutores taiwanesa, a maior e mais moderna do mundo¹⁴. Apesar de não serem uma tecnologia recente, os semicondutores vêm ganhando cada vez mais importância devido ao seu uso em equipamento militar. De acordo com Deng e Deng (2022), a manufatura de semicondutores é extremamente complexa e requer um alto investimento de capital e tecnologia. Segundo os autores, a indústria chinesa está atrasada em comparação a Taiwan e ao Ocidente por conta de um fator

13 Presidente da Câmara dos Representantes, ou seja, a câmara baixa, dos EUA entre 2019 e 2023.

14 De acordo com um levantamento realizado pela União Europeia (2022), Taiwan controla cerca de 63% da oferta de semicondutores em geral e 92% da oferta dos semicondutores de tecnologia mais avançada.

interno: as turbulências políticas e econômicas do século XX, e um externo: o protecionismo e o isolamento do país. Nesse sentido, Taiwan adota medidas rigorosas contra a transferência de tecnologia e países ocidentais (especialmente Alemanha e EUA) buscam impedir ativamente a inserção de capital chinês em indústrias estratégicas. Desse modo, a indústria chinesa se desenvolve de maneira dependente da importação de semicondutores dos EUA e da terceirização da produção em Taiwan (Deng; Deng, 2022).

Deng e Deng (2022) também indicam que em termos estratégicos, a questão dos semicondutores é um ponto de estabilidade no leste asiático por evidenciar uma vulnerabilidade da China: sua dependência em relação aos EUA e a Taiwan. Contudo, Pequim vem investindo cada vez mais no desenvolvimento da tecnologia e, caso essa cadeia de dependência seja rompida, o sistema se tornará mais instável. Além disso, Boon e Sworn (2020) apontam que desde o governo Trump, Washington toma uma postura cada vez mais agressiva contra a China e em prol de Taiwan. Se também levarmos em conta os projetos estratégicos para o leste asiático formulados entre as décadas de 2000 e de 2010, AirSea Battle e JOAC, é possível dizer que a ambiguidade estratégica vem aos poucos sendo abandonada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o histórico da relação entre EUA e China, é possível perceber que ela é marcada por diferentes abordagens, que alternam entre a aproximação e o distanciamento a depender do governo e do momento histórico. Portanto, para entender em que cenário a ambiguidade estratégica se encontra, é preciso analisar como ela se alterou ao longo da história.

Desse modo, com o aumento das animosidades entre EUA e China e o estreitamento das relações entre Taiwan e os estadunidenses, é possível indicar que a política externa dos EUA se distancia da ambiguidade e se

aproxima da clareza estratégica. Ademais, mesmo com as disputas eleitorais de 2024, é provável que essa característica da política externa dos EUA se mantenha, uma vez que, como apresentado no texto, existe uma continuidade nas políticas adotadas por Trump e Biden, o que evidencia um ponto de consenso entre os partidos Republicano e Democrata

Nesse sentido, é possível ver que a colaboração entre os dois Estados nas décadas de 1970 e 1980 tinha como ponto comum fazer frente à URSS. A queda do gigante socialista deixou um vácuo no sistema internacional, que inicialmente acreditava-se ter sido ocupado por uma nova ordem liberal. Contudo, a ascensão da China nos últimos anos e o fim da ambiguidade estratégica revelam que a nova ordem não é incontestável e nem permanente. O abandono da ambiguidade mostra, na verdade, a existência de um desafio à hegemonia estadunidense e um dos objetivos da atual política externa norte-americana: a China como uma potência a ser contida.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, André Augusto de Paula. ASCENSÃO PACÍFICA DA CHINA OU NOVA ERA DE CONFLITOS ENTRE POTÊNCIAS?. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 38–62, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/35311>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- BIANCO, Lucien. **Asia Contemporânea**. 1º edição, México:Ed. Siglo Veintiuno. 1976.
- BOON, Hoo Tian; SWORN, Hannah Elyse. **Strategic ambiguity and the Trumpian approach to China–Taiwan relations**. Oxford University Press, Oxford (Reino Unido), Volume: 96; n.: 6. pgs. 1487-1508. 2020.
- BRANDS, Hal. Barack Obama and the Dilemmas of American Grand

Strategy. **The Washington Quarterly**, [S.L.], v. 39, n. 4, p. 101–125, out. 2017.

CHANG-SHENG, Shu. UMA HISTÓRIA DE DOIS TRIÂNGULOS: RELAÇÕES SINO-VIETNAMITAS DURANTE 1949-1990. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 30, n. 61, pgs. 128-146, 2017. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/156> Acesso em: 13 de Ago. 2024.

CHRISTENSEN, Thomas. **The China Challenge. Shaping the Choices of a Rising Power**. 1º edição, Nova York: W. W. Norton & Company, Inc, 2015.

CLINTON, Hilary. America's Pacific Century. **Foreign Affairs**, 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/> Acesso em: 02 de outubro de 2024.

DENG, B. L.; DENG, B. S. A economia política da indústria de semicondutores e o recente desenvolvimento limitado da República Popular da China (2014- 2021). **Revista de Economia Contemporânea**, v. 26, 2022. doi: <https://doi.org/10.1590/198055272601>.

DENG, Xiaoping. Speech By Chairman of the Delegation of the People's Republic of China, Deng Xiaoping, At the **Special Session of the U.N. General Assembly**. 10 abr. 1974. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1974/04/10.htm>. Acesso em: data: 08/06/2024.

DÓRIA, Thais Simões. Relação Sino-Americana: o papel das instituições democráticas estadunidenses na formulação da política externa estadunidense para a república popular da China. Semina - **Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, [S. L.], v. 18, n. 1, p. 83 - 109, 2019.

FURTADO, Diana. A mão e a luva: a China anti-reacionária e a Doutrina Nixon. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro v. 23, no 46,

344–62,dez.,2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862010000200007>. Acesso em: 24/04/2023.

GAIOSKI, Alexandre. **A cooperação tecnológica no âmbito do programa espacial brasileiro**. 2012. 33 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

HE, Wenting; Widmaier, Wesley. **Ambiguity and National Interests: foreign policy frames and U.S.-China relations**. *Asia Policy*, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 41-51, out. 2023. Project MUSE. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1353/asp.2023.a911616>. Acesso em: 24, Jun. 2024.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 1º edição, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011.

LIU, Mingyue. From “Strategic Ambiguity” Toward “Strategic Clarity”: U.S. Taiwan policy under Biden presidency. *Academic Journal Of Management And Social Sciences*, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 1-3, 4 jun. 2023. Darcy & Roy Press Co. Ltd. <https://doi.org/10.54097/ajmss.v3i1.9050>.

OBAMA, Barack. Renewing American Leadership. *Foreign Affairs*, v. 86, n. 4, 2007.

OLIVEIRA, Alana. **Entre o Sol, a Águia e o Dragão: dinâmicas de poder e segurança entre Japão, EUA e China no Leste Asiático e o estudo de caso das ilhas Senkaku/Diaoyu no século XXI**. 2019. 404 f. PhD Thesis, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

PAUTASSO, Diego. **A China na Transição do Sistema Mundial: Suas Relações com EUA e Índia**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PAUTASSO, D.; Nogara, T.; Souza, A. P. B. De; Doria, G. A Nova Rota da Seda e o dilema de Xinjiang. *Estudos Internacionais*, v. 9, n. 4, p. 25-42, [S.L.], 10 jan. 2022.

PERES, Ana Luísa Soares; Daibert, Letícia de Souza. A China e a Organização Mundial do Comércio. In: POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; RAMOS, Marcelo Maciel (org.). **Direito Chinês Contemporâneo**. 1ª edição, São Paulo: Almedina, 2015. Cap. 18. p. 387-412.

ROSS, Robert. US Grand Strategy, the Rise of China, and US National Security Strategy for East Asia. **Strategic Studies Quarterly**, Vol. 7, No. 2, ASIA-PACIFIC SPECIAL EDITION (SUMMER 2013), pp. 20-40. Air University Press, Alabama, jun. 2013.

SHAMBAUGH, David. Assessing the US 'Pivot' to Asia. **Strategic Studies Quarterly**, Vol. 7, No. 2, ASIA-PACIFIC SPECIAL EDITION (SUMMER 2013), pp. 10-19, Alabama, jun. 2013.

SILVA, Athos Munhoz da. **A ascensão da China e os seus impactos para o leste asiático**. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

UNITED STATES. **National Security Strategy**. 1995. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss1995.pdf?ver=pzgo9pkDsWmIQqTYTC6O-Q%3d%3d>. Acesso em: 03, Mai. 2024.

UNITED STATES. **National Security Strategy**. 1996. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss1996.pdf?ver=-4f8riCrLnHIA-H0itYUp6A%3d%3d>. Acesso em: 03, Mai. 2024.

UNITED STATES. **National Security Strategy**. 1998. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss1998.pdf?ver=-zl1p-sJtgDvXOM01YVnfqA%3d%3d>. Acesso em: 03, Mai. 2024.

UNITED STATES. **National Security Strategy**. 1999. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss1999.pdf?ver=SL0909OTm5lAh0LQWBrRHw%3d%3d>. Acesso em: 03, Mai.

2024.

UNITED STATES. **National Security Strategy. 2002.** Disponível em: https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss2002.pdf?ver=oyVN99aEnrAWijAc_O5eiQ%3d%3d. Acesso em: 03, Mai. 2024.

UNITED STATES. **National Security Strategy. 2006.** Disponível em: https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss2006.pdf?ver=Hfo1-Y5B6CmI8yHp_X4x6IA%3d%3d. Acesso em: 03, Mai. 2024.

UNITED STATES. **National Security Strategy. 2017.** Disponível em: https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2017.pdf?ver=CnFwURrw09pJ0q5_EogFpwg%3d%3d. Acesso em: 13, Jun. 2024.

UNITED STATES. **Foreign Relations of the United States Volume XVII (1969-1972).** p. 376-379. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d203> . Acesso em 03, Out. 2024

UNIÃO EUROPEIA. **Global Semiconductor Trends and the Future of EU Capabilities.** 2022. Disponível em: <https://espas.eu/files/Global-Semiconductor-Trends-and-the-Future-of-EU-Chip-Capabilities-2022.pdf>. Acesso em: 13 de ago, 2024.

VISENTINI, P. et al. **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional.** Porto Alegre, Leitura XXI/NERINT-UFRGS. 2013.

YE, Xiaodi. From Strategic Ambiguity to Maximum Pressure? Explaining the Logic of the US Taiwan Policy in the Post–Cold War Era. **Journal of Asian and African Studies**, v. 57, n. 8, p. 1511-1543, [S.L.], dez. 2022.

ZHANG, Liangui. Coping with a nuclear North Korea. **China Security**, v. 2, n. 3, p. 2-18, [S.L.], dez. 2006. Disponível em: <https://search.issue-lab.org/resources/433/433.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2024.

ZHAO, Suisheng. China's Power from a Chinese Perspective (I): A De-

veloping Country versus a Great Power. In: CHUNG, Jaeho. **Assessing China's Power**. 1ª edição, p. 251-270, The Asan Institute, UK: Palgrave Macmillan, 2015.

O Avanço da Direita Radical na Contemporaneidade: Casos do Sul e do Norte Global

Ana Clara Mesquita

Henrique Rael

Maria Eduarda Lameira

Natalye Cezar

Paola Togni Geremia

INTRODUÇÃO

A força dos partidos de direita radical cresceu de forma expressiva em países da Europa Ocidental durante o século XXI, passando de 3,6% dos votos nas eleições da década de 1980 para 14% dos votos nas eleições mais recentes (Dios, 2021, p. 139). Mais que isso, a direita radical se espalha e ganha força em países para além da Europa, como os Estados Unidos, Índia, Argentina, entre outros. Dessa forma, nosso objetivo central é analisar como tem se dado o avanço da direita radical no Sul e Norte global. A partir disso, argumenta-se que a revitalização política da direita radical neste século tem sido impulsionada por formas de administração populistas que, segundo Kazin (1995), são caracterizadas por narrativas que instigam a população geral a se posicionar contra as estruturas políticas e sociais já estabelecidas. Mais que isso, as redes sociais têm sido importantes para impulsionar a propagação da ideologia extremista de direita, por isso o seu papel também será um ponto de análise central do presente trabalho.

Inicialmente, é necessário distinguir os conceitos de “extrema direita” e “direita radical”, apesar de alguns autores os utilizarem como sinô-

anismos. Segundo Jerónimo (2024), a extrema-direita faz clara oposição à democracia e aos direitos e liberdades individuais. Por outro lado, a direita radical tende a aprovar as instituições democráticas e reconhecer os direitos e liberdades individuais, ainda que também seja anti-sistema e possa ameaçar a democracia como um todo, como a extrema-direita. Dessa forma, a partir da literatura analisada, entendemos os movimentos contemporâneos mais à direita no espectro político como movimentos mais identificados com a direita radical, ainda que particularidades sejam percebidas em cada um dos movimentos e esses também possam ser identificados como movimentos de extrema-direita dependendo da interpretação. No caso deste trabalho, analisaremos quatro dessas movimentações, sendo elas: francesa, estadunidense, indiana e argentina.

Entendemos que o estudo sobre o avanço da direita radical é relevante pois contribui para a compreensão de tendências políticas globais que podem representar desafios às instituições tradicionais. Além disso, o estudo da direita radical pode nos ajudar a compreender a globalização de forma mais prática, visto que esse fenômeno não é isolado em um só país, mas sim compartilhado entre eles, promovendo relações de interconectividade. Por fim, acreditamos que a obtenção de conhecimento sobre as motivações e tendências da direita radical global permite que tanto governantes quanto a população civil se mobilizem para a construção de uma resposta eficiente ao extremismo político.

Assim, este trabalho utiliza-se do método de pesquisa bibliográfica como forma de atualizar e desenvolver o conhecimento sobre o avanço político da direita radical, sendo esse um objetivo específico deste trabalho. Assim, o artigo será dividido em quatro momentos. Em primeiro lugar, apresentaremos as raízes históricas do populismo e a sua aproximação com a direita radical contemporânea, além de delimitar os conceitos de fascismo e populismo, que, apesar de se relacionarem com o conceito de

extrema-direita e direita radical, não devem ser confundidos com eles. Em segundo lugar, apresentaremos as principais características da direita radical com base em uma breve revisão literária, mesmo reconhecendo ser um fenômeno complexo, heterogêneo e de difícil caracterização. Em terceiro lugar, como mencionado anteriormente, apresentaremos movimentos de direita radical contemporâneos de destaque em países do Norte Global, especificamente nos Estados Unidos e na França. Por fim, analisaremos esses movimentos em países do Sul Global, especificamente na Índia e na Argentina.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

Anterior a qualquer descrição de direita radical, é necessário uma revisão teórica de conceitos que podem ser aproximados ou confundidos com a noção de direita radical. O fascismo, por exemplo, enquanto uma ideologia política, é composto por aspectos de racismo, totalitarismo e terrorismo de Estado, e seus adeptos históricos não hesitaram em executar as populações próprias ou seus súditos coloniais em prol dessa interpretação (Finchelstein, 2008). Nesse sentido, a presente seção abordará os conceitos de “fascismo”, “populismo”, “nacionalismo” e “direita radical”.

O fascismo, contudo, não é uma ideologia puramente reacionária e consiste em uma visão criadora de uma nova ordem de governo e de civilização. O fascismo não é um fenômeno puramente europeu, e dois exemplos brasileiros seriam os de Plínio Salgado e da Ação Integralista Brasileira (AIB) como um todo, que compreendia essa interpretação política como uma ideologia universal da extrema-direita. O populismo, por outro lado, tornou-se uma forma de governo ao passo que o fascismo decaiu em popularidade. Enquanto um formato localizado entre o governo de caráter constitucional e um de caráter ditatorial, ele apresenta semelhanças com a democracia liberal e o supracitado fascismo (Finchelstein 2008; Finchels-

tein; Urbinati, 2018).

Finchelstein e Urbinati apontam que “Historicamente, o populismo desafiou a democracia de dentro, eventualmente movendo-se para além da denúncia e com o fim de alterá-la substancialmente como um novo regime político” (2018, p. 16, tradução nossa)¹. Nesse sentido, o populismo, em contrário do fascismo, não evita eleições democráticas e, de forma geral, compreende no processo eleitoral, o componente legitimador para uma administração populista.

O populismo tornou-se um formato político no pós-guerra e, contemporaneamente, cresceu em sociedades democráticas, estabelecendo um campo em democracias de caráter representativo, no sentido de utilizar da representação e de outras instituições democráticas ao seu favor. O populismo tomou sua primeira forma em países latino-americanos como a Argentina, Brasil e Bolívia, no sentido da fundamentação de um regime político que opunha-se à noção supracitada de fascismo, mas que também não imediatamente alinhava-se com interpretações comunistas ou de democracias tradicionalmente liberais (Finchelstein; Urbinati, 2018).

O populismo desenvolveu-se em níveis nacional, transnacional e supranacional, e compreender esse processo histórico é essencial para entender sua forma atual. O populismo, de seus aspectos mais primitivos até o Trumpismo, é tomado por características sempre contextuais e que apontam para a mutação política da opinião pública e, quando em uma posição de poder, pode tentar, em maior ou menor medida, alterar o funcionamento de instituições administrativas de Estado. A representação, contudo, é o que permite que o descontentamento popular seja capitalizado, rapidamente, por um grupo político e nesse sentido, uma estratégia é formulada, a partir de uma construção de discurso, para que uma liderança, dentro de

1 No original: “Historically, populism challenged democracy from within, eventually moved beyond denunciation, and wanted to substantially reshape it as a new political regime.” (Finchelstein; Urbinati, 2018, p. 16).

um partido novo ou estabelecido, atinja o poder por meios democráticos (Finchelstein; Urbinati, 2018). Como apontado por Finchelstein e Urbinati: “Para os populistas, portanto, as eleições parecem ser como um ritual para coletar e refletir votos, a fim de validar uma verdade permanente e existente fora das decisões eleitorais específicas” (2018, p. 23, tradução nossa)².

Mudde (2016), por sua vez, aborda o populismo enquanto uma ideologia que percebe a sociedade separada em um grupo ‘puro’ e uma ‘elite corrupta’. Esse populismo, então, é caracterizado pela expressão da vontade geral do povo, e políticos de direita radical reivindicam a posição de arautos da população, ao passo que acusam partidos e grupos estabelecidos de serem uma classe política. Isso evita que sejam percebidas as correlações entre o próprio político extremista com as figuras e organizações por ele criticadas.

Atualmente, organizações políticas neofascistas, em especial em países da Europa Ocidental, como Áustria e Itália, aproximaram-se do populismo a fim de procurar apoio ao legado autoritário e nacionalista. Esse é um caso recente, também, na Hungria e na Polônia. Esse populismo pós-fascista, nos termos colocados pelos autores, tomou forma na Europa após aparecer em países sul-americanos, no início da Guerra Fria. Assim, o Trumpismo não foi um fenômeno apenas a nível estadunidense, mas representou um ícone de caráter supranacional, em termos de uma visão antissistema, alinhada à direita política internacional (Finchelstein; Urbinati, 2018).

Uma característica da ideologia extremista de direita é o nacionalismo, um fenômeno recente em termos históricos, e com raízes no século XVIII. Em linhas gerais, sua definição operacional é a de doutrina política

2 No original: “For populists, therefore, elections seem to be like a ritual to collect and reflect votes in order to validate a permanent truth that exists outside of specific electoral decisions” (Finchelstein, 2018, p. 23).

capaz de correlacionar a unidade política, na forma do Estado, com a unidade cultural, na forma da nação. Uma segunda característica dessa nova direita radical é o racismo, embora esse ‘novo racismo’ seja distinto de ideias clássicas de racismo científico e político, ao passo que não enfatiza a superioridade de um grupo, e sim ressalta uma noção de incompatibilidade entre grupos. Para essa interpretação, diferentes culturas são consideradas equivalentes, mas devem desenvolver-se de forma independente e apartada (Mudde, 1995).

A xenofobia, nesse mesmo sentido, enquanto outra ferramenta do arsenal do extremismo de direita, representa a hostilidade ou receio com relação a ‘estrangeiros étnicos’ e, de certa forma, pode ser correlacionada com o conceito apontado como ‘novo racismo’. Abordagens políticas antidemocráticas e um Estado de natureza institucional forte são outros dois aspectos da direita radical e, em termos de Estado forte, aponta-se um caráter anti-pluralista e uma apreciação do militarismo. Portanto, as características centrais da direita radical, apontadas também na seção seguinte são: nacionalismo, racismo, xenofobia, um caráter antidemocrático e uma apelação ao Estado forte (Mudde, 1995).

Na Europa, a política de rua da direita radical populista, em termos tanto qualitativos quanto quantitativos. Manifestações anti-imigração atraem mais apoiadores em uma série de países europeus e, essas manifestações tornaram-se compostas por membros tradicionais de partidos de direita, mas também por ativistas de grupos neonazistas. As demonstrações anti-imigração tomaram forma, ainda, em regiões onde esses tipos de manifestos não eram então comuns, como no leste da Europa Central, na forma de grupos emergentes, a exemplo, na República Tcheca, do Bloco Contra o Islã (Mudde, 2016). Faz-se importante ressaltar, aqui, que os conceitos brevemente abordados nesta seção, serão discutidos em maior detalhe abaixo, no ponto seguinte, a fim de elucidar aspectos correspon-

dentes entre os casos analisados no norte e no sul do sistema internacional.

Um dos mecanismos da direita social são as interações sociais online. Compreende-se aqui, que essas interações não somente funcionam para comunicar-se com um grupo de apoiadores, mas também como um local para instigar a violência política. Um estudo em fóruns online, realizado na Suécia por Wahlström, Törnberg e Ekbrand (2020), percebeu que temáticas anti-imigração e características de uma direita populista, aos moldes apontados acima, estavam presentes na maioria dos canais analisados. Os apelos para uma ação violenta e o caráter desumanizador foram percebidos, ainda, como ligados a fatores sociais na forma da criminalidade e de um estado economicamente fracassado. Os autores identificaram que as principais postagens nos fóruns apontavam para choques morais, servindo como um fator legitimador do chamado para a violência. Isto é, representações de imigrantes enquanto criminosos ou imorais, o que resultava em comentários de viés vindicativo, visando a punição e ou deportação desses imigrantes. Aqui, a violência era percebida como uma retribuição, ou um processo de compensação para os suecos.

Houve uma alteração, nos termos de Bennett (2012), nas formas de participação política, uma tendência que, para o autor, é verificável na personalização rápida da participação. Essa personalização em larga escala consiste em um processo de ação coletiva e

individualizada que pode ser coordenada organicamente pelas tecnologias digitais de mídias, ou que pode ser orientada por uma organização política a partir dessas mídias sociais. Esse processo pode ser correlacionado diretamente com a utilização por grupos de direita radical, em termos de mobilização social online e, em um extremo, em termos de sua mobilização violenta, como apontado por Wahlström, Törnberg e Ekbrand (2020). Argumenta-se, contudo, a partir do que foi apresentado, que não é possível — e sequer é coerente — analisar a revitalização política da direita

global sem considerar sua aproximação histórica com o populismo e sua mais recente relação com as mídias sociais modernas.

2 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Há pouco consenso em uma única definição da direita radical (Mudde, 1966). Ainda que se saiba do fenômeno e se tenha estudado bastante ele, caracterizá-lo é um desafio. Nem todas atribuições de um partido de direita radical europeu se encaixariam em um latino-americano e vice versa, mesmo assim, serão contextualizadas várias concepções que descrevem a direita radical. Além disso, em virtude do atributo populista dos episódios mais recentes de direita radical, ele também será descrito, a fins de melhor entendimento dos estudos de caso.

Como escrito por Rush (1963), a direita radical não pode ser caracterizada somente por um único padrão, pois ela pode estar presente em outras instâncias políticas completamente diferentes dessa atribuição. Mudde (1995) também concorda com isso ao afirmar que dar somente uma propriedade faz do fenômeno algo distorcido e limitado, enquanto ele é complexo e grande. Portanto, algumas características serão descritas em busca de reconhecer o que é a direita radical.

Ao se basear no movimento estadunidense, Rush (1963) define algumas características em comum com as direitas radicais de outros países, como uma certa oposição ao coletivismo (relacionado ao comunismo, igualando ele ao socialismo, e ao liberalismo contemporâneo) e ao pagamento de impostos (relacionando isso a sistemas públicos), além de uma crença de que as pessoas só trabalham se motivadas pela depravação de recursos e de certa conspiração com invenções modernas, como saúde mental, terapia e sistemas educacionais modernos. Em seu estudo comparativo, Mudde (1995) encontra cinco conceitos ideológicos que vários

pesquisadores de direita radical, em sua maioria, concordam em atribuir a diversos movimentos de direita radical internacionalmente. São eles: nacionalismo, racismo, xenofobia, anti-democracia e um Estado forte (Mudde, 1995), ainda que a pesquisa de Mudde seja referente ao partido alemão NPD (Partido Nacional Democrático), o austríaco NDP (Novo Partido Democrático) e o holandês CP'86 (Centrumpartij'86), as características listadas são presentes em outros movimentos de direita radical, como será visto nos estudos de caso. Nem todas essas características, necessariamente, precisam estar presentes para a conceituação da direita radical, porém sua maior parte, sim.

Contudo, Carter (2017, p. 59) critica Mudde (1995) ao selecionar essas atribuições, pois “Só porque esses cinco aspectos aparecem mais frequentemente que outros nas definições existentes do conceito de direita radical não significa que eles possam ser considerados como constitutivos à fundação de uma definição geral aceita, (...)”. Carter (2017) destaca o apreço pela desigualdade na direita radical, que permeia e guia as demais características colocadas por Mudde (1995) — nacionalismo, racismo, xenofobia, anti-democracia e um Estado forte. Ela diz que, embora essas características possam descrever o movimento, elas não o definem, são apenas possibilidades para tanto. Por sua vez, Rydgren (2018) adiciona à discussão de características da direita radical o conservadorismo e a volta aos “valores tradicionais”, além de um âmagio xenofóbico que está atrelado, no geral, a um autoritarismo sociocultural. Esses atributos estão relacionados pois os imigrantes são vistos como “invasores” que ameaçam a identidade nacional tradicional e cultural (Rydgren, 2018).

No entanto, as características atribuídas acima são mais vinculadas a estudos do Norte global — principalmente da Europa e dos Estados Unidos — e, embora compartilhem semelhanças com o Sul, é raro que um fenômeno ocorra de maneira tão homogênea em todo o globo. Rydgren

(2018) aponta que o sentimento anti-imigração é decisivo para o apoio da direita radical no Norte, mais que as políticas econômicas. E diferenciando a questão nacionalista econômica, o Norte privilegia medidas protecionistas e o Sul não consegue se colocar em uma posição isolada assumindo essas mesmas medidas (Vargas-Maia, Pinheiro-Machado, 2023). Mas como Mudde (1995) indica, o extremismo da direita pode ser considerado uma combinação de fatores distintos entre si, uma definição não implica na exclusão da outra.

Quanto aos partidos, classifica-se um partido de direita radical em três critérios: localizar-se o mais à direita possível no espectro político nacional; ter características fascistas em sua ideologia; e ter uma atitude negativa em relação ao sistema político (Ignazi, 1992). O discurso utilizado pelos partidos e pelos políticos de direita radical incluem questões relacionadas com cultura, valores e identidade para atrair votos (Rydgren, 2018). Além disso, a mídia, a tradicional e a Internet, têm um papel importante em atrair reconhecimento e mobilização para a direita radical, além de levantar eleitores (Rydgren, 2018).

Ainda que a direita radical possa ter características populistas, isso é algo adicional à direita, aos partidos políticos e à maneira de governar, não sendo, impreterivelmente, um elemento obrigatório de sua constituição (Mudde, 1996). Para Kazin (1995), populismo é um estilo de retórica política que procura mobilizar pessoas comuns contra a estrutura de poder estabelecida e as ideias e valores dominantes da sociedade. Já de acordo com Mudde (2017), a direita radical populista combina em sua ideologia, necessariamente, três elementos principais: nativismo, autoritarismo e populismo. O nativismo é uma combinação de nacionalismo com xenofobia, é um discurso ideológico que assegura que somente os membros nacionais de um país podem habitar em seu território, sendo assim, ideias e pessoas estrangeiras são perigosas para a nação (Mudde, 2017); autoritarismo é a

crença em uma sociedade estritamente ordenada, na qual qualquer infração ou crime deve ser punido severamente e está atrelada ao conservadorismo, suas políticas dão menos direitos e maiores penas aos criminosos e mais disciplina em escolas e famílias (Mudde, 2017); por fim, o populismo para Mudde (2017) é uma ideologia que considera a sociedade separada em dois grupos, um ‘povo puro’ e uma ‘elite corrupta’, sendo dever do povo acusar os políticos e seus partidos de serem uma classe separada que não cumpre com as suas demandas.

Mudde (2017) ainda adiciona que a direita radical populista aceita a soberania popular e tende a aceitar regras parlamentares democráticas. Betz e Johnson (2004), todavia, descrevem como os sentimentos de indignação e de ressentimento estão presentes nas políticas populistas, pois o poder é tido como ‘roubado’ pela elite política-cultural em prol de seus próprios benefícios, ignorando o povo. Isso resultaria em uma degeneração da democracia representativa e Betz e Johnson (2004) afirmam que tem funcionado, visto que, simultaneamente à própria promoção como defensora dos interesses e direitos dos cidadãos e

da democracia verdadeira, a direita radical populista justifica seu projeto político. Economicamente, a direita radical populista não segue o mesmo entendimento sobre a questão de Estado e mercado, esse é considerado um tópico secundário na sua agenda política, ela combina menos regras e menores impostos com nacionalismo econômico, aceita a desigualdade como algo ‘natural’ e que não cabe ao Estado lidar (Mudde, 2017).

Mesmo sem tamanho consenso entre os pesquisadores sobre direita radical, é possível traçar as semelhanças em seus estudos e identificar o que e como essa direita é caracterizada. A direita radical está sempre relacionada com ideais socialmente desiguais (exemplificados no racismo) e com a rejeição de instituições democráticas constitucionais, além de um forte teor nacionalista para justificar muitas de suas ações. Por fim, nos casos

a serem analisados — Estados Unidos, França, Índia e Argentina — será possível perceber alguns dos aspectos supracitados e como os movimentos de direita radical nesses países se encaixam nas classificações dos autores. Ao mesmo tempo em que os casos têm características em comum, relacionadas à direita radical, também têm suas peculiaridades a serem compreendidas.

3 CASOS DO NORTE GLOBAL

Nesta seção e na seguinte, para fins de uma explanação prática do fenômeno de ascensão da direita radical na comunidade internacional, abordaremos quatro estudos de caso. Nesta, respectivamente, serão exemplificadas as fases de surgimento, engajamento público e progresso eleitoral da direita radical na França e nos Estados Unidos. Apesar de contextos e origens distintas, que marcam as especificidades de cada país, os cenários assemelham-se por suas características gerais. Afinal, sendo um fenômeno global, as narrativas populistas e o importante papel das redes sociais reforçam as suas similaridades.

3.1 FRANÇA

De párias da sociedade no pós-Segunda Guerra a protagonistas do cenário político francês, a ascensão da direita radical na França é prova concreta de como ideias nunca morrem. A lenta caminhada de volta aos holofotes após o apoio da direita radical ao regime pró-nazista de Vichy no norte da França foi encabeçada por um partido — o *Front National* (FN). Jean-Marie Le Pen, um dos fundadores, foi o grande nome do FN até recentemente, quando sua filha, Marine Le Pen, assumiu o comando e expulsou legalmente o pai do partido (Mayer, 2018). No entanto, para compreender as dinâmicas internas do partido no século XXI, é preciso

retomar os seus valores originais e sua escalada paulatina ao poder.

O *Front National* era inicialmente um aglomerado de variados grupos que, unidos, buscavam englobar todos os ideais da direita radical em apenas um frente. A princípio, sua significância era irrisória, porém, ao explorarem as descontentações populares frente ao governo socialista de 1981 e a descolonização da Argélia, foram gradualmente se fortalecendo. Igualmente, tinham como seus principais temas questões de imigração e ordem pública (Mayer, 2018).

Ademais, o partido prosperou pela incerteza e desconfiança da população francesa: receios frente à unificação europeia e a uma nova era pós-comunista, uma crescente insatisfação popular com os partidos estabelecidos e um cenário de recessão econômica e preocupantes índices de desemprego (Mayer, 2018). Nesse contexto, a direita radical também dedicou-se em promover seus valores tradicionais de religião, família e trabalho duro em contraposição aos valores permissivos que sobreviveram aos anos 1960 (Ignazi, 1992).

Contudo, os avanços políticos do partido limitavam-se em muito pelas falas problemáticas de Jean-Marie Le Pen. Os rótulos de racista e antisemita eram associados diretamente ao Front National devido às falas do líder e tal percepção pública prejudicava maiores alcances políticos (Mayer, 2018). Ao ter sido inserida no partido desde cedo, Marine Le Pen foi gradualmente conquistando mais espaços e cargos e suas disputas com o pai tornaram-se frequentes. Eventualmente, com a maioria dos votos, tornou-se presidente do *Front National* em 2011. Quanto ao futuro do partido, ela acreditava que a percepção do FN como antisemita era o que impedia o seu avanço e, portanto, defendia um projeto de desdemonização do *Front National*. Em suas palavras:

O partido que presidirei será um partido renovado, aberto e eficaz. Meu objetivo atribuído a partir de agora é fazer dele junto com vocês o instru-

mento mais poderoso, eficiente e operativo possível em nossa estratégia de conquista do poder (Le Pen, tradução livre, 2011 em congresso do FN em Tours, França).

E o futuro a provou correta. A partir do momento em que ela assumiu a liderança, os números apenas subiram. Em 2015, devido às disputas internas, o seu pai foi legalmente expulso do partido e em 2018 Marine Le Pen mudou o nome de *Front National* para *Rassemblement National*: “uma grande mutação estratégica, técnica e política” anunciou a presidente do partido (Le Monde, 2018). Contudo, para entender tal escolha estratégica faz-se necessário analisar a nova dicotomia que dominou a França devido ao avanço político de dois protagonistas *outsiders*: Marine Le Pen e Emmanuel Macron.

Em abril de 2017, o segundo turno da corrida presidencial chocou ao apresentar dois candidatos não pertencentes aos partidos tradicionais de Direita e Esquerda da França. Na verdade, o que estes dois candidatos apresentavam de mais surpreendente eram planos de governo que englobavam ambos campos políticos, na ideia de “*ni droite, ni gauche*”,³ mas, ao mesmo tempo, “*et droite et gauche*” (Herman; Lorimer, 2023). Em proporções distintas, mas da mesma maneira, tanto Macron quanto Le Pen abraçaram eleitores de ambos os espectros políticos no discurso de uma nova sociedade francesa que “superou” a obsoleta dicotomia Direita-Esquerda. Na linguagem de Le Pen, a rivalidade agora dava-se entre os “patriotas” e os “globalistas”, enquanto para Macron, a dicotomia apresentava-se entre os “nacionalistas” e os “progressistas” (Drochon, 2022).

Tal mudança de eixo teria advindo do contexto pós-globalização, o qual teria produzido indivíduos “vencedores” e “perdedores” do processo (Foucault, 2017).⁴ Na época, observou-se uma população progressivamen-

3 Na tradução: “nem direita, nem esquerda” e “e direita e esquerda”, demonstrando que, ao mesmo tempo que não são dos partidos tradicionais e “obsoletos”, também englobam suas ideias em seus planos de governo mais condizentes com a nova sociedade francesa (Herman; Lorimer, 2023).

4 Nesse sentido, Macron seria o líder político que atrairia os eleitores que se beneficiaram da globaliza-

te desengajada da política tradicional e, portanto, uma motivação para o surgimento de partidos alternativos buscando esses potenciais eleitores (Mayer, 2013). O partido de Macron, Renaissance, e o de Marine Le Pen, *Rassemblement National*, absorveram essa base eleitoral — no entanto, a representatividade dos dois líderes é bastante contestada. Macron situa-se na centro-direita e Marine Le Pen protagoniza a direita radical. Logo, apesar de seus planos de governo abraçarem algumas pautas tradicionalmente de esquerda, suas identidades e direcionamento não o são. Portanto, demonstra-se lógico que uma significativa parcela da população francesa siga desengajada da política nacional (Herman; Lorimer, 2023).

Entretanto, Macron posiciona-se como a única alternativa política efetiva no combate ao extremismo e, para Herman e Lorimer, tal discurso foi o que garantiu a sua vitória nas eleições presidenciais de 2017 e 2022. A base de Le Pen era majoritariamente composta por trabalhadores manuais de baixa renda e, então, suas medidas públicas englobavam muitas políticas sociais. Já os eleitores de Macron se concentravam na parcela mais instruída da sociedade (Ipsos Sopra Steria, 2022; Knapp, 2022), nas classes média e alta, e, por isso, a tendência de seu programa econômico é uma doutrina liberal de direita (Herman; Lorimer, 2023).

Contudo, Macron, ao posicionar Marine Le Pen como única rival desde as eleições de 2017, aos poucos validou o discurso da direita radical e inclusive o amenizou. Gérald Darmanin, ministro do interior da França, já criticou Le Pen por ser *trop molle*, isto é, suave demais, ao tratar do islamismo (BFMTV, 2021). Tal fala visivelmente minimiza as inúmeras violações aos direitos humanos cometidas por Le Pen. Em suma, a estratégia de *desdemonização* do Rassemblement National e a identificação de Macron do RN como um adversário válido fez cada vez menos eleitores enxergarem o partido de Marine Le Pen como uma ameaça à democracia (Herman;

ção, estes de maior instrução e majoritariamente urbanos (Foucault, 2017).

Lorimer, 2023). Igualmente, para os autores, entender como cada partido define o seu próprio polo é tão importante quanto definir o polo oposto. Marine Le Pen, nesse sentido, inegavelmente faz um extenso esforço em garantir que defende os direitos e ambições do povo francês, num discurso explicitamente populista: “Nós, nós acreditamos em algo mais valioso que dinheiro, e este é o sentimento [...] de pertencimento, e acreditamos no ligamento que une as pessoas de uma mesma nação” (Le Pen em discurso em Laon, Aisne, 2018).

Recentemente, um novo patamar foi alcançado pela direita radical francesa: o partido de Le Pen elegeu quase o dobro do número de deputados do partido do presidente em atividade, Emmanuel Macron, para o parlamento europeu. Revolucionário para o cenário político francês, o evento resultou no presidente da república decidindo por dissolver a Assembleia Nacional e convocar novas eleições, decisão figurada no artigo 12 da Constituição francesa (Le Monde, 2024). Para o *The Economist* (2024), “A questão já não é se os populistas podem ser contidos. É como responder à sua ascensão”. Macron, em um voto de confiança ao seu eleitorado, direcionou a população para uma resposta nas urnas.

A resposta foi histórica: no primeiro turno, o RN de Marine Le Pen liderava e a perspectiva de vitória já desenhava-se entre os seus membros. No entanto, ao iniciar-se o segundo turno das eleições, com a desistência das candidaturas de 221 candidatos com o objetivo de concentrar votos, a esquerda francesa (Nova Frente Popular) conquistou o maior número de assentos, somada ao partido de centro (Juntos) em segundo lugar, e passaram a liderar os assentos da Casa. A vitória da oposição ao RN, e principalmente da esquerda francesa, ressoou pelo país em ondas de comemoração, em uma concretizada derrota à direita radical na França (G1, 2024).

No entanto, cabe adicionar que o *Rassemblement National* teve um aumento de 55 assentos, maior que o aumento da coalizão de esquerda —

ao final das eleições apontarem seu partido em terceiro lugar, Marine Le Pen contestou: “Nossa vitória foi apenas adiada”. Igualmente, Macron, em sua coalizão de centro Ensemble (Juntos), também é declarado perdedor pela esquerda francesa. No fim, ao que parece, as dicotomias esquerda/direita não estão de fato superadas, como apontavam os dois líderes. Entre as ondas populares de comemoração frente aos resultados, destaca-se o principal líder da Nova Frente Popular e ex-candidato à presidência, Jean-Luc Mélenchon, que declarou, “Isso representa um enorme alívio para a vasta maioria do nosso povo [...] Essas pessoas se sentiam terrivelmente ameaçadas. Podem ter certeza de que venceram” (CNN, 2024).

3.2 ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos carregam consigo uma extensa história de grupos da direita radical poderosos e influentes na política nacional. A eleição de Donald Trump concretizou a sua chegada ao poder, após uma enorme campanha fundamentada em *fake news*, destilação de ódio contra minorias e mulheres e racismo (Da Empoli, 2020). O autor, em seu livro *Engenheiros do Caos*, delineia o fenômeno Trump:

Os liberais americanos não imaginavam a vitória de Trump: É a bolha dos democratas, dos liberais e das mídias da Costa Leste e Oeste que repetem, incansavelmente, que é impossível chegar à Casa Branca insultando minorias, mulheres, imigrantes e deficientes. Prova de uma incompetência sem precedentes (Da Empoli, 2020, p. 118).

No entanto, os apoiadores de Trump do *Tea Party* — o mais recente grupo extremista americano — não foram os primeiros a defender uma ideologia pautada pela violência, mas mascarada pelas pautas conservadoras (Parker, 2018). O primeiro grupo supremacista branco a abalar o país foi o *Ku Klux Klan* (KKK), que, em 1920 registrou um recorde de 4 milhões de membros espalhados pelo território. Faz-se necessário traçar o

perfil desses membros de grupos extremistas para melhor compreensão: predominantemente brancos e homens, classe-média, cristãos, naturais do país e heterossexuais.

Logo, percebe-se que são parcelas da sociedade que naturalmente gozam de privilégios frente aos demais. Assim, a principal preocupação desses indivíduos será direcionada a preservar, garantir e expandir os seus privilégios e direitos (McVeigh, 2009), ao mesmo tempo em que demonstram profundo receio e medo frente às mudanças sociais enfrentadas pelo país no século XX — como o movimento pelos direitos civis — e as conquistas das minorias ao longo do século XXI. Entendem que tais mudanças mudam o caráter dos Estados Unidos e ameaçam o seu status cultural e material (Parker, 2018).

Antes do advento do *Tea Party*, ainda houve a criação de outro grupo de extrema-direita: a *John Birch Society* (JBS). Fundada em 1958, no contexto de Guerra Fria, a principal preocupação dos membros era com a ameaça do comunismo de subversão da cultura e estilo de vida americanos (Parker, 2018). Nesse sentido, absolutamente tudo que considerassem um desvio desse estilo de vida era classificado como comunista — ou seja, igualdade de gênero e racial, homossexualidade e pornografia são alguns exemplos (Rohter, 1969).

Por fim, em 2009, com a eleição de Barack Obama — o primeiro presidente negro dos Estados Unidos — há o marco de início do mais novo movimento reacionário, o *Tea Party*. Já em 2010, 63 milhões de estadunidenses apoiavam o grupo (Parker, 2018). Essa nova insurgência deu-se principalmente por uma revolta perante a mudança de imagem representativa dos Estados Unidos: um presidente negro. Tentaram justificar associando Barack Obama ao socialismo, considerando ele uma “ameaça ao país e ao seu bem-estar” (Greenberg et al. 2010). No entanto, de acordo com Kinder e Sanders (1996), o ressentimento racial é amplificado confor-

me crescem as demandas e conquistas de pessoas negras na sociedade. Tal sentimento teria motivado a revolta contra Obama, a “ameaça” ao estilo de vida do perfil reacionário, afirmam os autores.

Ademais, é importante ressaltar o papel de Donald Trump na ascensão da direita radical estadunidense. Algo que alimenta profundamente os reacionários são teorias da conspiração, disseminadas principalmente através das redes sociais. Afinal, a organização *online* e em grupos ativistas permanecem as principais formas de recrutamento de membros (Youngblood, 2020). Inclusive, a partir de um estudo de Mason Youngblood, conclui-se que a adesão à direita radical nos Estados Unidos através das mídias sociais ocorre em semelhança a um contágio, no qual, quanto mais prolongada a exposição e número de reincidências, maior a transmissão. Igualmente, a rápida ascensão de Donald Trump deveu-se a sua capacidade de mobilizar a enorme massa popular de forma a ouvir as suas frustrações e oferecer uma solução nos seus moldes — “*Make America Great Again*”, slogan por muitos visto como um “*dog whistle*”, mas que igualmente responde aos desejos da direita radical de tornar a sua mensagem mais sutil (VOA, 2017) —, em esforços que adotam evidentemente uma retórica populista (Ost, 2004).

O bilionário soube aproveitar-se devidamente da oportunidade, e, quando surgiram as teorias sobre Barack Obama não ter nascido em território americano, Trump utilizou-se de sua plataforma televisiva para denunciar o presidente eleito, exigindo provas documentais. A adesão de Donald Trump à teoria conspiratória foi o suficiente para angariar para si os membros do *Tea Party* e construir, ao longo dos seguintes oito anos, uma base eleitoral consistente e significativa, sempre contribuindo para as pautas reacionárias — desde à intolerância a imigrantes à falas racistas e misóginas (Parker, 2018).

5 Uma mensagem sutil e escondida, criada para ser entendida apenas por grupos selecionados. Nesse caso, o slogan de Donald Trump é por muitos associado a um *dog whistle* para grupos supremacistas, compreendendo o “*Again*” do slogan como um desejo de retorno aos valores — racistas — que fundamentaram o país.

4 CASOS DO SUL-GLOBAL

A ascensão da direita radical no Sul global tem se mostrado marcante nas últimas décadas, especialmente nos casos da Índia e da Argentina. Estes países, apesar de suas distintas heranças culturais, compartilham características comuns em suas atuais direções políticas, como populismo, agendas nacionalistas e discursos controversos. Para compreender esse fenômeno nos últimos anos, iremos analisar como o discurso da direita radical foi construído e se consolidou durante os períodos eleitorais. Com o intuito de compreender melhor esses movimentos, investigaremos as principais características, motivações e os impactos resultantes dessas políticas sobre suas sociedades.

4.1 ÍNDIA

Após sua independência do Reino Unido, em 1947, a Índia estabeleceu um governo democrático parlamentarista (Mello, 2013). A República da Índia é conhecida internacionalmente como a maior democracia do mundo e, apesar das suas dificuldades em relação a desigualdade social, castas e outros desafios sociais, o país tornou-se um símbolo de diversidade linguística, nacionalidade, étnicas e religiosa, desde a sua independência e pela luta pacífica de Mahatma Gandhi.

Desde a eleição de Narendra Modi, em 2014, e reeleito em 2019, o movimento nacionalista hindu, promovido pelo *Bharatiya Janata Party* (BJP), cresceu significativamente, levando a políticas controversas contra minorias religiosas, particularmente a população muçulmana (Sánchez-Vallejo, 2020; IISS, 2020). A popularidade de Modi foi impulsionada por suas promessas econômicas e pela retórica nacionalista, evidenciando a complexidade da política indiana contemporânea, e analisar sua popularidade requer considerar suas promessas de desenvolvimento, a influência do

nacionalismo, autoritarismo e suas estratégias de comunicação.

Antes de identificar as manobras políticas controversas do governo indiano, é importante conhecer o partido de Modi para entender seus ideais políticos. O partido político do primeiro-ministro é o BJP, *Bharatiya Janata Party* (ou Partido do Povo Indiano), que se baseia no *Hindutva* — ideologia conhecida como nacionalismo hindu, criada no começo do século XX — e tem fortes vínculos ideológicos e organizacionais com a organização paramilitar conhecida como *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Organização Nacional de Voluntários), ou RSS (Bharatiya Janata Party, 2023). O partido promove pautas ressaltando a identidade hindu e sua meta principal é tornar o país majoritariamente hindu.

A agenda do primeiro-ministro está trazendo problemas como polarização social e hostilidade entre grupos religiosos, tendo como consequências violência, extremismo e autoritarismo a partir da retórica contra minorias sociais (Santos, 2021). Além do apelo nacionalista nas campanhas eleitorais, o BJP utilizou-se de estratégias como a criação de uma imagem de antissistema, veiculação de notícias falsas e exposição de escândalos que mancharam a imagem de partidos adversários (Nicolini *et al.*, 2021). Essas características do populismo, marcado por uma retórica voltada para as massas e promessas de reformas inclusivas, foram fatores cruciais para o sucesso nas últimas eleições.

A ascensão de líderes como Modi, Bolsonaro e Trump mostra semelhanças no uso de desinformação e na autoprocamação como solução única e simples para problemas nacionais complexos. Segundo Benedict Anderson (1983), a construção nacional se baseia em narrativas e símbolos culturais, estratégias usadas por líderes de direita radical para moldar uma identidade nacional exclusiva e divisiva. Essa tática é comum em países com históricos de colonização, onde as elites locais apoiam esses líderes para se beneficiarem das reformas econômicas. Além disso, o conservado-

rismo cultural desses países reforça essas narrativas, alimentando discursos de intolerância. A Lei de Emenda à Cidadania da Índia, aprovada em 2019 (G1, 2019), exclui muçulmanos do reconhecimento como cidadãos legítimos, marginalizando mais de 200 milhões de pessoas, similar às políticas anti-imigração de Trump. Outro exemplo é Viktor Orbán, na Hungria, que adotou uma postura firme contra a imigração e promoveu uma narrativa nacionalista (Fiorillo, 2018). Esses líderes utilizam narrativas exclusivistas e desinformação para consolidar poder, apresentando-se como defensores da identidade cultural e promovendo políticas que favorecem as elites enquanto marginalizam grupos vulneráveis.

Entretanto, a intolerância e o fundamentalismo religiosos não são as únicas preocupações da população. Apesar do governo ser caracterizado como nacionalista, o primeiro-ministro Narendra Modi estabeleceu medidas de liberalização da economia para fortalecer o crescimento do país em setores de desenvolvimento de alta tecnologia, reformas administrativas do Estado e investimento estrangeiro, aumentando a dependência externa e minando a autonomia econômica indiana. Tais medidas causaram descontentamento, pois atingiram setores vulneráveis da sociedade, causando desemprego e problemas ambientais (Nicolini *et al.*, 2021). No geral, ao mesmo tempo que Modi conseguiu alcançar metas de fortalecer o PIB da Índia com investimento estrangeiro, e também definir uma política externa de negociar com qualquer país seguindo o não-alinhamento, suas políticas geraram crises internas que causaram insatisfação em diversos setores econômicos (Otero, 2024).

Em 4 de junho de 2024, Narendra Modi foi reeleito para um terceiro mandato junto com seu partido, embora com uma maioria parlamentar reduzida e uma oposição fortalecida (Agenda Brasil, 2024). É interessante analisar que esses resultados indicam um possível desgaste na eficácia da propaganda política e na administração de Modi. Por fim, é possível que

o futuro político da Índia esteja em um ponto de inflexão, considerando o crescente impacto da desigualdade social e as decisões controversas do primeiro-ministro Modi. O fortalecimento da oposição nas últimas eleições sugere um possível enfraquecimento do poder de Modi, refletindo a insatisfação crescente da população indiana com sua liderança. Esta conjuntura abre a possibilidade de uma reconfiguração no cenário político indiano, onde a oposição pode ganhar terreno e influenciar mudanças significativas na direção política do país.

4.2 ARGENTINA

A direita argentina influenciou significativamente a política interna e externa do país no século XX e as eleições presidenciais de 2023 refletem o seu retorno com uma nova face. Até a década de 1980, o país sofreu com golpes de Estado e regimes militares, adotando uma linha conservadora e nacionalista. A “Guerra Suja” de 1976 marcou negativamente esse período, marcado por repressão, censura, perseguição e mortes (Novaro et al., 2008). Outros países da América Latina também enfrentaram a repressão dos governos ditatoriais, e apenas na década de 1980 as ditaduras começaram a cair, iniciando processos de redemocratização.

A transição para novas políticas na Argentina enfrentou dificuldades por parte dos militares, que resistiram ao controle civil e à investigação dos abusos e crimes das ditaduras, um fator crucial na “transição negociada” que continuou a perturbar a nova ordem democrática (Friderichs, 2017). Segundo O’Donnell e Schmitter (1988), transições não pactuadas podem gerar instabilidade política, riscos de retrocesso autoritário e fragilidade institucional.

No final da década de 1990, a direita começou a ganhar novas forças, enfrentando a crise econômica de 2001 e a ascensão de líderes pro-

gressistas como Néstor Kirchner (2003-2007). O governo de Maurício Macri (2015-2019) marcou um realinhamento da Argentina com políticas neoliberais, buscando atrair investimentos estrangeiros, apesar dos desafios econômicos.

Segundo Mayer (2023), a direita populista radical na Argentina se consolidou com o desgaste dos partidos tradicionais, como o peronismo, principalmente após os desgastes econômicos e sociais dos governos Macri e Fernández (2019-2023). A expansão da direita na América Latina alterou os perfis dos partidos políticos, que passaram a priorizar abertamente os interesses das classes mais altas.

Esse fenômeno ocorre à medida que governos democráticos enfrentam desafios que podem prejudicar a sociedade, enquanto os partidos de direita aproveitam baixos índices de aprovação para benefício próprio. Ao contrário da Europa, onde o radicalismo de direita teve uma trajetória de crescimento contínuo, na América Latina sua emergência foi mais recente e fragmentada, ganhando destaque como força política significativa no século XXI, à medida que certos setores da direita regional se radicalizaram (Norris, 2005).

Em 2021, o movimento *La Libertad Avanza* (A Liberdade Avança), liderado por Javier Milei, trouxe uma nova fase para a direita radical, defendendo o anarcocapitalismo, paleolibertarismo⁶ e sinalizando possíveis mudanças na política externa com maior abertura ao livre mercado e a dolarização da economia do país (Sanson, 2023). Durante o período de propaganda eleitoral na Argentina, em 2023, a LLA utilizou as mesmas estratégias de Bolsonaro, Trump, e outras figuras de direita, com retórica antissistema, ressentimento contra a classe e o sistema político estabelecidos (Carmo, 2023), acusação de gastos desnecessários em recursos estatais, uso de fake news e promessa de promoção de uma agenda econômica mercado

6 O paleolibertarianismo é uma corrente de pensamento que combina elementos do libertarianismo com valores conservadores tradicionais (Rockwell, 1990).

com cortes e subsídios e direitos e de garantir uma liberdade de expressão irrestrita.

A direita de Javier Milei também se caracteriza pelo clássico discurso conservador, com propostas como deportação de imigrantes ilegais, perda de benefícios sociais para manifestantes, repressão massiva e a economia liberal, que acaba impactando nas políticas sociais do país (Lima, 2023). É estratégia comum à direita populista o uso de um discurso de “bem contra o mal”, assim construindo um personagem de herói da pátria e adquirindo certos traços de teatralidade que atraem um eleitorado, como as classes sociais mais baixas e outros partidos de direita (Mayer, 2023), além também de oposição explícita ao aborto legal, suporte à eliminação da educação gratuita e defesa da legalização do porte de armas (Diniz de Medeiros *et al*, 2023).

É evidente que os discursos antissistema e contrários à ordem global muitas vezes dissimulam seus reais objetivos de promover políticas que favorecem o livre mercado, ao mesmo tempo em que procuram se distanciar da responsabilidade por suas ações. Defensores dessa visão afirmam que têm a capacidade de oferecer soluções políticas para os desafios nacionais. Além disso, o discurso de liberdade propagado por esses líderes tende a ser ambíguo, muitas vezes favorecendo uma agenda neoliberal que negligencia questões sociais fundamentais para uma democracia robusta, simplificando soluções para problemas complexos (Mayer, 2023; Moreira, 2021). Ao analisar as estratégias de líderes como Milei, que compartilham características com outros populistas de direita, torna-se claro que o populismo reacionário pode ter implicações significativas para as políticas sociais e econômicas de um país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do avanço da direita radical em diferentes países do globo, este trabalho teve como propósito delimitar as tendências e características desse movimento na contemporaneidade, sobretudo por meio de estudos de caso do Norte e do Sul Global. Dessa forma, desenvolvemos o argumento de que a direita radical, de forma geral, têm adotado fortemente a retórica populista em suas formas de governo. Para isso, também foi necessário apresentarmos as principais características da direita radical de acordo com a literatura existente sobre o tema, sendo elas: oposição ao coletivismo, oposição ao pagamento de impostos, conspiração em relação a determinadas invenções modernas (Rush, 1963), nacionalismo, racismo, xenofobia, anti-democracia, defesa de um Estado forte (Mudde, 1995), rejeição de valores e instituições do Estado democrático, rejeição ao princípio da igualdade humana (Carter, 2017), conservadorismo, e autoritarismo sociocultural (Rydgren, 2018).

No entanto, apontamos que todos os autores citados partem de experiências do Norte Global para chegarem a essas conclusões, então é necessário considerar que a direita radical pode tomar formas diferentes no Sul Global. Assim, a partir da realização de estudos de caso de dois países de cada região — França, Estados Unidos, Índia e Argentina — concluímos que a principal diferença entre elas diz respeito à defesa do Estado forte nos casos do Norte, e ausência dela nos casos do Sul. Tanto a administração Modi, na Índia, quanto a administração Milei, na Argentina, advogam por medidas de liberalização econômica com o objetivo de promover o desenvolvimento dos países, o que contrasta com a ideia de um Estado forte apontado por Mudde (1995) como uma característica da direita radical. Assim, apesar de essa característica estar presente na direita radical de países do Norte, como França e Estados Unidos, concluímos que o mesmo não ocorre em países do Sul, como Índia e Argentina.

Dessa forma, o estudo sobre o avanço da direita radical especifica-

mente em países do Sul Global ainda é uma área que promove vastas possibilidades investigativas, visto que os principais trabalhos científicos sobre o tema baseiam-se no avanço da direita radical em países do Norte Global. Embora tenhamos identificado uma diferença na ascensão da direita entre as duas regiões, diversas questões permanecem abertas e carecem de um estudo mais aprofundado. De qualquer forma, na medida em que a direita radical populista ganha força, tanto no Norte quanto no Sul Global, é imperativo que reforcemos o compromisso social com a vigilância democrática e o diálogo inclusivo.

REFERÊNCIAS

AGENDA BRASIL. **Narendra Modi é reeleito para terceiro mandato; oposição sai reforçada.** 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-06/narendra-modi-e-reeleito-para-terceiro-mandato-oposicao-sai-reforcada#:~:text=O%20primeiro%2Dministro%20indiano%2C%20Narendra>. Acesso em: 06 jun. 2024.

ANDERSON, B. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism.** New York: Verso, 1983. Disponível em: <Disponível em: <http://rebels-library.org/files/imagined_communities.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2024.

AUDUREAU, William. Tout comprendre à la dissolution de l'Assemblée nationale: conditions, précédents, conséquences. **Le Monde**, Online, 09 jun. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2024/06/09/qu-est-ce-que-la-dissolution-de-l-assemblee-nationale_6238345_4355770.html#:~:text=Qu'est%2Dce%20que%20la,2027%20so%20nt%20avanc%C3%A9s%20%C3%A0%202024. Acesso em: 16 jun. 2024.

BBC NEWS. **Javier Milei vence na Argentina e promete soluções “drásticas” para crise do país, 2023.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgrp0n0zg5lo>. Acesso em: 15 de jun. 2025.

BETZ, Hans-Georg; JOHNSON, Carol. Against the current - stemming the tide: the nostalgic ideology of the contemporary radical populist right. **Journal of Political Ideologies**, Online, v. 9, n. 3, p. 311-327, out. 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1356931042000263546>. Acesso em: 14 ago. 2024.

BFMTV. **Marine Le Pen “molle”: Les propos de Gérald Darmanin sèment l’embarras au sein de Larem**. 2021. Disponível em: https://www.bfmtv.com/politique/marine-le-pen-molle-les-propos-de-gerald-darmanin-sement-l-embarras-au-sein-de-la-rem_AN-202102150325.html

BHARATHIYA JANATA PARTY. **HISTORY AND DEVELOPMENT OF BHARATIYA JANATA PARTY**. 2023. Disponível em: <https://www.bjp.org/historyoftheparty>. Acesso em: 07 de jun. 2024.

BENNETT, W. Lance. The Personalization of Politics. **The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science**, [S.L.], v. 644, n. 1, p. 20-39, 3 out. 2012. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0002716212451428>.

CARMO, A. C. E. Milei, Trump e Bolsonaro: semelhanças e diferenças entre os três líderes. **BBC**, 18 nov. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72qnn10v5xo>. Acesso em: 11 de jun. 2024.

CNN. **Quem é Jean-Luc Mélenchon? Líder da extrema esquerda integra coalizão da Nova Frente Popular na França**. 07 jul. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-e-jean-luc-melenchon-lider-da-extrema-esquerda-integra-coalizao-da-nova-frente-popular/> Acesso em: 26 ago. 2024.

DELOUIS, Anne Friederike. Liberté, égalité, fraternité?: views from the far-right fringe in france (respond to this article at [http. Anthropology Today](http://anthropologytoday.com), [S.L.], v. 28, n. 6, p. 12-16, dez. 2012. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8322.2012.00911.x>.

DINIZ DE MEDEIROS, M. E.; BRAGANÇA MAGALHÃES BIAN-

CO, V. . O populismo reacionário na Argentina: Radicalização política de ultradireita e Javier Milei (Período pré-eleitoral 2023). **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 1–14, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/67052>. Acesso em: 11 jun. 2024.

DIOS, Manuel Sánchez de. O avanço eleitoral da extrema direita no século XXI e seus efeitos nos sistemas de partidos europeus. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 138-163, maio-ago. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/110689/64244>. Acesso em: 26 jun. 2024.

DROCHON, Hugo. 2022. From dusk till dawn: Bobbio on the left/right dichotomy. **Journal of Political Ideologies**, 27(3), 330–346. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13569317.2022.2129220> Acesso em: 18 jun. 2024

EMPOLI, Giuliano Da. **Os Engenheiros do Caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. São Paulo: Vestígio, 2020.

FINCHELSTEIN, Federico. Populism without borders. Notes on a global history. **Constellations**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 418-429, set. 2019. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-8675.12431>.

FINCHELSTEIN, Federico; URBINATI, Nadia. On Populism and Democracy. **Populism**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 15-37, 14 set. 2018. Brill. <http://dx.doi.org/10.1163/25888072-01011001>.

FINCHELSTEIN, Federico. On Fascist Ideology. **Constellations**, [S.L.], v. 15, n. 3, p. 320-331, 20 ago. 2008. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8675.2008.00494.x>.

FIORILLO, MARÍLIA. **Hungria radicaliza e pune quem ajudar imigrantes**, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/hungria-radicaliza-e-pune-quem-ajudar-imigrantes/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

FOUCAULT, Martial. 2017. **Une géographie politique des nouveaux clivages**. Constructif, 48(3), 31–35.

FRIDERICH, L. E. Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 9, n. 20, p. 439–455, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/67044>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GREENBERG, S. B., J. Carville, J. Gerstein, P. M. Craighill, and K. Monninger. “**Special Report on the Tea Party Movement: The Tea Party—An Ideological Republican Grass-Roots Movement—but Don’t Mistake It for a Populist Rebellion.**” Democracy Corps, July 19, 2010.

G1. **Parlamento da Índia aprova lei de cidadania que exclui muçulmanos**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/12/parlamento-da-india-aprova-lei-de-cidadania-que-exclui-muculmanos.ghml>. Acesso em: 07 jun. 2024.

G1. **França: em reviravolta, esquerda vence eleições legislativas, mas não forma maioria**. 07 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/07/eleicoes-na-franca-vitoria-esquerda.ghml>. Acesso em: 26 ago. 2024.

HERMAN, Lise; LORIMER, Marta. Dancing with the devil? Emmanuel Macron, Marine Le Pen and the articulation of a new political divide in France. **Nations and Nationalisms**, 1-16. nov. 2023. Wiley. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/nana.13001> Acesso em: 20 jun. 2024

IGNAZI, Piero. 1992. The Silent Counter-Revolution: Hypotheses on the Emergence of Extreme Right-Wing Parties in Europe. **European Journal of Political Research** 22, no. 3: 3–34.

IISS. **The politics of Hindutva in India**. 2020. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/strategic-comments/2020/hindutva-politics-in-dia/>. Acesso em: 08 de jun. 2024.

IPSOS Sopra Steria. 2022. **Second Tour: Profil Des Abstentionnistes et**

Sociologie Des Electorats. Disponível em: <https://www.ipsos.com/fr-fr/presidentielle-2022/second-tour-profil-des-abstentionnistes-et-sociologie-des-electorats> Acesso em: 18 jun. 2024.

JERÓNIMO, Jérémy Silvaes. Direita radical, 0 e populismo. **Observador**, Online, 07 fev. 2024. Disponível em: <https://observador.pt/opinioao/direita-radical-extrema-direita-e-populismo/>. Acesso em: 28 jun 2024.

JERVIS, Robert. Do Leaders Matter and How Would We Know?. **Security Studies**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 153-179, abr. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09636412.2013.786909>.

JERVIS, Robert. The Future of World Politics: will it resemble the past?. **International Security**, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 39, 1991. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2539088>.

KAZIN, Michael. **The Populist Persuasion**. New York: Cornell University, 1995.

KINDER, Donald; SANDERS, Lynn. **Divided by Color: Racial Politics and Democratic Ideals**. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

KNAPP, Andrew. 2022. France's party system in 2022. **Modern and Contemporary France**, 30(4), 495–515. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09639489.2022.2134849> Acesso em: 15/06/2024.

LE PEN, Marine. (2018). **Discours de Marine Le Pen à Laon (Aisne)**. Disponível em: <https://rassemblementnational.fr/discours/discours-demarine-le-pen-a-laon-aisne/> Acesso em: 16 jun. 2024

LIMA, E. **Javier Milei e o movimento de extrema direita na Argentina**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/javier-milei-argentina-eleicoes-extrema-direita/>. Acesso em: 09 de jun. 2024.

MARINE Le Pen annonce que le Front National devient Rassemblement National. **Le Monde**, 01 jun. 2018. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/politique/article/2018/06/01/marine-le-pen-annonce-que-le-front->

-national-devient-rassemblement-national_5308450_823448.html Acesso em: 20 jun. 2024

MARINE Le Pen “molle”: Les propos de Gérard Darmanin sèment l’embaras au sein de Larem. **BFMTV**, 2021. Disponível em: https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2024/06/10/europeennes-2024-les-pays-ou-l-extreme-droite-l-emporte-ceux-ou-elle-plafonne_6238532_4355770.html Acesso em 20 jun. 2024.

MAYER, Nonna. 2013. From Jean-Marie to Marine Le Pen: Electoral Change on the Far Right.” **Parliamentary Affairs** 66, no. 1: 160–178.

MAYER, Nonna. The radical right in France. **The Oxford handbook of the radical right**. v.1, p. 615-640, 2018.

MAYER, R. R. Direita populista radical na América Latina: os casos da Argentina, Brasil, Chile e El Salvador. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 9, n. 2, 18 abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/25915>. Acesso em: 09 de jun. 2024.

MCVEIGH, Rory. **The Rise of the Ku Klux Klan: Right-Wing Movements and National Politics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

MELLO, JOSEFINA NEVES. Da desobediência civil à independência da Índia: uma breve análise do percurso político de Gandhi. **Revista da Universidade Ibirapuera**. 2013. Disponível em: <https://www.ibirapuera.br/seer/index.php/rev/article/view/24>. Acesso em: 07 de jun. 2024.

MELTON, Marissa. Is ‘Make America Great Again’ Racist?. **Voice of America**, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/is-make-america-great-racist/4009714.html> Acesso em: 24 jun 2024.

MERLINGEN, Michael; MUDDE, Cas; SEDELMEIER, Ulrich. The Right and the Righteous?. European Norms, Domestic Politics and the Sanctions Against Austria. **Jcms: Journal of Common Market Studies**, [S.L.],

v. 39, n. 1, p. 59-77, mar. 2001. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-5965.00276>.

MOREIRA, Tarcísio. **A Crise da democracia liberal e o populismo de direita: uma análise crítica do caso brasileiro**. 2021. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

MUDDE, Cas. Extreme-right Parties in Eastern Europe. **Patterns Of Prejudice**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 5-27, jan. 2000. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00313220008559132>.

MUDDE, Cas. **The Populist Radical Right: A Reader**. Londres: Routledge, 2016.

MUDDE, Cas. The war of words defining the extreme right party family. **West European Politics**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 225-248, abr. 1996. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01402389608425132>.

MUDDE, Cas. Populist Radical Right Parties in Europe Redux. **Political Studies Review**, [S.L.], v. 7, n. 3, p. 330-337, set. 2009. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1478-9302.2009.00194.x>.

MUDDE, Cas. Right-wing extremism analyzed. **European Journal Of Political Research**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 203-224, fev. 1995. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-6765.1995.tb00636.x>.

NICOLINI GABRIEL, João Paulo; MANDELBAUM, Henoch Gabriel; CARVALHO, Carlos Eduardo; ARTIOLI, Marcel. Nacionalismo na Índia de Narendra Modi e do Bharatiya Janata Party (BJP) | Narendra Modi, the Bharatiya Janata Party (BJP) and Nationalism in India. **Mural Internacional**, [S. l.], v. 12, p. e60103, 2021. DOI: 10.12957/rmi.2021.60103. Disponível em: Acesso em: 08 de jun. 2024.

NORRIS, P. A tese da “nova clivagem” e a base social do apoio à direita radical. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 1–32, mar. 2005. Disponível: <https://www.scielo.br/j/op/a/QWNXbm7gD3sdywSq73nJLd/>. Acesso em:

10 de jun. 2024.

NOVARO, M.; PALERMO, V.; FERRERAS, N. **A ditadura militar**. No, v. 2, 2008. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T11perseu2.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transições do Regime Autoritário – Primeiras Conclusões**. Trad. Adail U. Sobral. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. pp. 67-87; 107-117; 123-127. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/19554/mod_resource/content/1/CHY%20-%20ODonnell.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2024.

OST, David. Politics as the Mobilization of Anger: Emotions in Movements and in Power. **European Journal of Social Theory** 7, no. 2: 229–244, 2004.

OTERO. Eleições na Índia: um caso a ser estudado - **Revista Focus Brasil**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2024/06/12/eleicoes-na-india-um-caso-a-ser-estudado/>. Acesso em: 08 jun. 2024.

PARKER, Christopher. The radical right in the United States of America. **The Oxford handbook of the radical right**. v.1, p. 891-916, 2018.

RAO, Shakuntala. Making of Selfie Nationalism: Narendra Modi, the Paradigm Shift to Social Media Governance, and Crisis of Democracy. **Journal Of Communication Inquiry**, [S.L.], v. 42, n. 2, p. 166-183, 18 jan. 2018. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0196859917754053>.

ROCKWELL, L. H. **The Case for Paleo- Libertarianism**. 1990, 34–38. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180907144559/http://www.pericles.press/wp-content/uploads/2016/11/Liberty_Magazine.pdf. Acesso em 11 de jul. de 2024.

ROHTER, Ira S. “Social and Psychological Determinants of Radical Rightism.” In *The American Right Wing: Readings in American Political Behavior*, ed. R. A. Schoenberger. New York: Holt, Rinehart and Wins-

ton, 1969.

RUSH, G. B. Toward a Definition of the Extreme Right. **The Pacific Sociological Review** 6, no. 2, p. 64–73, 1963. <https://doi.org/10.2307/1388686>.

SÁNCHEZ-VALLEJO, M. A. **Narendra Modi, um líder divisionista na Índia**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-08-12/narendra-modi-um-lider-divisionista-na-india.htm>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SANSON, C. **A motosserra de Javier Milei**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/633174-a-motosserra-de-javier-milei>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, F. L. B. DOS. O nacionalismo hindu de Modi: autoritarismo e neoliberalismo na Índia. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 1, p. 53–65, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/FFchhdmksr8XBwzfhTzZ-cRj/>. Acesso em: 08 de jun. 2024.

THE three women who will shape Europe. **The Economist**, 30 mai. 2024. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2024/05/30/the-three-women-who-will-shape-europe> Acesso em: 23 jun. 2024

WAHLSTRÖM, Mattias; TÖRNBERG, Anton; EKBRAND, Hans. Dynamics of violent and dehumanizing rhetoric in far-right social media. **New Media & Society**, [S.L.], v. 23, n. 11, p. 3290–3311, 30 ago. 2020. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1461444820952795>.

WODAK, Ruth. Friend or foe. **Language & Communication**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 495–517, out. 2002. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/S0271-5309\(02\)00022-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0271-5309(02)00022-8).

YOUNGBLOOD, Mason. **Extremist ideology as a complex contagion: the spread of far-right radicalization between 2005 and 2017**. Humanities and Social Sciences Communications, 2020

Relações Russo-Africanas no Século XXI

Kauane Santos de Oliveira

Luiza Ferreira Job

Matheus Severiano Marques Xavier

Paulo Leal Vita

INTRODUÇÃO

Para ser possível compreender as relações entre a Rússia e os Estados africanos no século XXI é preciso, em primeiro lugar, notar que os interesses estratégicos dos Estados muitas vezes se expandem até regiões remotas. Essas estratégias estão em conformidade com o Direito Internacional, desde que suas ações não sejam percebidas como ameaças, e costumam ser conhecidas como “interesses nacionais” quando compõem uma combinação de diversos objetivos vitais para o Estado (Fituni; Abramova, 2010).

Na primeira década do século XXI, a conjuntura da Rússia foi marcada pela reanimação de interesses estratégicos na África, como resultado de mudanças na política externa russa. Antes disso, as relações russo-africanas estavam enfraquecidas desde o desmantelamento da União Soviética. Tendo início nos últimos anos da década de 1990, essa nova política externa foi impulsionada pelo fracasso da Rússia em estabelecer relações fortes com o Ocidente, e é caracterizada por políticas de caráter multidimensional, que incorporavam regiões como China, África, Oriente Médio e América Latina. Desde então, as prioridades geopolíticas da Rússia vêm se expandindo, a fim de suportar seu crescimento econômico, suas relações comerciais e seus investimentos (Findan; Aras, 2010).

Os autores Gerrit Olivier e Dmitry Suchkov apontam que a Rússia se encontra em um esforço para recuperar um papel de liderança na política global, enquanto vários estados africanos se tornaram politicamente mais estáveis e economicamente mais bem sucedidos. A partir desse interesse um pequeno número de megaempresas russas começaram a fazer negócios com o continente na viragem do século. Ao mesmo tempo, a Rússia e a África encontraram uma causa comum nas relações políticas internacionais, como testemunhado por políticas semelhantes em organizações multilaterais, particularmente dirigidas contra a hegemonia ocidental nas finanças e na economia mundiais (Olivier; Suchkov, 2015).

A nova relação Rússia-África é um processo bidirecional, embora a balança comercial seja altamente favorável à Rússia. A Rússia não precisa do petróleo africano, mas depende fortemente de África para alguns dos metais não ferrosos. África também serve de mercado para produtos, tecnologia e armas russas. As empresas e *joint ventures* russas estão avançando em direção à África; como resultado, em 2008, o investimento da Rússia na África atingiu um máximo de 20 mil milhões de dólares. O comércio Rússia-África aumentou muitas vezes em volume até 2010 e a balança comercial é altamente favorável à Rússia. Na era da globalização, não é a ideologia, mas sim os benefícios económicos e empresariais que constituem a principal preocupação da Rússia nas suas relações com África. Putin é o verdadeiro arquiteto das novas relações Rússia-África como Presidente de 2000 a 2008, e como Primeiro-Ministro desde 2008, quando foi impedido pela Constituição de se tornar Presidente pela terceira vez, entregou o cargo de Presidente ao seu vice, Medvedev, e tornou-se Primeiro-Ministro, mas ainda assim ele é o verdadeiro detentor do poder e decisor político da Rússia (KHAN, 2012).

Posto isto, o presente trabalho busca explorar as relações russo-africanas ao longo do século XXI, a partir de três eixos principais: diplomacia, economia e atividades militares. Foram feitas pelos autores análises da historiografia a partir do pós-Guerra Fria, a fim de entender melhor as relações dos países nas últimas décadas. Dessa forma, considera-se que seja possível uma melhor compreensão das estratégias e das variáveis que

permeiam essas relações.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

As relações entre África e Rússia remontam uma história que perdura desde o século XVII. Conforme descrito por Patman (2009), a presença da Rússia na África começou durante o czarismo (século XVII), quando a Rússia ajudou a Etiópia durante a guerra ítalo-etíope contra os imperialistas britânicos; com armas e aconselhamento militar. Durante o processo de descolonização africano, a URSS colocou-se como uma importante aliada, colocando o socialismo como uma opção aos novos Estados africanos.

Os autores Ana Lúcia Pereira, Luiz Ribeiro e Paulo Visentini, em seu livro *História da África e dos Africanos*, destacam que o processo de emancipação política das colônias europeias na África, particularmente entre meados dos anos 1950 e 1960, foi um marco importante para as relações internacionais do continente. Durante este período, os novos Estados africanos enfrentaram o desafio de construir suas nações e promover o desenvolvimento, enquanto se alinhavam a diferentes blocos ideológicos e econômicos. Muitos desses países adotaram modelos de desenvolvimento inspirados no socialismo, inspirados pelo apoio da URSS e da China Popular por meio de propaganda política, ações diplomáticas e, em certos casos, assistência material. Estes procuraram uma via de desenvolvimento que combinava elementos socialistas e nacionalistas, mas enfrentaram dificuldades devido à herança colonial e à limitada ressonância entre a população, além do insuficiente apoio do campo socialista, como foi o caso da intervenção soviética, que, embora presente, era mais focada em obter reconhecimento internacional do que em promover um desenvolvimento robusto no continente.

Paulo Visentini, em *As Revoluções Africanas*, argumenta que a desco-

lonização tardia na África, especialmente nas colônias portuguesas, abriu caminho para revoluções nacionais democráticas e, em alguns casos, socialistas, que tiveram grande repercussão internacional. Essas revoluções africanas se inserem no contexto mais amplo das ondas revolucionárias do século XX, que foram influenciadas pela disseminação do socialismo de orientação marxista, desde a Revolução Russa até os movimentos de descolonização do Terceiro Mundo. Durante os anos 1970, as revoluções africanas se beneficiaram das alianças estratégicas formadas no contexto da Guerra Fria, com significativo apoio da URSS, Cuba e Alemanha Oriental, entre outros. Essas revoluções também contribuíram para a redefinição do processo de descolonização na África, que, embora tenha sido relativamente controlado e tardio, viu seus primeiros países independentes, como Gana e Guiné, adotarem políticas de neutralismo e aproximarem-se do bloco socialista, desafiando a influência das antigas metrópoles.

Durante a Guerra Fria, a relação russo-africana baseava-se no estabelecimento de laços sociais e culturais, voltados a fortalecer a ideologia e a luta contra o imperialismo ocidental. Os africanos foram incentivados a estudar na URSS através da oferta de bolsas de estudo a partir do final da década de 1950, destinadas a influenciar os “corações e mentes” dos jovens africanos (OMADOURE, 2015, p. 33).

De acordo com Stronski (2019), a URSS manteve uma extensa relação com a África através de apoio aos movimentos de libertação nacional em Angola, Moçambique, Somália e Guiné-Bissau, além do seu envolvimento nos conflitos de *Ogaden*¹, e a sua ligação com o regime esquerdista da Etiópia. A premissa básica por detrás da ajuda soviética aos movimentos de libertação na África Austral era a de fornecer armas e ajuda financeira, enquanto os próprios movimentos conduziam os combates (OMADOU-

1 O conflito de Ogaden (1977-1978) foi uma guerra travada entre a Etiópia e a Somália pela região de Ogaden, localizada no leste da Etiópia. O conflito foi marcado pela tentativa da Somália de anexar Ogaden, onde habitavam principalmente somalis étnicos, mas terminou com a vitória etíope, apoiada por tropas cubanas e assistência soviética.

RE, 2015, p. 34).

“Na Etiópia, castigada pela miséria, seca e pelas guerrilhas muçulmanas e esquerdistas na Eritreia [...], o velho imperador pró-americano Hailé Sellassié foi derrubado, em 1974, por um golpe militar que proclamou a República. A junta militar (DERG) [...] implementava uma ampla reforma agrária, mobilizava a população, rompia com os Estados Unidos e fechava as bases americanas, passando a enfrentar os movimentos de oposição conservadores. [...] Nesse momento, a Somália atacou a região de Ogaden, em apoio aos guerrilheiros, [...] encorajada pela Arábia Saudita, Egito e Estados Unidos. [...] Moscou e Havana acolheram, então, o pedido de ajuda da Etiópia. A guerra encerrou-se com a vitória etíope-cubana” (VISENTINI, 2012, p. 42).

Com o fim da União Soviética, a relação entre os dois países teve um fim, visto que o custo para manter essas relações era inviável para a Rússia pós-URSS. Entre os anos 1956-1990, não houve relações bilaterais formais entre a Rússia e a África do Sul do Apartheid (FIDAN, ARAS, 2010). Durante o governo Yeltsin, primeiro presidente da Federação Russa que subiu ao poder no ano de 1992, nove embaixadas russas foram fechadas no território africano, como Fidan e Aras citam Deich e Polikanov:

Em 1992, nove embaixadas russas e três consulados russos em África tinham sido encerrados e o número de funcionários nos restantes tinha diminuído. O número de agências representativas e adidos comerciais no continente africano foi restringido e os centros culturais russos foram encerrados. Da mesma forma, os países africanos também reduziram o número dos seus representantes na Rússia (DEICH; POLIKANOV, 2003, p. 50 apud FIDAN; ARAS, 2010, p. 3).

Como afirma Olivier e Suchkov (2015), o governo de Boris Yeltsin (1991-2000) reduziu as relações entre o novo Estado russo e os Estados africanos. A África forçosamente passou para a periferia do radar da política externa russa. Com o fim da Guerra Fria, a ideologia desapareceu, o interesse e o envolvimento no continente dissiparam-se. Para além da ausência do fervor ideológico de outrora, a Rússia simplesmente não ti-

nha interesse e capacidade para competir com outros intervenientes importantes em África. Com o sistema de mercado livre apenas a arrancar, havia de fato muito poucas empresas com capacidade interessada na vasta África durante a década de 1990 (TRALAC, 2011, p. 1 *apud* OLIVER; SUCKOV, 2015).

A percepção russa de África começou a mudar de acordo com o quadro de novos valores e prioridades nacionais no início do século XXI. A Rússia começou a estabelecer relações estreitas com Angola, seu antigo aliado (FIDAN, ARAS, 2010). Essa relação é caracterizada pela liderança do Presidente Vladimir Putin.

Depois de Vladimir Putin ter se tornado presidente em 2000, parte da política externa multivetorial da Rússia e da intenção autoproclamada de moldar um mundo multipolar incluiu o reengajamento com a África. Para este fim, Putin realizou reuniões em Moscou em 2001 com líderes africanos, incluindo Abdelaziz Bouteflika da Argélia, Omar Bongo do Gabão, Lansana Conté da Guiné, Hosni Mubarak do Egito, Olusegun Obasanjo da Nigéria e Meles Zenawi da Etiópia (OMADOURE, 2015, p. 37).

Quando Putin se tornou presidente, sinalizou a aparente intenção de Moscou de expandir progressivamente os acordos comerciais com antigos associados soviéticos africanos. Como ressalta Fidan e Aras (2010), ao fazê-lo, Putin tornou-se o primeiro líder russo a visitar África desde o fim dos soviéticos. Além disso, o envio da sua gratidão aos líderes africanos durante a celebração do “Dia de África” (25 de Maio) do ano de 2006 complementou os seus interesses nas relações renovadas Rússia-África.

De acordo com Omadoure (2015), o principal interesse da Rússia em sua relação com a África é a expansão econômica através da procura de energia e recursos naturais. Já a África possui na Rússia uma alternativa à dependência de atores ocidentais.

2. EIXO DIPLOMÁTICO

A redefinição estratégica da diplomacia russa durante a transição do século iniciou-se em 1998, momento em que a política externa tomou uma estrutura mais proativa, trabalhando diretamente seus objetivos geoestratégicos e econômicos. Essa mudança representou o afastamento da política de alinhamento com o Ocidente, característica que havia marcado a política externa russa na década de 1990 (Alves, 2012). A verdade é que, como mencionado no tópico anterior, o continente Africano sempre foi um local de disputa e, sobretudo, um espaço importante desde o período soviético. Logo, nesta etapa de desenvolvimento no plano estratégico, todas as condições necessárias estavam postas para que a diplomacia fosse usada enquanto mecanismo-chave para a concretização desses novos objetivos russos (Antwi-Boasiako, 2022).

Segundo Neethling (2020), de maneira geral, é possível elencar três eixos que norteiam os objetivos russos para a África no século XXI: (1) A diplomacia energética, que nas relações russo-africanas recebe uma grande atenção dado que grande parte da população do continente não tem acesso a eletricidade, o que a torna um mercado novo e interessante para o investimento russo em petróleo, gás e energia nuclear; (2) A posição russa de segundo maior exportador de armas do mundo, usufruindo da posição de maior fornecedor de armamentos para a África e Ásia; (3) A vasta variedade de riquezas naturais (em especial, a mineral), que chama a atenção do Kremlin.

A partir desses elementos, é possível observar que a diplomacia russa para o continente é baseada na construção de relações comerciais e também securitárias, alinhadas aos propósitos de desenvolvimento russo (Neethling, 2020; Ziegler, 2018). Dentro dos objetivos mencionados, a Rússia usa de diferentes meios para aplicar sua influência, que variam entre ações multilaterais e unilaterais e que também mudam de acordo com a região. Portanto, nesta seção do artigo será analisada como a política externa russa

objetiva e se relaciona com as regiões do continente africano, assim como será observada a maneira que essa articulação se dá no âmbito das Organizações Internacionais e fóruns multilaterais.

2.1. ÁFRICA SETENTRIONAL

A África Setentrional, também conhecida como África do Norte, compreende sete unidades políticas, sendo elas: Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Sudão, Mauritânia e Tunísia. Dentre os países mencionados, entre os anos de 2005 e 2015, houve um crescimento exponencial das relações comerciais com a Rússia, sobretudo, com a Argélia, Egito e Marrocos. A maior parte destes investimentos são direcionados ao setor mineral, com uma atenção acentuada na infraestrutura energética. Além disso, estão fortemente atrelados com a inserção de capital de empresas russas, principalmente em negociações diretas com empresas estatais africanas. Tais empresas também desempenham um papel fundamental ao aplicar investimentos nas áreas de desenvolvimento tecnológico, apresentando-se enquanto atores ativos e com notória influência (Paczyńska, 2020; Acma; Tekang, 2024). Diante de tais aspectos, é possível observar que os principais interesses russos na África do Norte estão centrados no comércio, infraestrutura e logística, uma vez que o país encontra facilidade para progressos nessas áreas.

Uma importante relação que é fomentada pela Federação Russa na região é a parceria com o Egito, país com o qual desenvolveu a segunda planta de um reator nuclear no continente e com o qual possui forte cooperação comercial. Os laços estratégicos foram formados em 2010, em um propício momento em que o Egito não estava contente com as constantes interferências políticas dos Estados Unidos na região, o que apresentou a Rússia enquanto um potencial parceiro para um desenvolvimento acentuado. Entretanto, isso não aconteceu de forma aleatória, a Rússia aparece

imediatamente enquanto uma parceira ideal para o setor energético, ao mesmo tempo que a União Europeia sai do jogo, pelas dificuldades de lidar com problemas da própria geração de energia (Fituni; Abramova, 2010).

2.2. ÁFRICA SUB-SAARIANA

Desde a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as relações da Rússia com os Estados da África Subsaariana haviam praticamente desaparecido. Até que, em 2006, de maneira estratégica, o presidente Vladimir Putin foi pela primeira vez até a África do Sul. Com essa visita, o Kremlin deixou explícita a vontade de estabelecer uma presença sólida na região, fortalecendo laços econômicos e securitários. Esse momento pode ser considerado como um marco da retomada dos planos russos para o continente e delimitam também o início de uma cooperação bilateral com alguns países da região, como a própria África do Sul, Angola e a Etiópia. Durante a mesma visita, o presidente russo anunciou que seria estabelecido um grande acordo para o desenvolvimento energético sul-africano, ação que foi definitiva para criar uma parceria bilateral duradoura, culminando, em 2019, com o início do projeto sul-africano de geração de energia nuclear (Haruna; Salam, 2021).

Todavia, no âmbito do comércio, as relações com os demais países da África Subsaariana são minoritárias. Em contrapartida, isso não é algo que se reflete no comércio armamentista, dada a instabilidade regional. Simultaneamente, a Rússia tem interesse em restringir a atuação de grupos e organizações terroristas na região, fato esse que fortalece a sua presença ao mesmo tempo em que a impulsiona para um ponto de encontro de interesses com os Estados Unidos, dando, inclusive, abertura para a sua cooperação com iniciativas do *Comando dos Estados Unidos para a África* (AFRICOM)² (Cociuban, 2017).

2 O *Comando dos Estados Unidos para a África* (AFRICOM) é uma cooperação do departamento de

Embora a recente cooperação entre África do Sul e Rússia tenha dado seus primeiros passos em 2006, em 2011 o Estado passou a integrar a sigla do BRICS. A entrada da África do Sul no BRICS³ facilitou o desenvolvimento da cooperação entre os dois Estados, permitindo uma quantidade maior de encontros entre os líderes dos países, e por conseguinte, um maior desenvolvimento da colaboração no que se concerne à energia nuclear e ao setor mineral (Cociuban, 2017).

De acordo com Geldenhuys (2015), a Rússia e a África do Sul têm acordos nas mais diversas esferas de cooperação. Por exemplo, no âmbito da tecnologia, existem acordos sobre o uso pacífico da energia atômica (2004) e cooperação para a exploração do espaço para fins pacíficos (2006). Ainda, possuem acordos nas áreas do direito, educação, segurança, artes, cultura, saúde e esporte. Em linhas gerais, pode-se perceber que a relação entre estes Estados abrange uma gama de esferas funcionais, estabelecendo desde relações comerciais e técnico-científicas até relações de cooperação cultural.

2.3. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Da perspectiva das ações multilaterais, a Rússia atua em várias organizações e fóruns africanos, propiciando a ampliação da cooperação e integração com a África. Atua ativamente em comunidades regionais como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O país também participa de algumas reuniões da União Africana (UA), somando ao debate sobre aspectos econômicos, do desenvolvimento e da paz (Oli-defesa dos EUA com Estados Africanos para capacitar exércitos para combater ameaças transnacionais, como por exemplo, grupos extremistas regionais (UNITED STATES AFRICA COMMAND, acesso em 2024)

3 A sigla BRICS se refere às iniciais dos Estados que integram a cooperação econômica entre mercados emergentes, sendo eles: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O grupo formou-se informalmente em 2006 e se chamava BRIC, no entanto, foi formalizado como bloco em 2009. A África do Sul passou a integrar o BRIC a partir da terceira cúpula que ocorreu em Sanya (China) no ano de 2011.

vier; Suchkov, 2015).

No ano de 2019, pela primeira vez, foi realizada a Cúpula e Fórum Rússia-África. Este primeiro encontro marcou e consolidou a continuidade do fórum (que ocorre a cada três anos) e tem por objetivo fortalecer a cooperação econômica da Rússia com os países africanos. O segundo encontro aconteceu em junho de 2023 na cidade de São Petersburgo, no entanto, com menor fervor em relação à primeira cúpula, isso aconteceu devido ao contexto da Guerra da Ucrânia e da consequente suspensão do Acordo de Grãos do Mar Negro⁴. Entretanto, esse não foi o aspecto central que norteou o encontro com os líderes africanos em solo russo, ao passo que, debates dos mais diversos ramos de cooperação aconteceram, como por exemplo, o trabalho conjunto sobre a relevância das tecnologias nucleares para o desenvolvimento do continente com a mediação da Corporação Estatal de Energia Atômica Rosatom. Além disso, durante a cúpula outros temas de destaque foram abarcados como a cooperação esportiva, logística, comercial, temas de segurança internacional, soberania alimentar e educação. A Cúpula de 2023 representou a busca da Rússia por expandir o diálogo com os países africanos para além das esferas tradicionais de comércio e defesa, colocando-se na posição de parceiro estratégico de longo prazo.

Para além das organizações regionais, a Rússia tem uma atuação ativa nas operações de *Peacekeeping* da Organização das Nações Unidas, usufruindo do privilégio de ser um dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Tal posição coloca os russos à frente nas negociações em conflitos armados e nas estratégias de manutenção da paz no continente africano (Fituni; Abramova, 2010). Ademais, a manutenção da relação

4 O Acordo de Grãos do Mar Negro é um acordo patrocinado pela Turquia e pela Organização das Nações Unidas para garantir a exportação segura de grãos ucranianos e russos pelo Mar Negro em meio o conflito entre os Estados. Em julho de 2023, a Rússia suspendeu o Acordo após um ataque ucraniano a um porto na região da Criméia (anexada pela Rússia em 2014). A reação russa causou uma crise alimentar global, aumentando o risco de fome em países africanos e asiáticos.

com os Estados africanos é fundamental para a concretização dos objetivos russos dentro da organização. Isso porque, dentro do Conselho de Segurança, pelo menos três dos membros rotativos devem ser africanos, visto que todos os 54 Estados são membros ativos na ONU (Neethling, 2020).

3. EIXO ECONÔMICO

Ao observar as relações comerciais entre Rússia e África, pode-se notar que houve um aumento das mesmas entre 2015 e 2020, e também que a Rússia exporta cinco vezes mais do que importa dos países africanos. Apesar da relevância do comércio entre Rússia e África, este conta com um grande obstáculo, que é sua concentração geográfica (Abramova; Fituni, 2020).

A maior parte das relações comerciais russo-africanas, cerca de 84%, é restrita a sete países: Argélia, África do Sul, Egito, Marrocos, Nigéria, Sudão e Tunísia. Desses países, cinco estão no Norte da África, e representam 74% das relações comerciais da Rússia (Abramova; Fituni, 2020). Apesar de ser uma limitação, essa conjuntura também demonstra que as relações comerciais entre a Rússia e o continente africano ainda têm um enorme potencial de crescimento e diversificação.

3.1. SETOR ENERGÉTICO

A Rússia, atualmente, é o Estado líder no setor energético, e, por conta desta preeminência, passou a participar cada vez mais ativamente na evolução do setor energético africano, tendo em vista seus próprios interesses nacionais. No momento, o maior projeto energético da Rússia no continente africano é a construção da primeira usina nuclear no Egito, localizada na cidade de El Dabaa. Com uma usina nuclear, o Egito se tornará um líder regional em tecnologia, e será o único Estado a ter uma usina

nuclear de geração 3+ em toda a região (Abramova; Fituni, 2020).

Algumas das características dos reatores de terceira geração são: design mais simples e robusto, tornando-os mais fáceis de operar, e menos vulneráveis a problemas operacionais; design mais padronizado para cada tipo, o que possibilita agilizar o licenciamento e reduzir o custo de capital e o tempo de construção; maior disponibilidade e vida útil mais longa; maior queima, para usar o combustível de forma mais completa e eficiente, reduzindo assim a quantidade de resíduos; menor possibilidade de acidentes com fusão do núcleo (World Nuclear Association, 2021).

Este projeto provém de um acordo de cooperação nuclear civil, assinado entre Rússia e Egito em 2015, que define que a Rússia cobrirá 85% dos custos de construção com um empréstimo de \$25 bilhões, o qual deverá ser pago pelo Egito a uma taxa de juros anual de 3% a partir de 2029. O restante dos custos do projeto será financiado por meio de investidores privados do Egito (Neftegaz.RU, 2021).

A usina de El Dabaa está sendo construída a partir de tecnologias da Rosatom, a Companhia Estatal de Energia Nuclear do governo russo, e é o maior projeto conjunto desde a Represa Alta de Assuá. Esse projeto é um marco para a Rosatom, que desempenha a função de cumprir os compromissos internacionais da Rússia em relação à usos pacíficos da energia nuclear e à não proliferação nuclear, e tem como pretensão reproduzir esse projeto em outros países com setores energéticos disfuncionais (Abramova; Fituni, 2020).

Por sua vez, os Estados africanos esperam da Rússia o aumento de investimentos em setores estratégicos de suas economias, priorizando projetos do setor energético, como a construção de usinas, mas também projetos voltados à indústria manufatureira, e de infraestrutura de transporte, como estradas, portos e aeroportos (Abramova; Fituni, 2020).

3.2. SETOR MINERAL-EXTRATIVISTA

As matérias-primas críticas, também conhecidas como minerais estratégicos, são minérios e materiais de extrema importância para o desenvolvimento de diversas indústrias. Devido ao fato de serem materiais essenciais para o funcionamento de diferentes linhas de produção, e também para o desenvolvimento econômico de muitos Estados, o suprimento dos minerais estratégicos está associado à diversas questões, como escassez minerogeológica e instabilidade política ou de infraestrutura, além de dinâmicas geopolíticas e de regulações comerciais (De Castro; Peiter; Góes, 2022).

Para a Rússia, os minerais estratégicos são matérias-primas que formam a base de diversas de suas cadeias produtivas, e garantem segurança à economia e à defesa do país (Abramova; Fituni, 2020). Entre eles, estão petróleo, gás natural, metais ferrosos, metais não ferrosos, metais raros, metais-traço, metais nobres, diamantes e quartzo bruto puro.

Com o desmantelamento da União Soviética, muitas das jazidas passaram a compor os territórios dos Estados recém formados, o que levou à fragmentação das reservas minerais entre várias partes. A Rússia já está enfrentando carência de certos minerais, como urânio, manganês, cromo, titânio, alumínio, zircônio, berílio, lítio, rênio e alguns metais de terras raras. Ademais, em breve a oferta de mais minerais ficará escassa, como chumbo, antimônio, ouro, prata, diamantes e zinco (Abramova; Fituni, 2020).

A maioria dos minérios estratégicos citados podem ser encontrados abundantemente no continente africano, o qual dispõe de grande número de reservas, de minérios de alto teor, com um custo de produção extremamente baixo. A Rússia projeta seus interesses nacionais no potencial mineral dos Estados africanos porque, durante o período soviético, foi feito um

mapeamento detalhado do continente africano, o que possibilitou à Rússia ter um grande conhecimento sobre as jazidas, e de especificações locais (Abramova; Fituni, 2020).

Como resultado disso, hoje em dia muitas grandes empresas russas - como RUSAL, ALROSA, Renova e Nordgold - estão envolvidas com o desenvolvimento dos depósitos africanos, e as possibilidades de expansão dessas atividades vêm se mostrando inesgotáveis. Os Estados africanos, por sua vez, mostram-se preparados para, além de vender esses minerais estratégicos para a Rússia, desenvolver suas jazidas de forma conjunta, a fim de viabilizar benefícios para todos no futuro. (Abramova; Fituni, 2020).

4. EIXO SECURITÁRIO

A presença militar russa no continente africano teve três momentos de fortalecimento das relações no primeiro quartel do século XXI: a reentrada da Rússia no continente em meados dos anos 2000; e depois, em 2014, o aprofundamento das relações do Estado russo com o continente africano e nos últimos anos, após o início do conflito russo-ucraniano a presença russa teve outro salto qualitativo na questão militar-securitária (Paczyńska, 2020; Stronski, 2019). A presença militar russa na África, vale destacar, segue uma estratégia que abrange tanto o campo oficial com os acordos oficiais entre os Estados, e também uma área cinzenta na qual a Rússia se utiliza de Empresas Militares Privadas (EMPs) para capilarizar a sua influência, principalmente, nos países subsaarianos, enquanto foca seus acordos de cooperação militares majoritariamente nos países do Norte da África, o Egito, por exemplo.

Atualmente, o mundo multipolar, com a sua corrida pela liderança mundial, levou países como EUA – e seus aliados – e a China ao continente africano, visando o acesso de rotas marítimas e, no caso chinês, apoio

dos governos africanos que permitam o desenvolvimento da Nova Rota da Seda (Abramova e Fituni, 2020). no âmbito militar, a disputa se dá numa situação na qual, desde 2018, foi apresentada

[...] uma nova estratégia dos EUA para a África, na qual os pontos principais não são o desejo dos EUA de desenvolver cooperação econômica com os estados africanos, mas sim a oposição à China e à Rússia nesta região. Consequentemente, a atividade da Rússia na África determinará em grande parte sua influência geopolítica e suas relações com outros Estados (Abramova e Fituni, 2020, p. 691, tradução nossa)⁵.

Neste ínterim, a Rússia busca se posicionar geopoliticamente no continente africano como parte da sua confrontação sistêmica contra o Ocidente que tem como importante marco a anexação da Criméia ao território russo, em 2014, a qual teve como resposta por parte desses países a imposição de sanções (Ramani, 2023). Essas medidas levaram o Estado russo a adotar uma política anti-Ocidente nos anos seguintes, sendo assim, “a persistência dessas tensões fez com que a África se tornasse um campo de batalha geopolítico entre a Rússia e o Ocidente” (Ramani, 2023, p. 105, tradução nossa)⁶. A nova política russa e a sua conversão ao continente levou o país

[...] a aprofundar seu envolvimento nos assuntos africanos, pois Moscou se posicionou como um parceiro à prova de crises para regimes autoritários antiocidentais, um defensor da expansão da influência africana em uma ordem mundial multipolar e um parceiro alternativo de contrainsurgência (Ramani, 2023, p. 105, tradução nossa)⁷.

Para tal, o Estado russo tem buscado aprofundar suas relações com

5 “[...] a new US strategy on Africa, where the main points are not America’s desire to develop economic cooperation with African states but rather opposition to China and Russia in this region. Consequently, Russia’s activity in Africa will largely determine its geopolitical influence and relations with other states” (Abramova e Fituni, 2020, p. 691).

6 “The persistence of these tensions ensured that Africa became a geopolitical battleground between Russia and the West” (Ramani, 2023, p. 105).

7 “[...] to deepen its involvement in African affairs, as Moscow positioned itself as a crisis-proof partner for anti-Western authoritarian regimes, a champion of expanded African influence in a multipolar world order and an alternative counterinsurgency partner” (Ramani, 2023, p. 105).

Estados africanos se utilizando do seu instrumental técnico-militar, fechando acordos de cooperação militar, securitária e oferecendo serviços de sustentação de governos desses Estados (Ramani, 2023).

4.1. ATIVIDADES OFICIAIS

A partir de meados dos anos 2000, a Rússia começou a participar da questão securitária na África por meio das ações de paz promovidas pela ONU e combate em forças tarefas anti-pirataria na costa da Somália, região estratégica sendo a via que conecta o Mediterrâneo ao Índico (Stronski, 2019). Entretanto, com o passar do tempo e o aumento das tensões entre o Ocidente e a Federação Russa, a estratégia russa evoluiu para uma política externa mais ativa para a região, focada em uma ação direta do Estado russo (Stronski, 2019). Essa estratégia tem sido praticada por meio bilaterais de segurança e cooperação militar, como exemplo prático o caso da assistência russa aos Estados argelino e tunisiano no controle das fronteiras no combate ao tráfico de armas e grupos terroristas por meio do compartilhamento de imagens de satélites (Kostalyanets e Afamefunu, 2018).

Ainda assim, acredita-se que a participação russa em operações de *Peacekeeping* foram um importante fator que ajudou na aproximação com os militares africanos, possibilitando uma maior interação securitária e facilitando também a venda de armamento para os governos desses países (Stronski, 2019). Essa prática rendeu frutos ao ponto de que a Rússia se tornou, desde 2010, um dos maiores exportadores de armamento para os países do continente africano, enquanto também conseguiu, na segunda metade dos anos 2010, ocupar 44% da venda de armamento para o continente (Daly, 2023).

Ademais, durante a segunda metade dos anos 2010, o Estado rus-

so recebeu 3 importantes propostas de concessão para bases militares no continente africano; na Líbia, em 2016, Haftar demonstrou interesse em permitir a instalação de bases militares na região sob seu controle, a base favoreceria o posicionamento geoestratégico russo dado o acesso ao Mediterrâneo e pela região estar posicionada relativamente longe da área da OTAN. O problema para a instalação desta base está na situação de instabilidade do país por causa, principalmente, da divisão do mesmo entre o governo de Haftar e a junta apoiada pelas Nações Unidas (Kostalyanets e Afamefunu, 2018). Na Somalilândia, em 2017, o governo demonstrou interesse na concessão da instalação de uma base militar no Chifre da África – o país busca reconhecimento internacional e afastamento da instabilidade somali, o que permitiria o estabelecimento do poderio russo no Golfo de Aden (Kostalyanets e Afamefunu, 2018). Por fim, a terceira proposta foi efetuada pelo presidente do sudanês Omar al-Bashir em 2017 também, porém o governo não deu respostas até o momento (Kostalyanets e Afamefunu, 2018).

Nos últimos anos, foi possível observar o avanço da estratégia russa em países exauridos pelas operações fracassadas das potências e a evolução das relações com aliados. O relativo sucesso desse avanço se deve ao contexto de ascensão de diferentes atores estatais no continente africano quebrando a predominância da política neocolonial europeia e americana. Esses novos atores, incluindo a Rússia, oferecem alternativas mais competitivas e maior margem de negociação para os países africanos em relação às opções Ocidentais.

4.2. EMPRESAS MILITARES PRIVADAS

O uso de EMPs não é exclusivo do governo russo, tendo aumento vertiginoso durante os anos 90, já que muitas vezes funcionaram como uma espécie de alternativa para os Estados que estavam procurando reduzir

o seu efetivo em determinadas regiões de conflitos. A exemplo disso, cita-se o emprego americano de EMPs no Afeganistão, seguindo subsequentemente a saída do efetivo militar do país (Neethling, 2023). No caso russo, o diferencial se encontra no emprego de EMPs como um instrumento de política externa não oficial do Estado russo, chegando no ponto de ser, no entendimento de Stronski (2019), um braço irregular do *establishment* militar russo. A principal entidade privada neste setor é sem sombra de dúvidas o Grupo Wagner, fundado por Yevgeny Prigozhin. O grupo dispõe de acesso ao alto escalão do comando do Estado russo e ficou conhecido como uma ferramenta importante no retorno da Rússia ao continente africano, (Neethling, 2023).

De acordo com Neethling (2023), o Estado russo buscou utilizar o grupo Wagner na sua disputa contra o Ocidente – e a China, em alguns casos – principalmente no continente africano, visando o estreitamento de relações por meio dos serviços prestados (treinamento militar, proteção de figuras importante e combate direto). Outro ponto importante encontra-se no esquema de pagamentos dos serviços do Wagner, uma vez que o pagamento não é feito diretamente, mas sim por meio de um esquema elaborado de concessões de licenças de exploração de minerais brutos a empresas ligadas ao grupo (Neethling, 2023). Atualmente, a presença do grupo se estende por diversos países no continente africano, com atuação relevante apenas no Mali, República Centro Africana (RCA), Sudão, Moçambique e Líbia.

A Líbia é um dos primeiros locais nos quais o grupo Wagner atuou no continente africano, tendo início em 2018 durante a guerra civil que está vigente até então nesta ocasião, a organização se prostrou ao lado do governo de Haftar contra o governo apoiado pela ONU e os grupos terroristas que se encontravam no país (Neethling, 2023). Ainda, o Wagner, em 2019, participou do ataque contra o governo de Sirte, porém, sem

efeitos maiores dado o pequeno contingente, a partir de 2020 os números passaram a aumentar (Ramani, 2023). O rápido aumento no emprego dos combatentes no conflito teria ocorrido devido às concessões de exploração petrolífera para empresas do complexo Wagner que teriam sido feitas:

A Corporação Nacional de Petróleo da Líbia declarou em julho de 2020 que o grupo Wagner exercia controle sobre a produção do maior campo de petróleo do país, o campo de petróleo Sharara, no sudoeste da Líbia, assim como sobre o complexo petroquímico de Ras Lanuf, o campo de petróleo de Zillah, o porto de Es Sider e o porto de Zuetina (Neethling, 2023, p. 9, tradução nossa)⁸.

A Líbia tem enorme potencial energético, principalmente petróleo, e proximidade com o continente europeu pelo Mediterrâneo. Outro exemplo importante que podemos ter da atuação do grupo Wagner, é o caso do Mali que, em 2020, após a eclosão de uma revolta com características anti-francesas e com o subsequente golpe de Estado, o governo russo se colocou como alternativa disposta a suprir as necessidades da junta militar de transição formada após o golpe. Com a assinatura de acordos de cooperação, o Estado russo começou um programa de treinamento para o exército mali, altamente insatisfeito com o treinamento e auxílio europeu que, salvo algumas exceções, não rendeu frutos no combate ao extremismo (Nadzharov e Entina, 2023). Após ameaças do governo francês avisando para que a Rússia não entre no Mali, em 2021, o grupo Wagner foi empregado na região sendo utilizado como instrumento de estabilização do novo regime e auxílio para o combate ao extremismo, tendo sido contratado no lugar da Operação Barkhane, de origem francesa que com a entrada dos russos, encerrou suas atividades na região (Nadzharov e Entina, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

8 “Libyan National Oil Corporation stated in July 2020 that Wagner exercised control over the production of the largest oil field in the country, the Sharara oil field in southwestern Libya, as well as the Ras Lanuf petrochemical complex, the Zillah oil field, the Es Sider port, and the Zuetina port” (Neethling, 2023, p. 9).

As relações entre a Rússia e os Estados africanos no século XXI estão baseadas na expansão estratégica multidimensional da política externa russa. Tal mudança de objetivos, em especial após um afastamento russo na década de 1990, pode ser caracterizado como uma tentativa de retomar a posição de liderança global. Assim, o retorno das relações, impulsionado pela ascensão de Vladimir Putin ao poder, permitiu um desenvolvimento dinâmico e complexo das relações russo-africanas no primeiro quartel do século. Essas relações são essencialmente basiladas na busca por uma co-operação nos âmbitos econômico, comercial e de investimentos, complementada por laços diplomáticos e militares.

A gama de aspectos que norteia as ambições russas é multifacetada, pois incluem a busca por novos mercados, acessos a recursos naturais e a ampliação de influência regional. Ainda, encontra um ponto de interesse mútuo com muitos dos Estados africanos: a contrariedade à hegemonia ocidental vigente. Esse ponto-chave é fundamentalmente usado para ampliar a influência na região, acrescida do engajamento da Rússia em retomar os laços históricos moldados pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Por outro lado, também é importante destacar, o interesse dos países africanos em estabelecer laços de cooperação com Moscou em benefício do seu próprio desenvolvimento econômico e tecnológico, tendo em vista que, a Rússia e as suas empresas nacionais possuem interesse em investir em projetos africanos e demonstram isso continuamente através de seu engajamento no continente.

No que concerne ao desenvolvimento das relações diplomáticas, é possível observar uma acentuada atuação da Federação Russa, que por sua vez, possui diferentes frentes de ação e não tem uma fórmula única para todo o continente. Há um engajamento ativo nas organizações e fóruns multilaterais e ao mesmo tempo cooperações bilaterais nos mais variados aspectos a depender da região. Por exemplo, as relações comerciais russas

são majoritariamente com os países da África Setentrional, ao passo que, os vínculos militares são mais frequentes com os países da África Subsaariana.

Nesse ínterim, a Cúpula e Fórum Rússia-Africa é a expressão da vontade russa de estabelecer uma relação duradoura com a África. Mesmo com o cenário da Guerra da Ucrânia e da suspensão do Acordo de Grãos do Mar Negro no momento do encontro de 2023, a cúpula em São Petersburgo demonstrou a intenção russa de expandir a cooperação além das esferas tradicionais e a recepção benéfica por parte dos países do continente. A África tem uma importância significativa na política externa russa, o que se reflete no engajamento por parcerias estratégicas de longo prazo, especialmente, nas áreas de tecnologia, logística e segurança internacional. Ainda, a atuação russa nas operações de *Peacekeeping* da ONU e sua influência no Conselho de Segurança reforçam a relevância da cooperação com os Estados africanos para a concretização dos objetivos geopolíticos russos no cenário global.

Moscou mantém cooperações fortes no continente, particularmente no setor energético, no qual é um Estado líder. Atua ativamente no desenvolvimento do setor de energia africano, patrocinando diretamente a construção de duas usinas nucleares na região, a primeira na África do Sul e a segunda no Egito. Em destaque, a construção da Usina Nuclear no Egito tornará o país um líder regional no setor tecnológico. Tal engajamento é crucial para a manutenção da influência russa na região, posto que os demais Estados africanos esperam que esse seja um sinal da ampliação dos investimentos no setor energético africano.

Em suma, é perceptível que o legado da política externa soviética para a África tem impactos que podem ser percebidos até hoje com a facilidade da (re)inserção russa no continente africano se apoiando no imaginário soviético. A Rússia traz agora uma versão de apoio não mais baseada na ideologia e no conflito ideológico, mas num revestimento capitalista

liberal atualmente baseado na cooperação econômica como principal moeda de troca para apoio político internacional e na esfera local dos Estados africanos. Um ponto importante que transformou o comércio de minerais em um ponto focal da política externa russa reside no fato de que muitas das locações extrativistas soviéticas estão atualmente dispersas nas demais ex-repúblicas soviéticas e o acesso aos minerais estratégicos como gás, petróleo e outros metais que estão no território russo estão em zonas de difícil acesso, no círculo ártico, por exemplo. As dificuldades de acesso aos recursos tornaram mais viável a prática de acordos comerciais de cooperação energética e também na concessão de licenças de mineração de metais e demais minérios em território africano.

Essas concessões de mineração muitas vezes tomam forma na prática russa de política externa *proxy* na qual agentes privados tomam forma como agentes a serviço do Estado de forma não oficial. Empresas Militares Privadas, sendo o Grupo Wagner como principal sujeito, tomam a dianteira nessa prática como agentes intermediários a serviço do Estado russo atuando numa ampla gama de serviços no setor de segurança: treinamento de tropas, apoio militar na sustentação do Estado, auxílio no combate a grupos terroristas e guarda de lideranças. A questão da mineração se conecta quanto ao pagamento desses grupos, o Wagner, por exemplo, é um complexo de empresas nas quais muitas delas, assim que as tropas do Wagner chegam aos territórios, recebem concessões lhes provendo direito de mineração de pedras preciosas, exemplificando essa prática temos a situação de RCA e Mali.

Além disso, o emprego de tropas russas em atividades oficiais foram instrumentos importantes para a reaproximação da Rússia ao continente africano, a atuação das tropas em missões de paz da ONU permitiram a aproximação entre oficiais russos e nacionais dos Estados africanos. O ocorrido rendeu frutos ao longo dos anos seguintes e como indicativo

foram feitas ofertas por países africanos de concessão de áreas para a criação de futuras bases militares russas em localidades estratégicas e o aumento notável da exportação de armas russas para a África.

Desta forma, nota-se que o Estado russo empregou suas forças militares oficiais e extra-oficiais (EMPs) visando ocupar os escassos vácuos de poder não ocupados pelas demais potências e até mesmo disputando esses espaços, a exemplo cita-se a situação do Mali, na qual o grupo Wagner ocupou o espaço previamente ocupado pela missão francesa que deixou o país. Como consequência dessas práticas, é possível observar o aumento da influência russa no âmbito internacional, bem como o aumento do apoio dos países africanos à Rússia na AGNU. Em síntese, a Rússia tem conseguido, mesmo com revezes, seguir o seu plano de voltar ao sistema internacional como um *player* de natureza mundial, abrangendo a sua influência para além de suas proximidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVA, I.; FITUNI, L. Russia's New Strategy on Africa. **Herald of the Russian Academy of Sciences**, 2020, v. 90, n. 1019-3316, p. 688–696, 31 jul. 2020.

ACMA, B., & TEKANG, P. K. . Power in the Sun: An evaluation of the economic effects of Russian-Africa relations within a decade. **Politi Sci Int.**, 2(1), 1-9, 2024.

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (org.). **O renascimento de uma potência? a Rússia no século XXI**. Brasília: Ipea, 2012, pág. 7-9.

ANTWI-BOASIAKO. The quest for influence: Examining Russia's public diplomacy mechanisms in Africa. **South African Journal of International Affairs**, v. 29, n. 4, p. 463–482, 2022.

COCIUBAN, Aristide. Subsaharian Africa - the eternal stone on the chess

table of world geopolitics. In: **The 4th International Conference On Economic Sciences And Business Administration**, 2017. Procedia of Economics and Business Administration. Maine: Fundatia Romania de Maine, 2017.

COLIN, R. **Rússia o ressurgimento da grande potência**. Florianópolis: Letras Brasileiras, [s.d.].

DALY, S. RUSSIA'S INFLUENCE IN AFRICA, A SECURITY PERSPECTIVE. Washington, DC: **Atlantic Council**, fev. 2023. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2023/03/Daly_Russias-influence-in-Africa-a-security-perspective.pdf>.

De Castro, Fernando Ferreira; Peiter, Carlos Cesar; Góes, Geraldo Sandoval. **Minerais estratégicos e críticos: Uma visão internacional e da política mineral brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no. 2768, Brasília, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/td2768>. Acesso em 20 jun. 2024.

FIDAN, H.; ARAS, B. The Return of Russia-Africa Relations. **Bilig Journal of Social Sciences in Turkish World** 52(52), dez. 2010

FITUNI, Leonid L.; ABRAMOVA, Irina O. **Resource potential of Africa and Russia's national interests in the XXI century**. Moscow: Inst. for African Studies, 2010. pag 155-184.

GELDENHUYS, Deon. The Comprehensive Strategic Partnership Between South Africa and Russia. **Strategic Review For Southern Africa**, Volume 37, No 2, p. 118-145, 2015.

HARUNA, Abdallah Imam; SALAM, A. Abdul. Rethinking Russian Foreign Policy towards Africa: Prospects and Opportunities for Cooperation in New Geopolitical Realities. **European Journal of Humanities and Social Sciences**, London, v. 1, n. 2, p. 10–20, 2021.

KHAN, Muslim. Russia-Africa Relations in the Era of Globalization. **International Journal of Research in Engineering**, volume 2, número 1,

p. 160-172, janeiro de 2012. Disponível em: https://www.indusedu.org/pdfs/IJREISS/IJREISS_667_17543.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2024.

KOSTELYANETS, S.; AFAMEFUNA A. OKEKE, O. Russia and the global competition for Africa: the military dimension. **Восток. Афро-Азиатские общества: история и современность**, n. 6, p. 184–198, 2018.

NADZHAROV, Alexander M.; ENTINA, Ekaterina G. Franco-Russian Great Power Rivalry in the Sahara-Sahel Region. **Russia in Global Affairs**, v. 21, n. 3, p. 181–204, 2023.

NEETHLING, Theo. Assessing Russia's New Interaction with Africa: Energy Diplomacy, Arms Exports and Mineral Resource Markets. **The Strategic Review for Southern Africa**, South Africa, v. 42, n. 2, p. 15–42, 2020.

NEFTEGAZ.RU. **Russia starts equipment production for El-Dabaa, Egypt's 1st nuclear power plant**. Syzran, 03 de agosto de 2021. Nuclear power industry. Disponível em: <https://neftegazru.com/news/nuclear-power/691118-russia-starts-equipment-production-for-el-dabaa-egypt-s-1st-nuclear-power-plant/>. Acesso em: 20 jun 2024.

NKUNA, V. M.; KGOTHSO, B. S. What drives Russia's involvement in Africa? [An Afrocentric review of Russia-South Africa relations, 2000-2018]. **Journal of Public Affairs**, volume 21, junho de 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341889627_What_drives_Russia's_involvement_in_Africa_An_Afrocentric_review_of_Russia-South_Africa_relations_2000-2018. Acesso em: 24 de junho de 2024.

OMADOURE, R. N. **Assessing changing relations between the Russian Federation and South Africa since the end of the cold war**. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de Cabo Frio. Cabo Frio, África. 104 páginas, 2015.

OLIVIER, Gerrit; SUCHKOV, Dmitry. Russia is back in Africa. **The**

Strategic Review for Southern Africa, South Africa, v. 37, n. 2, 2015.

PACZYŃSKA, Agnieszka. **Russia in Africa: is great power competition returning to the continent?**. Briefing Paper, Germany, 2020. Disponível em: <https://www.die-gdi.de/briefing-paper/article/russia-in-africa-is-great-power-competition-returning-to-the-continent/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

PATMAN, Robert G. **The Soviet Union in the Horn of Africa: The Diplomacy of Intervention and Disengagement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. (Cambridge Russian, Soviet and Post-Soviet Studies).

RÚSSIA-ÁFRICA FÓRUM ECONÔMICO E HUMANITÁRIO, 2., 2023, **São Petersburgo**. Disponível em: <https://summitafrica.ru/en/about-summit/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

STRONSKI, P. **Late to the Party: Russia's Return to Africa**. Washington, DC: Carnegie Endowment For International Peace, out. 2019. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/WP_Paul_Stronski_-_Russia-Africa-v3.pdf.

TRALAC. **Africa trade at a glance: Economic and trade policy overview**. Stellenbosch: Tralac Trade Law Centre, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevich; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **História da África e dos africanos**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **Advanced Nuclear Power Reactors**. 01 de abril de 2021. Nuclear power reactors. Disponível em: <https://world-nuclear.org/information-library/nuclear-fuel-cycle/nuclear-power-reactors/advanced-nuclear-power-reactors>. Acesso em 20 jun 2024.

ZIEGLER, Charles E. Russian Diplomacy: Challenging the West. **Journal of Diplomacy & International Relations**, New Jersey, v. 19, n. 1, p. 74, 2018.

